


Joaquim dos Santos
José Italo Bezerra Viana
(Organizadores)

Memória, cultura e sociedade 2



Atena
Editora
Ano 2021



Joaquim dos Santos
José Italo Bezerra Viana
(Organizadores)

Memória, cultura e sociedade 2



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Joaquim dos Santos
José Italo Bezerra Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
M533	Memória, cultura e sociedade 2 / Organizadores Joaquim dos Santos, José Italo Bezerra Viana. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5983-587-4 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.874211810 1. Cultura. 2. Memória. I. Santos, Joaquim dos (Organizador). II. Viana, José Italo Bezerra (Organizador). III. Título. CDD 306.098
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O volume 2 da obra que coaduna as reflexões sobre *Memória, Cultura e Sociedade* traz uma contribuição significativa para repensarmos as lentes que culturalmente nos possibilitam ler o mundo e agir sobre ele a fim de transformá-lo. De caráter interdisciplinar, o livro congrega pesquisadores brasileiros e estrangeiros que discorreram sobre objetos de pesquisa tocantes os trabalhos da memória e suas teias culturais e sociais. Nesse sentido, esta obra traz reflexões sobre cotidiano, subjetividades e relações de poder entre sujeitos e memórias, afirmação de bens culturais como patrimônios, assim como seus usos e desusos entre permanências e reinvenções de tradições, além das relações de trabalho e turismo na contemporaneidade.

Pesquisas variadas e de temáticas abrangentes, como aspectos histórico-sociais do Brasil da segunda metade do século XIX e da primeira metade do XX, ou mesmo temas com recortes nas práticas culturais da atualidade, a exemplo das festas e quadrilhas juninas, formam um mosaico importante que revela a densidade e fecundidade da tríade que intitula esta obra.







As reflexões sobre cotidiano e arte, mediante as operações das fotografias, e as presenças do corpo e dos gestos nas danças demonstram tessituras da memória afetiva e seus laços de pertencimento cultural e social. Com a mesma relevância, os saberes e as práticas culturais dos quilombos nos faz lembrar a força vital que brota da terra, a importância de escutar os mais velhos e seguir seus ensinamentos, os entrelaçamentos do passado com o presente e as artes indissociáveis da vida na contemporaneidade com os saberes e as memórias ancestrais.


Se o universo onírico da infância aparece nas imagens fotográficas, as tensões sobre infância e violência também foram aprofundadas, descortinando uma pertinente relação entre violência sexual e os quadros sociais da memória. Tal como cultura e memória, a violência também é uma faceta da nossa sociedade. Enfrentar as diferentes formas de violência, nesse caso contra crianças e adolescentes, é uma tarefa indispensável do nosso tempo.

Por fim, uma análise sobre a relação e os impactos entre trabalho e estresse laboral arremata esta obra que desejamos seja leitura prazerosa e mobilizadora.

Joaquim dos Santos
José Italo Bezerra Viana

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	1
A HISTÓRIA SOCIAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 1890 ATÉ 1930: CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIOLÓGICAS QUE IRROMPERAM O MOVIMENTO ANISIANO	
Rachel Aguiar Estevam do Carmo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118101	
CAPÍTULO 2.....	16
ÍNDIA, SANGUE TUPI: QUERELAS ENTRE BRASIS	
Davi Ebenezer Ribeiro da Costa Teixeira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118102	
CAPÍTULO 3.....	29
OS SABERES E PRÁTICAS DE AUTOATENÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LARANJAL – MATO GROSSO	
Gilian Evaristo França Silva	
Nayara Marcellly Ferreira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118103	
CAPÍTULO 4.....	38
QUADRILHAS JUNINAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA MANTER A TRADIÇÃO	
Jorginaldo Calazans dos Santos	
Flaviano Oliveira Fonsêca	
Thaís Danielle de Oliveira Nunes	
Marília Gabriela Santos de Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118104	
CAPÍTULO 5.....	46
CORPO E GESTUALIDADE NA APRESENTAÇÃO DA QUADRILHA JUNINA “MEU SERTÃO”– 2019	
Wolney Nascimento Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118105	
CAPÍTULO 6.....	58
A NOVA FUNÇÃO E USO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO: O CASO DO NOVO USO DE PATRIMÔNIOS RELIGIOSOS	
Luiz Fernando de Souza	
Krysla Rodrigues Santos	
Douglas Alvarenga	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118106	
CAPÍTULO 7.....	70
RETRATOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE A PATIR DA SÉRIE FOTOGRÁFICA DE ALESSANDRA SANGUINETTI	
Viviane Baschiroto	


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118107>

CAPÍTULO 8..... 84

MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA E A REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL
INTRAFAMILIAR: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES

Isabela Alves Mattos

Elton Moreira Quadros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118108>

CAPÍTULO 9..... 95

ESTRÉS LABORAL Y RENDIMIENTO LABORAL DE LOS TRABAJADORES EN
ENTIDADES FINANCIERAS


Edy Larico Mamani

Demetrio Flavio Machaca Huancollo

Leopoldo Wenceslao Condori Cari

Robbins Flores Aguilar

Kelly Apaza Apaza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8742118109>

SOBRE OS ORGANIZADORES 110

ÍNDICE REMISSIVO..... 111

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA SOCIAL DO BRASIL NO PERÍODO DE 1890 ATÉ 1930: CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIOLÓGICAS QUE IRROMPERAM O MOVIMENTO ANISIANO

Data de aceite: 01/10/2021

Data de Submissão: 06/09/2021

Rachel Aguiar Estevam do Carmo

Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas e
Direitos Humanos – NEPP-DH.

Cidade: Niterói.

https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?fcod=DB6845B5617CDF2582956709A7C7B00F#

RESUMO: O presente artigo analisa os principais aspectos histórico-sociológicos do Brasil que irromperam o movimento educacional de Anísio Teixeira, quando o mesmo foi Diretor de Instrução Pública no Rio de Janeiro no período de 1931 a 1935. Concentraremos nossas análises nos principais fatos históricos que marcaram o período entre 1890 a 1930 destacando como o contexto escravocrata-colonial no período da emergência ou expansão do capitalismo competitivo impactou as reflexões de pensadores sociais e fortaleceram a chamada Revolução de 1930. Tal contexto fortalece o surgimento de políticas cujo objetivo foi a formulação de um forte projeto de construção da identidade nacional. Dessa forma, o presente artigo visa destacar os fatos relevantes que subjaz, consequentemente, as justificativas epistêmicas que balizaram o pensamento social pós-1930.

PALAVRAS-CHAVE: padrão compósito de hegemonia burguesa; política oligárquica, ordem social competitiva, ensino superior.

THE SOCIAL HISTORY OF BRAZIL IN THE PERIOD BETWEEN 1890 AND 1930: HISTORICAL-SOCIOLOGICAL CONDITIONS THAT BROKEDOWN THE ANISIAN MOVEMENT

ABSTRACT: This article analyzes the main historical and sociological aspects of Brazil that erupted in the educational movement of Anísio Teixeira, when he was Director of Public Instruction in Rio de Janeiro from 1931 to 1935. We will focus our analyzes on the main historical facts that marked the period between 1890 and 1930 highlighting how the slave-colonial context in the period of emergence or expansion of competitive capitalism impacted the reflections of social thinkers and strengthened the so-called Revolution of 1930. This context strengthens the emergence of policies aimed at formulating a strong national identity construction project. Thus, this article aims to highlight the relevant facts that consequently underlie the epistemic justifications that guided post-1930 social thought.

KEYWORDS: Composite pattern of bourgeois hegemony; oligarchic politics, competitive social order, higher education.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo procura entender a formação social do Brasil no período de 1890 até 1930, com objetivo de compreender as condições materiais que propiciaram a chamada “Revolução de 1930”.

O propósito é buscar as condições

histórico-sociais que fomentaram discussões em torno da chamada *identidade nacional*, manifesta através de marcos regulatórios, como por exemplo a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada pelo educador Anísio Teixeira, em 1934. É importante ressaltar que a UDF possuía traços ideológicos bastante críticos para a época, apesar de haver pensamentos críticos e até críticos radicais que favoreceram a concretização de espaços de ensino revolucionário, por exemplo, a Universidade Popular.¹

A UDF foi fechada em 1938 em pleno domínio estadonovista. A sua construção representa um momento ímpar de consolidação de inúmeras estruturas sociais que foram sendo lentamente estabelecida em períodos anteriores. A “Revolução de 30” representa a superação da crise política com repercussões (e mobilizações) nacionais, apoiados tanto pelos setores dominantes como pela população em geral. Anísio Teixeira veio nesse bojo de mudanças significativas e procurou ao longo de sua trajetória política proporcionar à população as condições necessárias para o seu crescimento pleno, ou seja, financeiro, social, intelectual e cultural. Essa visão plena do sujeito foi o ponto central de Teixeira na elaboração de projetos nos mais variados níveis de ensino, ao longo de sua vivência na política e que culminou no debate da identidade nacional, formulação essencial que permeou os debates na época da chamada “Revolução de 30”.

Nesse sentido, é importante revisitar o último quartel do século XIX, pois mostra a consolidação de classes no Brasil, a sua crise intraclasses, culminando, por conseguinte, com a Revolução de 1930. Concentraremos nossas análises partir de 1890, dado o marco inicial da chamada *República Velha* e por mostrar elementos estruturais ora mantidos, ora superados, com a finalidade de entender o contexto histórico-social.

No último item, faremos um breve relato das tentativas de institucionalização do Ensino Superior durante a República Velha, de modo, apontando as causas das continuidades e descontinuidade em relação ao projeto de ensino superior no Brasil.

Utilizaremos como referência os clássicos *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)* de Sônia Regina Mendonça, *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*, de Edgard Carone e o texto do Fernando Henrique Cardoso no livro *História Geral da Civilização Brasileira*, organizado pelo Boris Fausto. No contexto educacional, dialogaremos com Maria de Lourdes Fávero em *Universidade e Poder*, e com Luiz Antônio Cunha mediante as reflexões apresentadas em *A Universidade Temporã*.

Acreditamos que revisitar e refletir sobre as condições histórico-sociais em um momento atual tão singular nos ajuda a entender as perspectivas de ensino superior que pretendemos defender no Brasil.

¹ Segundo Carone (1984), a Universidade Popular surgiu em 1904 por iniciativa de correntes da pequena burguesia ligada à líderes do movimento operário, com tendências anarquistas.

21 ANTECEDENTES DA REPÚBLICA: BREVÍSSIMO PANORAMA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A chamada República no Brasil não altera a constituição social brasileira. Ao contrário consolida e precipita uma organização social já existente. Durante a Monarquia, os senhores de escravos, proprietários de terra (muitas vezes um senhor era dono de terras e de escravos) e escravos faziam parte da organização social.²

A grande alteração na estrutura social mencionada acima, com base em autores como Fernando Henrique Cardoso (1997), é a do fim do tráfico negreiro e, em seguida, o fim da escravidão.³ As atividades econômicas realizadas no período da escravidão e pelos imigrantes europeus, que no final da escravidão eram considerados força de trabalho, em algumas regiões do Brasil de extrema relevância, forçaram realocações de grupos sociais dominados, como também de grupos sociais dominantes que é o caso dos produtores de café.

Outro fator de alteração da estrutura social significativo é a expansão lucrativa do café por volta de 1870/1880 no noroeste de São Paulo. Sua expansão lucrativa, apontada nas análises feitas por Florestan Fernandes (1975), gera profundas alterações no cenário econômico, marcando a transição das bases capitalistas divididas em duas fases: a primeira seria a quebra da “homogeneidade da aristocracia agrária” e a segunda seria o surgimento de novos tipos de agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou nacional” (FERNANDES, 1975, p.27).

Esses novos tipos de agentes econômicos produziram a evolução interna do capitalismo competitivo a partir da segunda etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil, que vai de 1860 até 1950, como propõe Fernandes (1975).

Tal desenvolvimento capitalista não se estrutura de forma clássica, como se uma etapa fosse modificar radicalmente a estrutura social existente. O processo de constituição da classe burguesa não causou uma ruptura definitiva com o passado. Essa característica marca o capitalismo dependente produzido nas sociedades coloniais (FERNANDES, 1975).

No caso dos grupos dominados, Cardoso (1997) afirma que havia uma grande quantidade de trabalhadores livres no período de 1872, mostrando que os mesmos compuseram as novas atividades profissionais, mudando a relação senhor – escravo, tipo de relação que se hegemonizou desde a colonização do Brasil. Cardoso ainda salienta que a população brasileira cresceu 2,5% no período que vai de 1872 a 1890, mostrando que o surto (muito lucrativo) cafeeiro impulsionou estruturalmente o crescimento das cidades e das migrações (CARDOSO, 1997).

As transformações no setor do trabalho são apresentadas no quadro estudado por

2 Não podemos deixar de mencionar o fluxo imigratório que ocorreu no Brasil entre 1824 a 1937, aumentando o número de imigrantes no último quartel do século XIX, em sua maioria italiana, espanhola, alemã, sírios e libaneses, japoneses. Extraído do texto de Giralda Seyferth, Fonte: www.diasmarques.adv.br/.../historico_imigracao_brasil.htm

3 O fim da escravidão representa um longo e duro processo histórico. Iniciado com pequenas, mas relevantes, mudanças institucionais – Lei dos Sexagenários, Lei do Ventre-Livre e, por fim, a Lei Áurea.

Cardoso (1997) sobre a distribuição (percentual) da população trabalhadora por profissões em províncias selecionadas⁴ no ano de 1872. Um dos dados mostra que o número de operários no Município Neutro (capital do Brasil) chega a 9,9% e em São Paulo 4,8% enquanto o número de lavradores, criadores e pescadores chegam a 10% e a 62%, respectivamente. Os de profissões não manuais urbanas são 28, 1% no Município Neutro e 3,4% em São Paulo, essas profissões não manuais urbanas seriam, de acordo com Cardoso, os

[...] religiosos, juizes, advogados, notários, e escrivães, procuradores, oficiais de justiça, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores, e homens de letras, empregados públicos, artistas, militares, marítimos, comerciantes, guarda-livros e caxeiros (CARDOSO, 1997, p.19)

Esses dados nos mostram alterações relevantes quanto ao panorama social do trabalho, uma vez que desconstrói as análises de uma divisão social pautada em apenas dois grupos sociais: de um lado os proprietários de terra e de outro, escravos e trabalhadores livres no campo.⁵ Nas últimas décadas do século XIX, vemos um grande deslocamento da região rural para a região urbana, embora a economia dominante estivesse concentrada na agricultura. A autora aponta ainda grandes mudanças no pensamento das elites agrárias.

No último quartel do século XIX o setor agrário brasileiro, segundo Mendonça (1997), recebeu um significativo investimento de capitais, principalmente ingleses. Segundo a autora tais investimentos podem ser vistos no Brasil pela via da melhoria das ferrovias e dos portos, “assim como pelos incipientes processos de urbanização e industrialização” (MENDONÇA, 1997, p.22).

Em relação à economia dos países capitalistas, a partir de 1870 os países hegemônicos capitalistas viviam um processo denominado Segunda Revolução Industrial e que novas formas de exploração e dominação se configuram em torno da extração do lucro. Por conta de um amplo processo de aperfeiçoamento tecnológico, originando grandes complexos industriais a economia dos países capitalistas, sobretudo a europeia, americana e japonesa, ampliaram a demanda por matérias-primas “tanto ao processamento industrial, quanto ao consumo dos grandes contingentes operários e burocráticos concentrados nas cidades, em torno das unidades fabris” (MENDONÇA, 1997, p.19). Esse fenômeno fez com que a hegemonia capitalista inglesa, única e absoluta na dominação econômica, passasse a disputar com outros países o controle da economia mundial. A ampliação de mais de um país dominando a economia, abre um leque de possibilidades para a venda de produtos primários e compra de outros produtos, estabelecendo conexões de importação-exportação mais complexas e diversificadas, entre os países que compõem a Ásia, África, América Latina, além da Grã-Bretanha.

O aumento na produção de mercadorias associado ao elevado fluxo de circulação de capitais gerou uma crise de superprodução que começou por volta de 1873 e foi até 1890

4 São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul.

5 Faço alusão mais ao mito popular de afirmar que só existiam dois grupos sociais no Brasil do que discordar de autores consagrados.

(MENDONÇA, 1997). O setor que mais sofreu foi o agrário. Mas nas regiões hegemônicas, seguindo as análises de Mendonça (1997) essa crise serviu para escoar capitais para sociedades pré-capitalistas ou não capitalistas, aumentando, assim, a dominação imperialista em países que ficam na periferia do capitalismo (HOBBSAWM *apud* MENDONÇA, 1997).

No Brasil, esse movimento estava coadunado com o chamado surto do café. A partir da ação imperialista de introjetar capitais nos países periféricos a produção cafeeira no Brasil aumentou e dinamizou-se com o fim de gerar e acumular riqueza.

Neste fim do Império, a crise político-institucional ganhava contornos significativos. Segundo Cardoso, D. Pedro teve uma visão limitada, mas que muito dos estrangeiros percebiam que “a espada começaria abalar o trono” (CARDOSO, 1997, p.26). Isso quer dizer que os militares começariam a fazer críticas severas a ponto de 1889 ter no Brasil “um trono em pedaços”.

A grande “questão militar⁶”, iniciada aproximadamente em 1887 representa

[...] a manifestação política – cívica diriam os militares – de oficiais em defesa de sua corporação e do direito de os oficiais manifestarem publicamente seu desacordo com autoridades civis e, às vezes, militares (CARDOSO, 1997, p.29).

Tal manifestação política significou o início de enfrentamentos contra a organização das instituições monárquicas, principalmente o abuso do Poder Moderador que seria a mão de ferro ou nas palavras de Cardoso (1997, p.27) “em fonte de poder absoluto” do rei D. Pedro.

D. Pedro usava o Poder Moderador como uma posição sua. Cabia a ele dissolver Câmaras, chamar novos Gabinetes, isto é, os cargos políticos do governo eram escolhidos pelo Imperador, sob o discurso de que este regime se apoiava nos partidos e era exercido de forma justa. Resumindo este processo, existia uma lista triplíce a que cabia o rei escolher o senador vitalício, só que tal escolha devia ao tempo que cada membro de partido político⁷ permanecesse no poder. Caso um partido dominasse há mais tempo a Câmara, o Rei destituía os membros e fazia novas eleições para escolher outros membros de partidos diferentes. Essa rotatividade tirava a permanência de política provincial e local, mas o exercício da função política confundia-se com a lealdade partidária, ou seja, os políticos estavam no poder por meio da afinidade partidária conquistada de acordo com a vontade do Imperador, do que pela vontade da população e por sua competência administrativa (CARDOSO, 1997).

A insatisfação dos militares começou antes da guerra do Paraguai e ganhou grandes proporções depois da *academicização* e *profissionalização* dos militares. A crítica se intensificou por conta da corrupção política e do abuso do Poder Moderador. Em uma interessante passagem, Floriano Peixoto, o futuro Marechal de Ferro, criticava a organização

6 Os militares, antes de eclodir a “questão militar”, lançaram o Manifesto Republicano em 1870 e criaram em 1871 o Clube da Reforma e o Instituto Militar (CARDOSO, 1997).

7 Cardoso salienta que os partidos de representação não representavam os eleitores uma vez que o processo de eleição separava votantes de eleitores, garantindo as mesmas disputas entre os eleitores, que geralmente eram os senhores de terra, escravos, caracterizando o processo eleitoral o que Cardoso definiu como “Clube de Senhores”.

política do estado monárquico: “Fato único, que prova exuberante podridão que vai por este pobre país e que muito necessita a ditadura militar para expurgá-la” (PEIXOTO *apud* CARDOSO, 1997).

Os militares por entrarem em ambientes acadêmicos, exercitando com isso o pensamento crítico, tinham arcabouços para questionarem a organização política de seu tempo e a proporem um *progressismo social*, isto é, a eliminar qualquer tipo de corrupção e abuso de poder, além de introduzirem a modernização na organização do Estado Brasileiro.

Segundo a visão militar de influência positivista, o Estado deveria ser “puro” e livre de qualquer política escusa. Com isso, em 1889, Deodoro que era conservador e monarquista torna-se Presidente⁸ destituindo a Monarquia no Brasil. Começa no Brasil uma nova fase denominada pelos historiadores de República Velha.

3 | ENFIM, A REPÚBLICA: PANORAMA SOCIOPOLÍTICO-ECONÔMICO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A crise política do Império já vinha se configurando e as forças militares estavam denunciando a corrupção e o abuso do Poder Moderador, exercido pelo rei D. Pedro. O estopim foi a queda do Gabinete Zacarias, a abolição da escravatura em 1888, a fundação do Partido Republicano e o movimento modernista que começou em 1870 (MENDONÇA, 1997).

A República no Brasil deu continuidade com a política econômica adotada no período imperial que seria a exportação de produtos primários. Mas a instabilidade cambial preocupava os produtores por não acumular dinheiro por conta da flutuação dos preços e da instabilidade do mercado externo. Para estabilizar o câmbio e manter o lucro pela venda dos produtos primários, o governo em 1890 adotou uma política de investir no setor “industrial-financeiro urbano”. O Ministro da Fazenda Rui Barbosa acreditava que a economia brasileira só prosperaria se estivesse consolidado “a democracia do trabalho industrial” (BARBOSA *apud* CARDOSO, 1997). Isso gerou um aumento na inflação, pois o incentivo à indústria e à substituição de trabalho escravo para trabalho livre, fez com que aumentasse a circulação de moeda, além de a política de incentivo à agricultura viver um áureo período de boas safras. Esses fatores contribuíram para proteger e aumentar a indústria nacional. Outro fator central para a grande renda do Tesouro Nacional foi a regulamentação de imposto de importação. Com o objetivo de garantir uma proteção à política de incentivo à indústria, a tarifa era “frágil e renhida”, mas representou uma grande discussão, sendo modificada diversas vezes. Cardoso (1997) apresenta um interessante quadro em relação à tarifa na Alfândega que os políticos modificaram ao longo do último decênio do século XIX. Neste quadro, percebemos que ora a tarifa aumentava a taxa, tornando-a protecionista (como foi o caso em 1895 quando houve um aumento de 25% das tarifas) e, em outros momentos, davam um corte mais liberal (exemplo foi o Decreto de 1897, que reduzia em 25% no geral, mas em alguns artigos tiveram

⁸ Como alude Cardoso (1997), Deodoro só foi eleito em 1891, pela Assembléia a 25 de fevereiro, data em que se encerra o Governo Provisório.

uma redução de 75 a 85%).⁹

Apesar de o incentivo à industrialização, Mendonça (1997) afirma que 75% da população economicamente ativa continuaria nas atividades agrícolas até em 1920. A partir da década de 1920, o país passaria a ter nas atividades industriais uma população de 13%. A autora salienta é que o modo de pensar, com características rurais, permaneceria intacto, apesar da relativa mudança liderada por Rui Barbosa na tentativa de modernizar não só a política econômica brasileira, mas o *modo de ser* do brasileiro.

O autor Edgar Carone (1984) ao retratar o início do operariado no Brasil, detalha que tal mudança alterou sim as relações cotidianas, o *modo de ser*, principalmente na região urbana. De acordo com Carone (1984), o processo de industrialização cresceu de maneira a não atrapalhar e impedir a produção agrícola. É dentro da hegemonia da região agrária que o setor industrial se desenvolve. Carone retrata as casas dos operários em meados dos anos de 1890. As iniciativas para a construção de casas são de capitalistas que aproveitam lugares não tão valorizados. Uma das reivindicações dos operários é para que o governo construísse casas populares. Nesse sentido, os trabalhadores associam a exploração de alugueis à exploração capitalista (CARONE, 1984). No governo de Deodoro, as reivindicações para que haja construções de casas populares foram colocadas no centro do debate pelos operários.

Durante o governo de Floriano, depois da renúncia de Deodoro em 23 de novembro de 1891, por ter dissolvido a Câmara, e o contragolpe, fruto da resistência (inclusive de muitos trabalhadores) no Pará, Rio Grande, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, de civis e militares (CARDOSO, 1997), começa a (re) funcionar o que Cardoso denominou de “gangorra do poder oligárquico”. Isso quer dizer que não existia um sistema político estável que marcasse os limites e as regras do jogo de poder (CARDOSO, 1997).

A Constituição do país, de 1891, tem como traço central o princípio federalista. Segundo Cardoso, tal regime seria representativo, “controlado por uma divisão de poderes entre o Legislativo, bicameral, o Executivo e o Judiciário” (CARDOSO, 1997, p.37). Isso evitaria o apadrinhamento de funcionários tão característicos no período imperial.

Mas os planejamentos políticos dos governos de Deodoro e Floriano, principalmente deste último, fracassaram por conta da crise econômica que assolou a economia brasileira nos anos de 1892. Já nos governos de Prudente de Moraes (1894-1898) e de Campos Sales (1898-1902) proclama-se a ortodoxia monetarista, por conta da necessária “deflação, equilíbrio orçamentário, restauração do imposto pago em ouro nas alfândegas” (CARDOSO, 1997, p. 36), com o intuito de reequilibrar a economia.

Com a institucionalização do federalismo, as dissidências entre estados aumentaram. Já na gestão de Campos Sales (1898-1902) há uma consolidação do que ficou chamado de Repúblicas das Oligarquias que começou em 1894 e foi até 1930, quando Prudente de Moraes, primeiro Presidente civil, assume o governo brasileiro.

De uma maneira geral, a forma de organização política que governou esse período

⁹ Fonte: CARDOSO, 1997, p.35

foi a Política Oligárquica. Consiste em uma proposta feita pelo Presidente Campo Salles em promover (institucionalizar) o “Pacto Oligárquico”, que seria uma liderança mais do que pessoal e sim institucional (CARDOSO, 1997). A organização dos cargos políticos ficaria restrita às alianças e às oposições entre os governos Federal e Estadual. Cardoso sintetiza o pacto oligárquico fazendo uma analogia ao período imperial: “Noutros termos, voltar-se-ia formalmente aos períodos em que as oposições locais poderiam transformar-se em governo graças às derrubadas promovidas pelo (poder) Moderador” (CARDOSO, 1997, p.47).

Cardoso divide em cinco características que imperaram a respeito da administração (institucional) da política oligárquica:

- Independência entre poderes, mas prevalência presidencial.
- O legislativo nem governa nem administra, que faz é o executivo.
- Os governadores estaduais seriam reconhecidos e legitimados, por meio da mesma eleição para o governo federal.
- As eleições estaduais causaram uma obrigação simbólica dos Estados apoiarem a política do presidente. Esse processo beneficiava, principalmente, o cálculo do número de deputados federais proporcional à população dos estados. Dessa forma, os estados mais populosos (São Paulo e Minas Gerais) tinham o maior número de representantes no Congresso e escolhiam, através de revezamento, o Presidente do Brasil.
- As atas eleitorais eram assinadas pela maioria das Câmaras Municipais e aprovada pela Comissão de Verificação de Poderes. Tudo isso para manter a lisura (inexistente na prática, principalmente porque o voto era aberto) do processo eleitoral.

Durante 36 anos, a Política Oligárquica vigorou para eleger os representantes do quadro político do Estado. Somente pós- crise de 1929 que tal política sucumbiu. E foi no governo de Washington Luís (1926-1930), porque o mesmo indicou um representante paulista¹⁰, depois de uma gestão indicada por um representante paulista. Minas Gerais não aceitou e a crise política fortaleceu a Aliança Liberal, uma chapa de oposição composta pelas oligarquias do Rio Grande do Sul, Paraíba e a “traída” Minas Gerais, além do Partido Democrático (composto por dissidentes do Partido Republicano Paulista). A Aliança Liberal indicou para Presidente Getúlio Vargas.¹¹

Até aqui, mapeamos aquilo que achamos o mais relevante da complexa organização política da República Velha. Em breves palavras mapearemos o ensino superior no período da República Velha utilizando as fontes de Luiz Antônio Cunha e de Maria de Lourdes Fávero.

¹⁰ Washington Luís teria indicado o candidato paulista Júlio Prestes.

¹¹ A Aliança Liberal indicou João Pessoa para ser vice de Getúlio.

4 | O ENSINO SUPERIOR NA REPÚBLICA VELHA

Vimos que a Proclamação da República, em 1889, representava a necessidade de mudanças já manifestadas nas relações do cotidiano da população. O fim do trabalho escravo, o fluxo imigratório, o surto do café, o aumento do setor urbano, o operariado, foram os pilares das grandes alterações vistas na sociedade brasileira.

Durante o período da República Velha, acompanhando as mudanças, no cenário da educação superior, houve o surgimento e o consequente aumento das escolas superiores livres, que não dependiam do Estado e eram construídos órgãos privados (CUNHA, 1980).

Todas as reformas foram implementadas pelo Executivo, sendo que sua aprovação dependia do orçamento.

Segundo Cunha (1980), em fins de 1880, existiam pequenas escolas superiores, principalmente nas áreas de Engenharia, Medicina, Direito e Agronomia, localizadas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Salvador, Recife/Olinda, Cruz das Almas (Bahia) e Pelotas (Rio Grande do Sul). A partir da consolidação da República Velha, o número de estudantes das escolas superiores aumentou muito. Isso está coadunado com o aumento do número de escolas superiores construídas pelo setor privado, isto é, fora do aparato do orçamento do Estado.

Cunha (1980) destaca um fator importante na expansão das escolas superiores: o fator ideológico positivista. A influência positivista no campo da política educacional foi grande durante a República Velha, sendo claramente percebida através de documentos e discursos na década de 1920. Nas análises de Cunha (1980, p.151), a Constituição de 1891 mostra a conciliação de [...] “antigos projetos liberais de secularização e descentralização do ensino com as propostas positivistas de desligar o exercício das profissões dos privilégios concedidos pelos diplomas escolares”.

Os positivistas, apesar da conciliação presente na Constituição, tinham posturas mais radicais. Eles defendiam que os diplomados não poderiam ter privilégios em cargos públicos, por causa especificamente dos títulos. Os positivistas defendiam que a ocupação de tais cargos deveria ser mediante exames (concurso) a fim de avaliar os candidatos.¹²

Como Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos entre 1890 e 1891, Benjamin Constant adaptou os ideias positivistas às necessidades do Estado, além de aumentar o acesso ao ensino superior.¹³ Esse dado fez com que ele legalizasse, por meio do Decreto 1.232-G, os diplomas expelidos pelas escolas superiores construídas pelo setor privado, que estas tivessem o mesmo valor dos expelidos pelas escolas federais. Tal Decreto criava o Conselho de Instrução Superior que teria a incumbência de aprovar e de equiparar os diplomas das escolas superiores privadas (CUNHA, 1980).

Houve a aprovação de novo Decreto, o 1.232-H, que regulamentava as Faculdades

¹² A defesa de concurso estava associada também à verificação de títulos anteriores (currículo).

¹³ Não mencionaremos a atuação do Ministro Benjamin Constant voltado para o ensino primário e secundário.

de Direitos já existentes, a de São Paulo e a de Pernambuco¹⁴ e permitia também a criação de escolas de Direito no âmbito estadual e pela iniciativa privada. De uma maneira geral, o Decreto 1.232-G não atendeu as exigências esperadas, fazendo com que as escolas superiores particulares, somente aquelas que não atendiam as exigências de equiparação, dessem “uma volta” na fiscalização ministerial.¹⁵

Outra questão que não ficou resolvida, até os dias de hoje, foi o exame de entrada para o ensino superior. O exame de madureza permitia o ingresso dos aprovados ao ensino superior. Porém, o que ocorreu foi o ensino secundário ter sido uma via obrigatória para o ensino superior. Além do exame de madureza, extinto para dar lugar ao exame de vestibular, “forma e função primitiva dos exames preparatórios” (CUNHA, 1980, p.161), a seriação obrigatória do ensino secundário serviram para impedir possíveis comprometimentos de rebaixamento de qualidade dos egressos do ensino superior.

Mas foi em 1915 que o ensino superior e secundário teve alterações profundas, inclusive em relação aos impasses sobre os exames, “primitivos” vestibulares. No ano que vai de 1891 até 1910 foram criadas cerca de 27 escolas superiores: 9 de Medicina, Obstetrícia, Odontologia, e Farmácia, 8 de Direito, 4 de Engenharia, 3 de Economia e 3 de Agronomia (CUNHA, 1980). Esse aumento favoreceu a criação do Decreto 11.530 que reorganizava o ensino secundário e superior em todo o país.¹⁶ Nele constavam algumas mudanças e acréscimo:

- Conservava o Conselho Superior de Ensino aumentando sua atribuição que seria a de fiscalizar escolas superiores não federais;
- Ressalvava que as escolas superiores equiparadas poderiam reivindicar a validade dos diplomas conferidos ao Supremo Tribunal Federal, à Diretoria de Saúde Pública ou ao Ministério da Viação;
- Impedimentos quanto à multiplicação das escolas que reivindicavam equiparação. Somente em casos em que a escola superior funcionasse em uma região com menos de 100.000 mil habitantes não poderia ser equiparadas. Não podia ser equiparadas mais de duas escolas de Direito, Engenharia ou Medicina, em cada unidade da federação. A cada escola oficial uma escola superior poderia ser equiparada, na mesma área de ensino.
- Cria a figura do professor catedrático, substituindo a do professor ordinário da lei orgânica;
- Reorganiza os exames de vestibulares: foram realizados em janeiro, tendo duas etapas: prova escrita e prova oral. A primeira consiste em traduzir um texto em duas línguas – francês, inglês ou alemão e a segunda vai de acordo com o critério de cada escola.

14 Um ótimo texto, lido na disciplina Educação Brasileira, foi o de Sérgio Adorno *A Academia de Direito de São Paulo no projeto de construção do Estado Nacional*.

15 Cunha (1980) cita duas escolas que fizeram isso: A Escola de Engenharia da Mackenzie e a Escola de Engenharia de Porto Alegre.

16 Serão analisadas no Decreto somente as alterações que concernem o ensino superior.

Percebe-se que no momento da implantação do Decreto a intenção dos políticos era de limitar o acesso ao ensino superior, uma vez limitando a autorização de novas escolas superiores. Os estudantes manifestaram-se contra o referido Decreto e a reforma que o implementou, conhecida como Reforma Rocha Vaz. Cunha (1980) caracteriza dois encaminhamentos estudantis acerca dos problemas sociais presentes na sociedade brasileira. Uma orientação seria a crítica à ideologia que o governo seguia: por se aproximarem dos trabalhadores, operários anarquistas e socialistas. Outra seria a partir dos interesses das classes médias urbanas, pois defendiam o sistema capitalista, com severas reformas institucionais.

Já no início do século XX, com intensas mudanças ocorrendo no Brasil, houve também grandes debates para a implantação ou não de Universidades no Brasil. Segundo Fávero (1980), desde o século XVII havia manifestações de criação dessas instituições. A Metrópole, para manter-se como tal, impedia qualquer ensino que fosse mais autônomo. Com aumentos de pessoas letradas por conta das escolas superiores intensificaram-se os debates para a criação de universidades no Brasil. Apesar de não mencionarmos tanto neste trabalho, a Igreja, sem dúvida, exerceu um poder fundamental em várias questões cruciais em torno da política brasileira. Não foi para menos a construção e defesa de uma universidade com ideias e preceitos cristãos. Em um evento realizado na Bahia, o Congresso Católico, realizado em 1901, inicia-se uma discussão da Igreja Católica sobre a possibilidade de se ter universidade ou faculdade católica no Brasil. No II Congresso Católico no Rio de Janeiro, em 1902, a pressão pela criação de uma universidade católica nos moldes das existentes na Europa aumentou muito e, em 1908, é fundada no Mosteiro Beneditino de São Paulo a primeira Faculdade de Filosofia do Brasil. Esta foi vinculada à Universidade de Louvain (FÁVERO, 1980).

As universidades que surgiram no Brasil foram de duração efêmera¹⁷: a Universidade Popular em 1904, de iniciativa da pequena burguesia ligada ao movimento operário de tendências anarquistas; a Universidade de Manaus em 1909; e a do Paraná em 1912.¹⁸ Em 1911, surgiu, segundo Cunha (1980), uma “curiosa sociedade”: Vinte profissionais de ensino superior fundaram uma sociedade civil que seria a Universidade de São Paulo.¹⁹ O recurso financeiro para subsidiar os equipamentos foi conquistado graças a essa sociedade que puderam montar laboratório de física, química, história natural e dentre outros (CUNHA, 1980).

Com o objetivo de oferecer ensino desde o primeiro grau, a Universidade “passageira” de São Paulo tinha o objetivo de promover teoria altamente rebuscada. A composição por níveis de ensino estariam subdivididas da seguinte maneira: Primário;

17 São chamadas pelo Cunha (1980) de *Universidades Passageiras*.

18 Em 1926 a Universidade de Manaus fragmentou-se em três estabelecimentos isolados: Faculdade de Engenharia (extinta em 1943), Faculdade de Farmácia e Odontologia (extinta em 1944) e a Faculdade de Direito, incorporada à Universidade do Amazonas em 1962. A universidade do Paraná foi extinta principalmente por causa da reforma Carlos Maximiliano (CUNHA, 1980).

19 Onze médicos, quatro farmacêuticos, três dentistas e dois advogados (CUNHA, 1980, p.180)

Secundário; Superior e chamada; “Transcendental”.

Em 1915 a Universidade contou com 700 alunos e 100 professores.²⁰ Entre 1913-16 a Universidade formou 132 cirurgiões-dentistas, 14 bacharéis em direito, 4 farmacêuticos, 4 engenheiros, e 6 doutores em medicina e cirurgia (CUNHA, 1980). Em 1917 ela foi fechada, apesar de um significativo avanço, não tendo nenhuma influência, didático-pedagógica para as universidades subsequentes, principalmente a Universidade de São Paulo, fundada em 1934.

Mas foi com a criação da Universidade do Rio de Janeiro através do Decreto nº 14.343 de 7 de setembro de 1920, por meio do qual resultou na superposição de uma reitoria a três escolas superiores já existentes, que o debate sobre universidade começa a ter relevância social (FÁVERO, 1980).

O Decreto 16.782-A de 1925 autoriza a criação de outras instituições universitárias, somente para os estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Todos os estados tinham que seguir o modelo do Rio de Janeiro e de ter um capital suficiente para custear as despesas das universidades.

Durante a década de 1920, os membros da futura Associação Brasileira de Educadores (ABE), criada em 1924, fizeram várias reformas do ensino contrárias as de Sampaio Dória.²¹ A partir de sua criação, a ABE serviu para “institucionalizar a discussão” do problema educacional em âmbito nacional (CUNHA, 1980).

Em 1926, o jornal Estado de São Paulo, e em 1928 a Associação Brasileira de Educadores (ABE) promoveram o que ficou conhecido como “inquéritos” sobre o ensino público, sendo discutido principalmente o problema da universidade no Brasil (FÁVERO, 1980). Fernando de Azevedo fez sérias críticas a respeito da legislação educacional. (CUNHA, 1980). A partir das hipóteses colocadas nesse inquérito, Francisco Campos, o então Ministro da Educação e Saúde, coleta a sua inspiração para elaborar a exposição de motivos do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931.

O inquérito foi decisivo para consolidar, radicalmente, alterações no ensino, principalmente em seu arcabouço legislativo, devido ao diagnóstico do inquérito.²² A síntese de defesa de um ensino de qualidade pode ser resumida em quatro aspectos gerais (CUNHA, 1980): 1. Os ginásios não cumprem o papel de formar culturalmente a população do país; 2. A necessidade de formar elites intelectuais; 3. A criação de uma Universidade de São Paulo²³ deve ser feita pelo espírito universitário moderno; 4. Criação de uma secretaria de educação estadual e um ministério para a saúde e instrução pública.

20 Em 1915 foi lançado também o Decreto 11.530 de 18 de março. Ele dizia que o Governo Federal poderia “reunir em universidade, no Rio de Janeiro, a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e uma escola de direito” (CUNHA, 1980, p.189).

21 Foi a mais importante reforma realizada pelo movimento “entusiastas da educação”. Sampaio Dória, membro da Liga Nacionalista, reformou o ensino primário, instituiu a escola primária de sete anos, com dois anos primeiros obrigatórios (CUNHA, 1980, p.195).

22 O inquérito contemplava também o ensino secundário.

23 O inquérito era para analisar a situação do ensino em São Paulo, mas foi estendido para todo o país tendo em vista o documento conter densas e complexas análises acerca da realidade educacional no país.

Tais aspectos serviram para que Francisco Campos encaminhasse reformas no plano do ensino superior bastante significativa. Segundo Tenório (2009), a Reforma Francisco Campos organizou a estrutura do ensino, por meio de uma série de decretos criando o ensino de base comum nacional. Seguem abaixo os principais decretos da Reforma Francisco Campos:

- Decreto nº 19.850 – 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação.
- Decreto nº 19.851 – 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do Ensino Superior no Brasil e adota o Regime Universitário (o chamado Estatuto das Universidades Brasileiras)
- Decreto nº 19.852 – 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
- Decreto nº 19.890 – 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do Ensino Secundário.
- Decreto nº 20.158 – 30 de junho de 1931: organiza o Ensino Comercial, regula a profissão de Contador e dá outras providências.
- Decreto nº 21.241 – 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário (SAVIANI *apud* TENÓRIO, 2009).

As alterações na década de 1930 no âmbito do ensino superior não surgiram de repente. Tentamos mostrar como que ao longo da República Velha as questões sobre educação foram ganhando espaço muito por conta de alterações centrais no campo socioeconômico brasileiro. O Estatuto das Universidades Federais, elaborado por Francisco Campos reflete a história da mentalidade, segundo Fernandes (1975) pertencente a uma ordem social competitiva e dependente dos países centrais do capitalismo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo pretendeu situar historicamente a organização social no Brasil no período da República Velha. Essa tarefa contribui no entendimento do contexto histórico da década de 1930.

O panorama social antes da “Revolução de 1930” é essencial para entendermos os motivos que levaram certos setores sociais dominantes a transformarem a ordem até então existente. Essa transformação que culminou com a “Revolução de 30” foi mais para inserir politicamente grupos dominantes excluídos devido à política do café com leite, ou nas palavras do Cardoso 1997, no jogo da política oligárquica do que alterar radicalmente a divisão social fundada em quem tem mais riqueza e em quem tem menos.

Duas questões chamam a atenção em relação à organização social no século XIX no Brasil: a importância econômica e social do fim da escravidão e a imigração. Esses dois fatores, além de outros condicionantes, foram decisivos na formação e no rearranjo

de grupos sociais que em seguida fizeram parte da organização compósita da burguesia brasileira, neste caso privilegiando somente os imigrantes.

O escravo representava lucro para os senhores de terra, por eles não “pagarem” a força de trabalho dispendida. Com a vinda de imigrantes, associado a uma maior escolarização das camadas médias e altas, o processo de construção da classe trabalhadora toma forma sob os moldes do sistema capitalista. Edgar Carone (ano) desenvolve brilhantemente as lutas contra as desigualdades no Brasil a partir das experiências que os imigrantes tiveram na Europa.

Esse movimento – fim da escravidão e fluxo imigratório – ocorreu junto com o processo de urbanização. Importante destacar que os fatores mencionados neste artigo exercem uma relação de concomitância, isto é, aconteceram em um conjunto histórico propício a mudanças e estas ocorreram simultaneamente. Entendemos por simultâneo o fato histórico que não está diretamente vinculado com o tempo cronológico, mas sim com o tempo social no qual tal fato acontece.

Essas questões são centrais porque os três autores utilizados: Edgar Carone, Fernando Henrique Cardoso e Sônia Mendonça – inclusive Florestan Fernandes – afirmam que essas alterações foram significativas, conforme apresentada ao longo do artigo.

Nesse sentido, o artigo procura revisitar e problematizar por meio dos fatos históricos a reorganização das classes sociais no país que culminou na “Revolução de 30” e que influenciou pensadores sociais, sobretudo Anísio Teixeira a reformular marcos regulatórios que tinha como base a identidade nacional por meio da ação da democratização e permanência do acesso à educação. Importante ainda ressaltar que a reorganização de classe foi necessária para manter uma elite compósita no poder, fragilizando as possibilidades de transformação social.

A potencialidade desperdiçada pela sociedade brasileira ao conservar a “Revolução de 30”, mantendo os rearranjos de classes de forma compósita, vem surtindo efeitos perversos até os dias de hoje. Nesse sentido, analisar o período de 1890 até 1930 nos inspira a refletir novas ações e consignas de luta em prol da democratização e permanência dos espaços formais de ensino, bem como ampliar o acesso à difusão cultural tão necessários para aprofundar o capital cultural da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. A Academia de Direito de São Paulo no projeto de construção do Estado Nacional. In: **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos Governos Militares a Prudente - Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Org.) **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: BCD União de Editores S.A, 1997. (História Geral da Civilização Brasileira).

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877-194)**. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1984.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**: o Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade e Poder**: Análise crítica/fundamentos históricos: 1930-1945. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FERNANDES. Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: um ensaio de interpretação sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997. (Estudos Rurais).

TENÓRIO, N. C. O Ensino no Brasil: da República Velha à Reforma Francisco Campos: uma releitura. **Revista Espaço Acadêmico**, 92, 1-7, 2009.

SEYFERTH, Giralda. In: Advocacia Dias Marques On-line. Disponível em: <www.diasmarques.adv.br/.../historico_imigracao_brasil.htm> Acesso em: 6 de agosto de 2009.

Data de aceite: 01/10/2021

Davi Ebenezer Ribeiro da Costa Teixeira

Universidade Federal de Goiás
Goiânia – Goiás

<http://lattes.cnpq.br/8978913225703213>

RESUMO: Tendo como referência duas interpretações da canção *Índia*, este trabalho tem como objetivo discutir, a partir do cenário da música popular brasileira da década de 1970, realidades sociais que se sobrepõem. Incorre na proposta a existência de uma tradição, por vezes forjada, que veio construir e legitimar a ideia de uma música popular brasileira, o que por sua vez está relacionado ao conceito de memória, conforme proposto por Pollak (1989). Reflete-se afinal se no contexto de modernidade líquida, conforme proposto por Bauman (2001), no qual as canções estavam circunscritas, a tradição tal como foi firmada continua prevalecendo.

PALAVRAS-CHAVE: Música, Tradição, Modernidade Líquida, Memória.

ÍNDIA, SANGUE TUPI: QUESTIONS BETWEEN BRAZIL

ABSTRACT: From two interpretations of the song *Índia*, this article intends to discuss, through the Brazilian popular music scene of the 1970s, social realities of the same context. The

proposal visualizes the existence of a tradition, sometimes invented, that came to build the idea of a Brazilian popular music, and this is related to the concept of memories as studied by Pollak (1989). It is questioned whether in the context of liquid modernity, as proposed by Bauman (2001), in which the songs were situated, the tradition as established continues to prevail.

KEYWORDS: Song *Índia*, Tradition, Liquid Modernity, Memories.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, e vem compor, como pré-requisito para sua conclusão, a disciplina *História, Estudos Culturais e Imagens*, ministrada pelas professoras Dra. Sônia Maria de Magalhães e Dra. Heloisa Selma Fernandes Capel.

A preferência pela canção *Índia*, composição de José Asunción Flores (1904-1972) e Manuel Ortiz Guerrero (1897-1933), em sua versão para o português de José Fortuna, tem a ver com as várias interpretações da canção realizadas por cantores brasileiros, em momentos significativos para a historiografia da música popular brasileira.¹ Sabe-se também com

1 Cabe pontuar que a música popular brasileira a qual este trabalho está se referindo compreende todas as formas de canção popular brasileira “estabelecidas no território urbano, com todos os seus canais abertos às interferências culturais externas, materiais ou de linguagem, formatadas pelo disco e pelo rádio (TATIT, 2004, pp.33-34 *apud* VARGAS, 2007, p. 91)”, que por sua vez também engloba o gênero MPB. Em tempo pode se dizer com Napolitano que, parafraseando Cecília Meireles, quanto à MPB, “todo mundo sabe o que é, mas ninguém consegue explicar” (NAPOLITANO, 2007, p. 6).

Vargas (2007) que essa unidade música-letra que é a canção popular é um objeto cultural de “alta porosidade e extrema capacidade de absorção e tradução de informações a partir dos contatos que se dão nas cidades desde o início do século XX” (VARGAS, 2007, p. 91).

Dá-se prioridade, neste artigo, a duas interpretações da canção ocorridas no início da década de 1970, por sua relação de proximidade temporal e até mesmo sonora (versão de Gal Costa) com o cenário musical brasileiro de destaque na época – movimento Tropicália ou Tropicalismo -, o que permite também remeter, tendo em vista o contexto global, aos conceitos de modernidade líquida, identidades, tradição e memória, conforme propostos, respectivamente, por Bauman (2001), Hall (2014), Napolitano (2007) e Pollak (1989).

Ao ter como objetivo refletir o Brasil através de duas versões da canção *Índia*, contrapondo-as, é relevante trazer ao texto o movimento Tropicália ou Tropicalismo que, além de sua importância significativa para a canção brasileira, configurou-se junto a outras manifestações artísticas, como um movimento cultural brasileiro amplo, que buscou pensar o Brasil através da canção popular. Sendo a canção uma das forças motrizes dos debates, os músicos participantes do movimento criticaram a arte e a cultura brasileiras do período – anos finais da década de 1960/início de 1970 -, e estabeleceram diálogos com as linguagens verbais, cênicas e visuais (NAVES, 2001).

Percebe-se um caráter aglutinador do movimento, também estendido à sonoridade de suas canções. O cantor e compositor Gilberto Gil, em entrevista ao documentário brasileiro *Uma noite em 67*, produção de Renato Terra e Ricardo Calil, discorrendo acerca da diversidade sonora da canção tropicalista, afirma:

(...) fazer os cultivares híbridos, misturar as coisas para dar plantas novas, misturar laranja com mamão, o abacateiro que amanhecerá tomate e anoitecerá mamão que eu vim a fazer no Refazenda, essa ideia de Refazenda já estava ali naquilo tudo, era os Beatles e Luís Gonzaga, era os Rolling Stones e Jorge Bem Jor, era a banda de pífaros de Caruaru e o Jefferson Airplane (GIL, 2010).

Assim, é possível reconhecer, no caráter de diversidade apresentado pelo movimento, que também pauta a sonoridade de suas canções, uma circunstância que se relaciona a uma convivência intrincada de passado, presente e futuro, circunstância essa definida por Castoriadis (1985) e Freire (1994) como “Tempo Múltiplo”. Nessa circunstância evidenciada, de interação do ontem com o hoje e com o amanhã (MEDAGLIA, 2003) é revelada a existência de uma tradição.

A propósito, as duas interpretações da canção *Índia* que o estudo está a remeter são a do cantor Paulo Sérgio, registrada no disco Paulo Sérgio Vol. 7 (gravadora Beverly) em 1973, e a da cantora Gal Costa, gravada no disco *Índia* (gravadora Philips/Phonogram) no mesmo ano.

É significativo, por ser uma canção paraguaia, circunscrita a um cenário cultural latino-americano, considerá-la junto ao cenário musical brasileiro, até porque as práticas culturais latino-americanas se assemelham em vários aspectos. Um aspecto relevante e de

interesse neste artigo é o do cultivo acentuado da tradição. Mas como enxergar, ainda que brevemente, considerando que as canções escolhidas estão circunscritas a um contexto da década de 1970, a questão da tradição em sua relação com a modernidade nos países latino-americanos, questiona-se? Canclini (2011) ressalta que o cultivo da tradição nesses países tem a ver com as diferenças do desenvolvimento do capitalismo local, sobretudo no referente às condições econômicas, tecnológicas e midiáticas apresentadas, que condicionam um constante “entrar e sair da modernidade”. Essa condição peculiar latino-americana de investir no cultivo da tradição em suas práticas culturais, afirmando-a de forma constante, segundo o mesmo autor, também aponta para uma circunstância que não deixa de evidenciar lutas de representações, circunstâncias essas que estão relacionadas aos “poderes oblíquos” que se revelam em situações nas quais se negocia e se entra em conflito com a diferença.

Nesse aspecto que se encontra e apresenta a diferença, e através dela se negocia e/ou entra em conflito, são destacados no cenário da música popular brasileira os dois *Brasis* apontados no título deste trabalho. Em tempo pontua-se que serão discutidos adiante ainda mais porque relaciona-se à concepção dos dois *Brasis* a existência de uma tradição, por vezes forjada. Tem relevância, portanto, neste estudo, a questão da tradição nos aspectos apresentados, com destaque para as lutas de representações evidenciadas.²

Com esse intuito de pensar o Brasil acreditando na proposta da existência de dois *Brasis* paralelos, se contrapondo, questiona-se antes como é firmada a relação da música popular brasileira com a tradição ou mesmo como a tradição construiu o que se instituiu como a legítima música popular brasileira. Esse aspecto parece revelar formas de consciência e inconsciência na música popular brasileira. A exemplo das duas interpretações da canção *Índia* abordadas neste artigo, é sabido que a versão que fez sucesso e foi ouvida e consumida pela grande maioria do povo brasileiro no início da década de 1970 foi a do cantor Paulo Sérgio e não a da tropicalista Gal Costa. Até mesmo o humorista Chacrinha, em sua coluna no jornal *A Notícia*, no ano de 1973, constatava o fato escrevendo que “Paulo Sérgio, com *Índia*, dominando as paradas de todo o Brasil” (CHACRINHA, 1973 *apud* ARAÚJO, 2013, p. 184). Mas em pesquisa recente, buscando novas referências, o autor deste trabalho verificou que quase nada se fala da interpretação do cantor Paulo Sérgio. Em artigo recente para a coluna *Pop & Arte* do jornal *O Globo*, intitulado “Mariene de Castro dilui paixão sensual de *Índia* em gravação sem luminosidade”, o jornalista Mauro Ferreira descreve várias interpretações da canção como as de Cascatinha & Inhana, Francisco dos Santos, Ana Eufrosina da Silva, Gal Costa, Mariene de Castro e Tim Bernardes. Da interpretação de Gal Costa em 1973 o jornalista a denomina como “antológica gravação de sete minutos” e ainda acrescenta outra

2 Segundo Chartier (2002), a noção de representação social permite articular três modalidades da relação social com o mundo: “em primeiro lugar o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas [e obras] que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade” (CHARTIER, 2002, p.17)

versão da canção *Índia* registrada por Gal Costa no ano de 1979 (disco Gal Tropical). Com isso fica evidente, como diz a letra da canção *Querelas do Brasil*³, composição de Aldir Blanc e Maurício Tapajós, que um “Brasil não conhece o Brasil, o Brasil nunca foi ao Brasil, o Brasil não merece o Brasil, o Brasil tá matando o Brasil”.

Em tempo é preciso apontar que ainda no ano de 1966, antes do movimento Tropicália eclodir, o cantor e compositor Caetano Veloso, em entrevista à *Revista Civilização Brasileira* destacou que

Só a retomada da linha evolutiva pode nos dar uma organicidade para selecionar e ter um julgamento de criação. Dizer que samba só se faz com frigideira, tamborim e um violão sem sétimas e nonas não resolve o problema. Paulinho da Viola me falou há alguns dias da necessidade de incluir contrabaixo e bateria em seus discos. Tenho certeza de que, se puder levar essa necessidade ao fato, ele terá contrabaixo e terá samba, assim como João Gilberto tem contrabaixo, violino, trompa, sétimas, nonas e tem samba. Aliás João Gilberto para mim é exatamente o momento em que isto aconteceu: a informação da modernidade musical utilizada na recriação, na renovação, no dar-um-passo-à-frente, na música popular brasileira. **Creio mesmo que a retomada da tradição da música brasileira deverá ser feita na medida em que João Gilberto fez.** Apesar de artistas como Edu Lobo, Chico Buarque, Gilberto Gil, Maria Betânia, Maria da Graça (que pouca gente conhece) sugerirem esta retomada, em nenhum deles ela chega a ser integral (CAMPOS, 2003, p. 63, grifo meu).

O citado Chico Buarque, contrapondo e já sabendo em 2004 de como a retomada da “linha evolutiva” se deu, em entrevista à *Folha de São Paulo* refletiu que talvez a canção “seja um fenômeno do século 20” (NAVES, 2010, p. 95).

Ao falar da modernidade de João Gilberto, na qual o samba (tradição) convivia com a modernidade (contrabaixo elétrico, sétimas, nonas) e tendo que partiu de Caetano Veloso e Gilberto Gil a deflagração do movimento Tropicália, movimento que pautava a sonoridade de suas canções pela diversidade e pluralidade de gêneros e estilos (tradição em convivência com a modernidade), considerando também que Chico Buarque tem imagético à sua figura – *persona* – artística a figura de um sambista e o samba, não se propõe a fala de Caetano a uma já observação do que viria, ou seja, das práticas culturais na pós-modernidade, onde a tradição conviveria com a modernidade de forma afetuosas? Sendo a tradição o *moto contínuo* do que se chama música popular brasileira, não estaria também Chico Buarque questionando essa canção tal como foi concebida, firmada e depois desconstruída? Essas reflexões fazem parte deste artigo. Mesmo que incipientes já vêm balizar a pesquisa que está sendo desenvolvida no programa de doutorado.

E por falar em modernidade, o contexto que se apresentava de forma inicial no recorte de tempo escolhido para este trabalho era o de pós-modernidade ou modernidade

3 Com o título fazendo referência ao samba-exaltação *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, a canção foi interpretada pela primeira vez por Elis Regina em abril de 1978, no teatro Ginástico, no Rio de Janeiro, e compõe o disco *Transversal do Tempo*. Alguns versos da canção, tecendo uma crítica à realidade brasileira, dizem que “o Brasil não conhece o Brasil, o Brasil nunca foi ao Brasil, o Brasil não merece o Brasil, o Brasil tá matando o Brasil”.

líquida, conforme assim o denomina Harvey (2013) e Bauman (2001). Cabe a vez refleti-lo, ainda mais porque a interpretação da canção *Índia* realizada por Gal Costa traz em sua sonoridade e performance aspectos estilísticos que se relacionam àqueles da Tropicália, ou seja, um caráter pautado pela diversidade. A convivência na sonoridade, como se verá, do nacional em interação com o estrangeiro, do erudito com o popular, do rural com o urbano tem a ver com encontros mais acirrados que condicionam identidades plurais, tão evidentes na modernidade líquida. E a canção, porosa como é, reverbera em sua sonoridade esses encontros. Ao retomar aspectos estilísticos da canção tropicalista, pode-se ainda acrescentar com Medaglia (2003), músico e maestro participante do movimento que:

(...) o Tropicalismo abriu-se para a diversidade, mesclando fervilantemente os mais inusitados componentes culturais num projeto cultural de impacto. Inicialmente as pessoas ficaram confusas – inclusive os críticos – diante da parafernália de elementos os mais antagônicos que formavam aquele impulso criador (o arranjo original da música Tropicália com a interpretação de Caetano que deu origem ao movimento, eu escrevi e gravei no mês de setembro de 1967). Do arsenal sonoro e literário do Tropicalismo faziam parte a Bossa Nova e a Velha, a guitarra elétrica e o bandolim, a música medieval e a eletrônica, a música fina e a cafona, o portunhol e o latim, a música de vanguarda e a do passado, o baião e o beguine, o berimbau e o teremim, o celestial Debussy e Vicente Celestino, os versos de Caetano de Santo Amaro e a Poesia Concreta, o som e o ruído, o canto e o grito, indo provocar terremotos, por exemplo, no artístico e no cultural, no político e no social (MEDAGLIA, 2003, p. 182-183).

Assim, as existências individuais fatiadas em sucessão de experiências fragilmente conectadas ou mesmo em fragilidade e condição eternamente provisória (BAUMAN, 2005), proporcionadas por acirrados encontros culturais, condicionados pelo capital que se livrou do peso e dos custos exorbitantes de mantê-lo, passando a ser extraterritorial, volátil, inconstante e solto, e pelas fronteiras, que foram derrubadas, são refletidas pelo caráter estilístico da canção tropicalista.

Mas interessa a este artigo os dois *Brasis* que se contrapunham naquele recorte de tempo no qual as interpretações da canção *Índia* ecoavam. É preciso voltar ao início da década de 1970 e conhecer o lugar de *canto-fala* dos que compõem, entoam e ainda mais, dos que escutam as duas versões da canção *Índia*. É notório que pouco se fez ou faz academicamente pela versão de Paulo Sérgio. Sendo a canção uma prática oral, reproduzida comumente de forma oral, repetida nos bares, concertos e ambientes familiares e informais, facilmente guardada na memória⁴, questiona-se o porquê da não escuta da versão de Paulo Sérgio nos centros acadêmicos.

Com essas considerações iniciais reflete-se no texto, antes de apresentar as versões da canção *Índia*, a questão da tradição no cenário musical brasileiro em sua forma de consciência ou inconsciência. Propõe-se que as duas interpretações da canção *Índia*, além da leitura do texto, sejam ouvidas e acrescenta-se ainda à escuta das mesmas, por

4 Afinal, não é comum notar pessoas lendo a letra de uma canção ao cantá-la ou mesmo escrevendo a letra com fins de registro na memória.

estar remetendo ao título deste trabalho, a canção *Querelas do Brasil*, composição de Aldir Blanc e Maurício Tapajós. Se houve desconstrução ou se a canção brasileira, conforme acreditada, já é fenômeno passado, conforme aponta Chico Buarque, o inverso se fez. Por isso, é importante lembrar que lá nos primórdios, o maxixe e o lundu vieram compor a *gênese* musical brasileira, os boleros, em bom som destoaram o samba, a bossa-nova pareceu ser um gênero que não sabia o que estava acontecendo no cenário político e cultural da época, e a MPB foi um constructo de caráter educativo. A Jovem Guarda, então, foi uma propulsora para a Tropicália; um desbunde de aventura sonora! Sendo assuntos de aprofundamento de um outro artigo, a hora agora é essa: a de olhar no espelho!

21 NARCISO EM FÉRIAS: A QUESTÃO DA TRADIÇÃO, CONSCIÊNCIA E INCONSCIÊNCIA NO CENÁRIO DE MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

Caetano Veloso cantou no samba paulista *Sampa* que “o Narciso acha feio o que não é o espelho”. Ao pautar a questão da tradição, consciência e inconsciência na música popular brasileira, ou seja, ao se perceber em reflexo, em tempo outros apontamentos revelam-se necessários ao estudo. Primeiramente tem que se definir o conceito de música popular brasileira e saber de qual canção popular brasileira está a se discorrer neste trabalho. Além dos aspectos relacionados à forma canção já apresentados a princípio, entre outros, reconhecendo-a como aquela unidade música-letra estabelecida em território urbano, com todos os seus canais abertos às interferências culturais externas, materiais ou de linguagem, veiculada por meio da indústria fonográfica e dos meios de comunicação de massa (rádio, televisão e ciberespaço) (VARGAS, 2007), cabe ressaltar que, assim como existem dois *Brasis*, conforme apontado por Machado de Assis ainda em 1861⁵, e também por Aldir Blanc e Maurício Tapajós na canção *Querelas do Brasil*, já citada, há dois tipos de canções brasileiras. Uma canção está subscrita, à margem, é pouco discutida e por vezes é considerada inferior à outra canção, reconhecida como a “autêntica” representante da música popular brasileira. Nisso, de acordo com Napolitano (2007), incorre a existência de uma tradição legada, que vem a constituir o cerne da ideia de música popular brasileira, e que não faz jus à pluralidade e diversidade das manifestações musicais existentes no país e de seu cancioneiro. Sendo um fenômeno amplo e complexo, a música popular brasileira passa a ser entendida, dessa forma, através de sua relação com uma tradição musical popular hegemônica, por vezes inventada, e que foi consolidada através de convenções, debates, estéticas e ideologias em torno de três gêneros: samba, bossa-nova e MPB (NAPOLITANO, 2007). Ressalta-se, portanto que, mesmo quando inventada, essa tradição tem raiz e está fixada nas mentes e corações, não sendo invalidada. Acrescenta-se ainda que a música popular brasileira assim apresentada “nunca foi tão rígida a ponto de sufocar as novidades e as contribuições de

⁵ O escritor, em artigo publicado no Diário do Rio de Janeiro em 29 de dezembro de 1861, diz em relação ao Brasil que “o país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco” (ASSIS, 1861).

outros gêneros, regionais ou estrangeiros” (NAPOLITANO, 2007, p.6). Reconhece-se, afinal, um caráter de abertura ou mesmo provisório dessa música popular brasileira, que à volta com a tradição, em reinvenções do passado, veio a ser institucionalizada e consagrada na sigla MPB.⁶ Assim,

a música popular brasileira não aconteceu apenas como um conjunto de eventos históricos, mas também como narrativa desses eventos, perpetuada pela memória e pela história, que os articulou e rearticulou como se fossem expressão de “tempos fortes” e “tempos fracos” da história. Expressão de síncope de ideias dando ritmo e fluidez à passagem do tempo e construindo um enredo vivo, aberto e imprevisível, sujeito a revisões ideológicas, reavaliações estéticas e novas configurações de passado e futuro (NAPOLITANO, 2007, p. 7).

Pode-se afirmar com o autor citado que “a música popular é um repertório de memória coletiva”, e é também “depositária da cultura popular oral”. Cabe relacioná-la, antes de mais nada, ao que propõe Michael Pollak (1989), quando discorre sobre o enquadramento da memória e memórias coletivas. Em seu conhecido texto *Memória, esquecimento, silêncio*, Pollak (1989) pontua que:

a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (...). O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989, p. 9).

Ao conceber com Napolitano (2007) que a tradição, espinha dorsal da música popular brasileira, foi iniciada pela polca, quando temperada pelo lundu e maxixe, e depois reinventada, frisa-se com Pollak (1989) que “o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos” (POLLAK, 1989, p. 10). Fala-se também com o autor, nesse sentido, de um enquadramento da memória, sendo cristalizada pela tradição. E por falar em polca, memória e tradição, cabe mais uma vez relembra o escritor Machado de Assis, agora por seu personagem Pestana, do conto *Um Homem Célebre*. Compositor de tantas polcas de sucesso, Pestana buscava ser reconhecido por uma carreira erudita. Nas paredes da sala onde estava seu piano, denominada sala de retratos, figuravam compositores clássicos como Cimarosa, Mozart, Beethoven, Gluck, Bach, Schumann. Ocorria que, ao compor, mesmo buscando inspiração em algum retrato destes, só ocorria ao compositor as melodias e ritmo saltitantes da polca. Segundo Wisnik (2004), Pestana

6 Acrescenta-se com Napolitano que a MPB define-se mais como uma “instituição sociocultural, depositária de uma tradição e de um conjunto de cânones estéticos e valores ideológicos” (Ibidem).

encarna a distância, mas também a ligação secreta entre a música de concerto e a música ligeira, via africanidade recalçada, através de um “piano requintado que trabalha institutivamente sobre os materiais e sobre a incongruência que lhe é dada. Fausto suburbano, manda as polcas para o inferno, na tentativa de escapar ao sucesso desviante das ruas. A ironia machadiana arremata: ‘mas as polcas não quiseram ir tão fundo’” (WISNIK, 2004, p. 24 *apud* NAPOLITANO, 2007, p. 12).

Ainda que prematuro na pesquisa que se inicia no doutorado, concebe-se que o cultivo da tradição inerente às práticas culturais latino-americanas também serviu para alicerçar e construir um determinado tipo de canção intitulada música popular brasileira. Sendo assim, se instituiu como cânone no cancioneiro brasileiro onde, quando convém, o elemento popular dá sentido ao nacional e o nacional educa o popular (NAPOLITANO, 2007). Vigora, portanto, uma questão de consciência e inconsciência. Não à toa a canção *Como nossos pais*, do compositor Belchior em sua letra diz que “não quero lhe falar meu grande amor, das coisas que aprendi nos discos”. Araújo (2013) lembra que nas capas dos LPs de música popular brasileira vinha escrito “disco é cultura”.

Quando se conceitua o movimento Tropicália, fala-se em um movimento que buscou pensar o Brasil. Em cada coluna que foi fundamentada a música popular brasileira tal como é conhecida, a saber o samba, a bossa-nova e a MPB, resta também refletir de forma mais profunda, por esses gêneros, quem estava “pensando” ou não o Brasil. Pontua-se, a exemplo, o gênero bossa-nova, que teve a participação significativa, a convite de João Gilberto, da cantora Alaíde Costa. Em entrevista recente (08/12/2020) à coluna *Cultura* do jornal *O Globo* a cantora destaca que “quando a bossa-nova estourou fizeram de conta que eu não existia”. Acrescenta ainda sua surpresa ao saber do preconceito velado e do apelido “ameixa” que os companheiros bossa-novistas lhe deram pelas costas. Talvez esse outro Brasil de Alaíde Costa, o Brasil real, não se encaixasse bem na proposta da bossa-nova, de um Brasil oficial. O mesmo Brasil também confrontou o outro Brasil no programa de rádio de Ary Barroso quando da primeira apresentação da cantora Elza Soares, em 1943. Segundo relato da cantora ao *Canal Brasil*, após gargalhadas generalizadas do auditório, Ary Barroso quis saber qual era o seu “planeta” de origem, ao que Elza Soares respondeu que era o “planeta fome”.

Nessa percepção de duas canções brasileira que se contrapõem e representam dois *Brasis*, uma à margem, subterrânea e outra oficial, hegemônica, concorda-se mais uma vez com o que diz Pollak sobre memórias. Interessante é saber que:

ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p.4).

E o aspecto de oralidade que representa o caráter da canção popular, vem reafirmar o que se diz. O tópico seguinte abordará as versões da canção *Índia* escolhidas, seus

intérpretes e público. Afinal, por eles a realidade social brasileira daquela época é percebida.

31 O BRASIL NUNCA FOI AO BRAZIL: PAULO SÉRGIO, GAL COSTA E A CANÇÃO ÍNDIA

Considerando que as duas versões escolhidas estão circunscritas ao cenário musical brasileiro de início da década de 1970, cabe lembrar que além de Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Elis Regina, Gilberto Gil, Edu Lobo, Gal Costa, entre outros artistas estabelecidos como intérpretes e compositores da música popular brasileira, outros cantores eram ouvidos pela grande maioria dos brasileiros. Os discos e rádios de porteiros, empregadas domésticas, motoristas e outros trabalhadores da época tocavam mesmo era Paulo Sérgio, Waldik Soriano, Odair José, Nelson Ned, Agnaldo Timóteo, Claudia Barroso, Benito di Paula, Dom & Ravel, e demais artistas, retratados pelos representantes do Brasil oficial como “bregas” ou “cafonas”. Viviam-se no país um contexto político de ditadura civil-militar e a canção popular brasileira tal como foi concebida era reconhecida pelo seu engajamento de oposição ao regime militar. Mas como observou Nelson Rodrigues, na Passeata dos Cem Mil não estava presente

um único e escasso preto. E nem operário, nem favelado, e nem torcedor do Flamengo, e nem barnabé, e nem pé-rapado, nem cabeça-de-bagre. Ali, estavam os filhos da grande burguesia, os pais da grande burguesia, as mães da grande burguesia. Portanto, as elites. (ARAÚJO, 2013, p.37).

De certo modo uma escuta atenta da época demonstra que as canções que representavam o público majoritário também denunciavam o autoritarismo, a segregação social, entre outros temas. Enquanto se discute bastante o final da década de 1960 e início da década de 1970 na música popular brasileira, pouco se fala do cantor Paulo Sérgio, que despontou no ano de 1968 com seu primeiro LP, e alcançou rapidamente naquele ano a marca de 300 mil cópias vendidas (ARAÚJO, 2013). Em grande parte da opinião de artistas e público o cantor até rivalizava com Roberto Carlos.

A versão de Paulo Sérgio da canção *Índia* remonta ao gênero iê-iê-iê e tem uma estrofe cantada em espanhol por um grupo de vozes. Soa natural a interpretação e o diálogo com o idioma, não transparecendo um apelo exótico. Possivelmente a tradição latino-americana – gênero guarânia - fosse de maior assimilação do grande público brasileiro, estando intrínseca à trama cultural brasileira e não causasse estranheza aos ouvidos.

A gravação de Gal Costa apresenta em sua sonoridade um caráter de diversidade e vai ao encontro da proposta da canção da Tropicália. Sobre essa versão Araújo (2013) diz:

Com a participação de músicos como Dominginhos e Toninho Horta, direção musical de Gilberto Gil e arranjo do maestro Rogério Duprat, a gravação de Gal mereceu toda a pompa que uma gravadora multinacional oferece aos seus artistas de maior prestígio. Para as fotos do luxuoso álbum de capa dupla foi convidado o badalado fotógrafo Antônio Guerreiro, que realizou

um trabalho ousado para a época: na capa o close de uma minúscula tanga vermelha cobrindo a parte baixa de um belo corpo feminino – o da própria Gal Costa, vestida de índia, e em mais duas poses na contracapa, com suas coxas, umbigo e seios à mostra num cenário tropical (ARAÚJO, 2013, p. 183).

O caráter estilístico da versão de *Índia* da cantora Gal Costa é o mesmo percebido nas canções da Tropicália. Em artigo recente do jornalista Carlos Leal para a coluna *Ilustríssima* do jornal *Folha de São Paulo*, no qual o disco e espetáculo *Fa-Tal/Gal a Todo Vapor* é retratado, há um trecho que Caetano diz que “a virada tropicalista se provou necessária para nós desde 1966, Gil e eu lideramos – e Gal provou, em 68, que podia ir de João Gilberto a Janis Joplin em ‘Divino Maravilhoso’ e, mais longe ainda, no ‘fa-Tal’ do começo dos 70”.

Assim, a versão de Gal para *Índia* vem ser justificada como música popular brasileira. Mesmo tendo sido encenado de forma simbólica o enterro do movimento Tropicália, conforme narra Caetano Veloso em seu livro *Verdade Tropical*, e já no exílio, anos depois o movimento é retomado e é lembrado que ainda existia em 1973. Melhor, ainda existe, pois, recentemente, no dia 02 de junho de 2021, Caetano Veloso publicou em sua rede social Instagram o seguinte comentário: “tenho sentido uma coisa muito forte quando toco ‘Tropicália’. É como se a música falasse sobre o que está acontecendo, sobre o Brasil como ele realmente é”. Percebe-se assim uma constante reafirmação da canção oficial.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falou-se neste artigo, tendo como referência duas interpretações da canção *Índia*, sobre realidades brasileiras refletidas em dois tipos de canções. Uma canção é mais escutada e tem sua oralidade – canto, voz – alçada nas rádios, encontros, bares, boates. A outra vertente da canção brasileira, mesmo que ouvida, é mais debatida, pesquisada, é até pautada por um registro de escrita musical. Uma é oficial e a outra subterrânea. Havendo uma proposta de tradição legada regendo a canção oficial, e novamente retomando a fala de Chico Buarque quando diz que a canção é um fenômeno do século XX, questiona-se em um primeiro momento se as identidades volúveis e fragmentadas conforme percorridas por Bauman (2001), inerentes a um contexto de modernidade líquida não estariam reconfigurando a tradição na canção. E, talvez nem seja possível mais ter ou construir uma música popular brasileira conforme foi canonizada, haja vista tamanho caráter de pluralidade existente na aldeia global da década de 1970 em diante, conforme assim descreve Hall (2014). Poucos anos antes das versões de *Índia* apresentadas, em 1968, a Tropicália veio desconstruir de alguma forma o que se entendia por canção brasileira. Além do caráter de diversidade sonora apresentado, a canção tropicalista não se deixou formatar em gêneros e estilos, ao que Naves (2010) diz que,

(...) é impossível entender a canção tropicalista somente a partir dos seus elementos poético-musicais, embora eles se realizem de maneira complexa, recorrendo a procedimentos intertextuais e dialogando, assim, com a

literatura, as artes plásticas, o cinema e o teatro. É que a canção tropicalista só se realiza completamente não apenas através da voz (e de outros transmissores musicais), como também do corpo, já que os tropicalistas assumem radicalmente o palco através de diversas máscaras e coreografias. A estética tropicalista opera com um conceito unificador, fazendo então com que música, letra, arranjos, imagem artística, capas de discos, cenários e outros elementos mantenham entre si uma correspondência estreita (NAVES, 2010, p. 97).

Sendo isso revelado, em qual sentido ainda pode se falar de canção popular brasileira? Estariam, a partir de um contexto de globalização e modernidade líquida, os dois *Brasis* afinal conjugados, unificados?

Quanto à modernidade líquida, que é “leve e fluída”, Bauman (2001) acrescenta que

a sociedade que entra no século XXI não é menos “moderna” que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas do convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta modernização; a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa (...). (BAUMAN, 2001, p. 40).

O autor citado ainda discorre que no contexto de modernidade líquida houve a morte do “grande irmão” (Estado-Nação), que se apropriava da tradição para trazer sentido de comunidade, sendo essa imaginada. Na aldeia global (HALL, 2014; HARVEY, 2013) estaria a tradição enfraquecida, pergunta-se? Sabe-se que a tradição, quando forjada, vem em sua maioria como afirmação de um símbolo nacional. Netto (2009) ressalta que

a identidade nacional deve se descentralizar, romper com o próprio estado nacional e passar a gerar sentido a partir de uma nova matriz, agora global, onde, então, ela finalmente se centre. Esta nova matriz deve ser capaz de recolher e de seleccionar símbolos a partir de diferentes espaços sociais, sendo o nacional apenas um deles (os outros seriam os espaços mundial e regional (das identidades restritas), reordenados a partir da própria mundialização (NETTO, 2009, p. 207-208).

Por último, Netto (2009) destaca que o poder incorporado na circulação de capital e da informação se torna extraterritorial, condicionando uma desterritorialização da identidade nacional, que, por sua vez, atrelada a bens culturais simbólicos, se estabelece e é centrada em uma nova identidade ou matriz global.

Com o intuito de aprofundar o discutido, questiona-se afinal como se classifica a canção brasileira ou mesmo o que a determina nesse contexto de modernidade líquida ou pós-modernidade. Tal como a música sacra cultivada na Europa nos séculos pré-Reforma, que assim era denominada por ser conduzida no espaço físico da Igreja, tem sentido então dizer que a canção popular brasileira para assim ser denominada, passa a exigir uma territorialidade específica do artista? Do estúdio no qual é produzida, pergunta-se? Talvez o tempo que resta para a conclusão da pesquisa de doutorado seja pouco para o que se

pretende pesquisar, mas o propósito de se ter uma centelha de respostas para o assunto traz esperança ao pesquisador.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Cesar de. **Eu Não Sou Cachorro Não**: música popular cafona e ditadura militar. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

ASSIS, Machado. **Créditos extraordinários – Scoevola – O Sr. Penna em missão – Cinna – O ano novo**. Revista Prosa, Verso e Arte. Disponível em: <<https://www.revistaprosaversoearte.com/o-pais-real-esse-e-bom-revela-os-melhores-instintos-mas-o-pais-oficial-esse-e-caricato-e-burlesco-machado-de-assis/>>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAMPOS, Augusto de. **Balanço da Bossa e Outras Bossas**. 5ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**: Estratégias para Entrar e sair da Modernidade. Trad. Heloisa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; trad. Introdução Gênese Andrade. 4ª Ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2011.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

COSTA, Alaíde. Quando a bossa nova estourou, fizeram de conta que eu não existia. **O Globo**, RJ, 08 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/quando-bossa-nova-estourou-fizeram-de-conta-que-eu-nao-existia-diz-cantora-alaide-costa-24785830>>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

COSTA, Gal. **Índia**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i9M2zgKqdGY>>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

FERREIRA, Mauro. **Mariene de Castro dilui paixão sensual de ‘Índia’ em gravação sem luminosidade**. Folha de S. Paulo, SP, 22 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/musica/blog/mauro-ferreira/post/2019/12/22/mariene-de-castro-dilui-paixao-sensual-de-india-em-gravacao-sem-luminosidade.ghtml>>. Acesso em 29 de jun. de 2021.

FREIRE, Vanda. **A História da Música em Questão**. Revista Música, São Paulo, v. 5, n.2, p. 152- 170 nov. 1994.

GIL, Gilberto. In: TERRA, Renato e CALIL, Ricardo, diretores. **Uma Noite em 67**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=krqdgBiDt4k>> Acesso em: 05 nov. 2020.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 24ªEd. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MEDAGLIA, Júlio. **Música Impopular**. São Paulo: Global, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **A Síncopa das Ideias**: a questão da tradição na música popular brasileira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

NAVES, Santuza Cambraia. **Da Bossa Nova à Tropicália**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Canção Popular no Brasil: a canção crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NETTO, Michel Nicolau. **Música brasileira e identidade nacional na mundialização**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2278>.

REGINA, Elis. **Querelas do Brasil**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=j8r2syTKs-l->>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

SÉRGIO, Paulo. **Paulo Sérgio** – Vol. 7. Disponível em: < <https://immub.org/album/paulo-sergio-vol-7>>. Acesso em: 29 de jun. de 2021.

VARGAS, Herom. **Hibridismos Musicais de Chico Science e Nação Zumbi**. 1ª Ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

VELOSO, Caetano. **Verdade tropical**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

CAPÍTULO 3

OS SABERES E PRÁTICAS DE AUTOATENÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LARANJAL – MATO GROSSO

Data de aceite: 01/10/2021

Gilian Evaristo França Silva

Instituto Federal Catarinense – IFC
Brusque – Santa Catarina

Nayara Marcelly Ferreira da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina –
UFSC
Florianópolis – Santa Catarina

RESUMO: O presente artigo apresenta os saberes e práticas de autoatenção da comunidade quilombola de Laranjal, localizada em Poconé - Mato Grosso. A metodologia utilizada foi a pesquisa etnográfica, com a realização de entrevistas e do diário de campo. O termo autoatenção pode ser compreendido como o conjunto de saberes e práticas que se constituem de modo coletivo e em articulação com a memória e o território, expressando-se de diversos modos, dentre eles: os remédios caseiros, a prática da benzeção, a prática do parto e do resguardo. O termo “remanescente de quilombo” foi problematizado a partir da indagação de como a comunidade pensa essa categoria e como ela se apresenta não só como lugar da memória coletiva, mas como lugar político.

PALAVRAS-CHAVE: Saberes e Práticas, Autoatenção, Quilombo de Laranjal, Mato Grosso.

THE KNOWLEDGE AND PRACTICES OF SELF-CARE OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF LARANJAL – MATO GROSSO

ABSTRACT: This article presents the knowledge and self-care practices of the quilombola community of Laranjal, located in Poconé - Mato Grosso. The methodology used was ethnographic research, with interviews and a field diary. The term self-care can be understood as the set of knowledge and practices that are collectively constituted and in articulation with memory and territory, expressing itself in different ways, including: home remedies, the practice of blessing, the practice of childbirth and confinement. The term “quilombo remnant” was problematized based on the question of how the community thinks about this category and how it presents itself not only as a place of collective memory, but as a political place.

KEYWORDS: Knowledge and Practices, Self-care, Quilombo de Laranjal, Mato Grosso.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto do Programa de Iniciação Científica, da Universidade Federal de Mato Grosso, entre os anos de 2015 e 2016. A partir dele, busca-se apresentar os saberes e práticas de autoatenção da comunidade quilombola de Laranjal, localizada no município de Poconé do Estado de Mato Grosso. Primeiramente, apresentamos a localização da comunidade de Laranjal e a problematização do

termo “remanescente”, no intuito de apresentar como a comunidade se autorreconhece. Para em seguida, apresentar a definição de saberes e práticas de autoatenção como categorias relacionais e que se estabelecem por meio da prática. Enfatizamos o sentido de memória coletiva e território como processos relacionais e coletivos. Na sequência, apresentamos os saberes sobre as plantas e ervas medicinais, a prática da benzeção, do parto e do resguardo, enfatizando não só o seu sentido terapêutico, mas sobretudo, sua eficácia simbólica.

A Comunidade quilombola de Laranjal está localizada no município de Poconé, Estado de Mato Grosso, e ocupa parte da região do Alto Pantanal, no centro sul de Mato Grosso. Ali vivem aproximadamente 200 pessoas, distribuídas em 50 unidades domiciliares, e compondo 56 famílias. O município de Poconé é uma cidade Pantaneira, também conhecida como Cidade Rosa, localizada a 100 km de Cuiabá, na região da Baixada Cuiabana, fazendo limite com as cidades Barão do Melgaço, Cáceres, Nossa Senhora do Livramento e com Corumbá. Possui uma área de 17.260,861 km² e uma população de 32.059 habitantes. O Estado de Mato Grosso teve seu espaço colonizado na primeira metade do século XVIII, sendo o arraial e depois Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (atual cidade de Cuiabá). A origem da Vila Real do Senhor Jesus do Cuiabá se deu com a descoberta do ouro nas lavras do Coxipó-Mirim, em 1719, tendo à frente de tal investida paulistas e reinóis. A capitania de Mato Grosso era constituída por apenas dois distritos, o do Cuiabá e o do Mato Grosso, e suas respectivas vilas: Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), esta última fundada para ser sede de governo.

É importante salientar que a comunidade quilombola de Laranjal-Mato Grosso não se reconhece como “Remanescente de Quilombo”, mas sim como comunidade quilombola. Isso se dá pelo fato de que o termo “Remanescente de Quilombo” se mostrou ambíguo por fazer referência de quilombo como algo fixo e cristalizado no tempo, ignorando as especificidades dos diversos contextos sociais que estão inseridas as comunidades quilombolas. Isso pode ser apresentado na entrevista realizada com Cristina, líder da Comunidade Quilombola de Laranjal-Mato Grosso:

Eu penso assim, eu sou quilombola, a minha comunidade é quilombola. Mas tem parente meu que vive na cidade, e não é porque vive na cidade que não é quilombola. Porque a nossa ancestralidade é a mesma, a história é a mesma, então somos todos quilombolas, tanto lá como cá.¹

A comunidade quilombola de Laranjal-Mato Grosso chama atenção para o fato de que muitas vezes a expressão “ser quilombola” é compreendida dentro de um modelo específico, ausente de temporalidade e multiplicidade. Ilka Boaventura Leite em *Quilombos e Quilombolas: Cidadania e Folclorização?* (1999) aponta que o termo ‘remanescente de quilombo’ foi associado ao conceito de ‘folclorização’, no sentido de que quilombos e quilombolas foram classificados em um estereótipo exótico que ignora os sujeitos como seres

1 SILVA, Cristina Benedita da. Entrevista [maio.2016]. Entrevistadora: Nayara Marcelly Ferreira da Silva. Mato Grosso, 2016.

históricos e culturais. Outro ponto remetido ao termo de ‘remanescente’ é a sutileza em que ele carrega o racismo. O termo ‘remanescente’ está pautado na ideia de que a identidade nacional brasileira tem como base a ‘mestiçagem’, constituída nas relações hierárquicas entre brasileiros negros, índios e brancos. Essa concepção resulta em um efeito homogeneizador, contribuindo para o processo de naturalização da democracia racial e invisibilização de grupos sociais advindo da vertente africana, para esculpir um país embranquecido pela violência simbólica, expressa por meio de práticas genocidas.

Em outro artigo denominado *Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas* (2000), Ilka Boaventura Leite problematiza o termo “Comunidades Remanescentes de Quilombos”. Segundo ela, o texto final do artigo 68 da Constituição Federal, ao falar em “Comunidades Remanescentes de Quilombos” trouxe impasses conceituais, na medida que apesar de ser advindo da demanda social, no intuito abranger uma grande diversidade de situações envolvendo os afrodescendentes, tornou-se restritivo, por remeter à ideia de cultura como algo fixo, algo cristalizado, fossilizado, e em fase de desaparecimento. Neste sentido, a comunidade quilombola de Laranjal-Mato Grosso não se vê como “sobrevivência”, “resquício” e “remanescente” dos quilombos históricos do século XIX, e sim como sujeitos de direitos, que reconhecem um passado marcado pela escravidão, e que atualmente questionam e interpelam o Estado e Sociedade Civil, reivindicando direitos, o território e o reconhecimento de suas pluralidades culturais.

Atualmente, no contexto político e social brasileiro, as comunidades quilombolas têm sido negligenciadas e ameaçadas constantemente em termos de direitos e políticas públicas, desdobrando práticas genocidas que se intensificaram com o descaso do governo Bolsonaro ao se tratar a pandemia da Covid-19. Isso é o reflexo de como o sistema de colonização persiste nas relações estruturais brasileiras. Desse modo, o termo “Comunidade Quilombola” se apresenta não só como lugar de memória, mas também lugar político, na luta contra o descrédito dos planos de ação do poder hegemônico e as malhas invisíveis do sistema de colonização persistente no Brasil.

2 | SABERES E PRÁTICAS DE AUTOATENÇÃO

As categorias dos saberes e práticas serão manifestadas de modo coletivo e relacional. Segundo Muniz Sodré (2017) esses conceitos são vivenciados na Comunidade Quilombola de Laranjal-Mato Grosso em um processo de ‘saber praticando’ e ‘pensar fazendo’, no sentido de que o processo de apreensão do conhecimento se dá por meio da vivência do cotidiano, da prática, do dia a dia e das ações realizadas. Por exemplo, o conhecimento sobre as garrafadas é estabelecido mediante a prática do preparo das ervas, plantas e raízes que se unem no processo de colocar no fogo, de deixar ferver, de coar e de armazenar na garrafa. Todo esse processo envolve a prática que tem como resultado a apreensão sobre as especificidades das plantas e remédios, a eficácia de sua execução e as

relações de trocas de experiências entre os sujeitos.

A esse propósito, as categorias de saberes e práticas envolvidos nesse processo ganham uma dimensão contrária ao modo de educação bancária. Segundo Paulo Freire (1968) a educação bancária consiste em conceber o estudante como ausente de conhecimento no processo de ensino-aprendizagem, sendo encarado como um armazenador de conhecimento enquanto o docente é concebido como o provedor exclusivo do saber. Ainda acrescenta que esse processo é vivenciado em um modo de reprodução do conhecimento, manifestado em etapas e níveis de capacidades, não abrindo espaço para a prática, problematizações e diferenças. Por outro lado, os saberes e práticas de autoatenção da comunidade quilombola de Laranjal-Mato Grosso são vividas de modo relacional, coletivo e em transmissão, no sentido de que o pensamento é vivido na prática, pois emissor e receptor estão em processos de trocas, de autoavaliação e autoatualizações.

O conceito de autoatenção é concebido como o conjunto de saberes e práticas que se manifestam de modo coletivo, e numa relação inseparável entre a memória e o território, expressando-se de diversos modos, destacam-se: as plantas e remédios caseiros, a prática da benzeção, prática do parto e o resguardo. Conforme nos ensina dona Joana, raizeira e parteira, “tudo que aprendemos aqui na comunidade faz parte da história dos nossos ancestrais, faz parte dos mais velhos e antigos conhecedores que passaram a palavra para a gente”.²

Desse modo, é possível apontar que os saberes e práticas de autoatenção constituem uma história e em uma identidade cultural. Mas essa história não é vivida em sequências, estágios e períodos, ao contrário, ela é vivida por meio de uma memória coletiva que está em relação constante com o território. A esse propósito, o território pode ser entendido como o lugar de pertencimento e de lembranças. Segundo Maurice Halbwachs (1991), essas lembranças não são idênticas ao passado, mas sim constituídas por processos de reconstrução. No sentido de que os sujeitos sociais envolvidos nas lembranças se manifestam no tempo presente por meio de novas gerações, gerações formadas por sujeitos reais e que estão em constante processo de transformação.

Esse autor chama atenção para a distinção entre memória coletiva e história. A memória coletiva representa uma corrente de pensamento que envolve seres humanos reais, ligados a uma mesma ancestralidade que se manifesta no tempo presente mediante processos de atualizações. Diferente da história que se apresenta como uma forma de esquema arbitrário do passado através de cortes e o estabelecimento de sequências e períodos. Em *Pensar Nagô* (2017) de Muniz Sodré, podemos observar que a memória coletiva é consolidada pelo presenteísmo e pela agência, entendidos como a vivência e o reconhecimento da ancestralidade a partir do tempo presente e do pensamento por meio da prática. Também é indicado a espacialidade, compreendida como o conjunto de representações simbólicas

2 SILVA, Joana Astro Guida de Arruda. Entrevista [maio.2016]. Entrevistadora: Nayara Marcellly Ferreira da Silva. Mato Grosso, 2016.

circunscrito em um território específico.

Neste contexto social, o território é pensado e vivido como lugar de memória e lugar político. Lugar de memória por representar uma identidade cultural constituída por meio de uma cosmologia de vida e por meio de uma ancestralidade que tem como base a noção de que a terra é o próprio corpo. Isso pode ser atrelado ao documentário denominado *Ôri*, lançado em 1989 pela cineasta e socióloga Raquel Gerber. No documentário são apresentados os movimentos negros brasileiros entre 1977 e 1988, buscando a relação entre Brasil e África, cujo fio condutor é a história pessoal de Beatriz Nascimento, historiadora e militante, falecida trágica e prematuramente no Rio de Janeiro, em 1995. Nele é possível perceber a noção de quilombo como história de resistência, não se limitando a história de repressão do processo de escravidão, mas sim quilombo como estabelecimento humano de construção da identidade negra por meio de uma perspectiva transatlântica, isto é, encontros entre os continentes americano e africano que tem como base visibilizar a cultura afrodescendente e afro-brasileira. Desse modo, o território pensado como memória e lugar político, diz respeito a uma identidade cultural negra em processo de luta mediante reivindicações do reconhecimento quilombola, da educação específica, das manifestações culturais e religiosas específicas que são travadas em contextos políticos e sociais tensionais.

3 | AS PRÁTICAS DE PLANTAS, DA BENZEÇÃO E DO PARTO

As pessoas conhecedoras desses saberes são identificadas como raizeiras, raizeiros, especialistas em caracterizar os ambientes do Cerrado, identificar suas plantas medicinais, coletar a parte medicinal da planta, diagnosticar doenças, preparar e indicar remédios caseiros. Toda essa relação só alcança reconhecimento devido ao seu valor cosmológico, pois estão conectadas às histórias de vida de antigas gerações de conhecedores que se responsabilizaram pela transmissão do ensinamento de geração em geração, na garantia de um vivenciamento e exercício de uma memória coletiva e da vivência do território.

As plantas são regidas por um sistema de afetos e desafetos. Esse sistema precisa ser identificado antes da preparação dos remédios, no intuito de não resultar em malefícios à saúde. As plantas são comparadas ao modo de ser das pessoas. Como Joana, parteira e raizeira, apontou “as plantas são gente como a gente”. No sentido de apresentar um modo de existência e comportamento, constituído em um regimento de sentimentos e vontades.

Com base em Suzane Vieira (2015) é possível apontar que os imperativos do agenciamento e da vontade das plantas refletem consequências ao corpo. Uma das regras de prudência e da boa saúde é seguir a sua vontade. As plantas estabelecem relações de afetos e sentimentos entre si, tais sentimentos quando bem relacionados potencializam melhoras ao corpo, quando não, intensificam o grau da doença. Dona Joana ainda salienta que:

É preciso seguir o regrado das plantas, se não seguir o regrado não se faz

remédios, as garrafadas, o resguardo, os banhos. Cada planta tem um modo de ser que precisa ser respeitado. E cada pessoa também tem um modo de se entender com elas. Tem pessoa mais forte e pessoa mais fraca. Por isso, antes de preparar o remédio é preciso conhecer o modo de ser tanto da pessoa quanto o da planta. Porque elas também são iguais a gente, tem um modo de ser também.³

Os regimentos de sentimentos e vontades das plantas e das pessoas interagem no processo de autoatenção à saúde. Neste sentido, se os regimentos não se compatibilizar pode haver consequências negativas ao corpo. O quilombo de Laranjal, do município de Poconé, do Estado de Mato Grosso, reconhece a existência de uma subjetividade e ação do mundo das plantas. Por essa razão, as plantas possuem uma humanidade tal como os humanos. Segundo Bruno Latour (1997), essa subjetividade é constituída por uma cultura e prática que colocam o mundo vegetal e o mundo humano em uma mesma condição de humanidade. O antropólogo Viveiros de Castro (2002) acrescenta que essa condição pode ser classificada como ‘multinaturalismo’, ou seja, a ideia de que os vários tipos de seres e pessoas possuem, todos, a mesma condição humana, em corpos distintos.

Os remédios caseiros são utilizados de diversas formas, destacam-se: chás, xaropes, banhos, dietas alimentares e garrafadas. Algumas plantas são cultivadas nos quintais das casas. Outras só se criam no mato mais denso, encontradas nas localidades da região. Muitas plantas podem ser utilizadas para a preparação das garrafadas. Elas são preparadas por meio de um conjunto de plantas que possuem o mesmo regulamento de sentimentos e vontades.

Outro saber e prática de autoatenção que se manifesta na comunidade é a benzedura. Os benzedores são reconhecidos localmente como pessoas dotadas de conhecimentos herdados de gerações anteriores. A esse propósito, Seu Adriano, raizeiro e benzedor, aponta:

A benzeção não pode ser ensinada para qualquer pessoa. Pois tem muito valor, só a pessoa que entende pode exercer, e é o benzedor que identifica a pessoa. Se ela tem o dom, passa a palavra para ela. Perguntei para Seu Adriano como ele identifica quando uma pessoa tem o dom para a benzeção, ele me explicou que a benzeção é um dom. Para eu passar a palavra e reza para outra pessoa junto com o ensinamento dos remédios de mato que utilizamos na benzeção. Eu exijo da pessoa não apenas fé e confiança em Deus, mas, sobretudo, a necessidade de que o outro sinta o mesmo. Porque senão, não tem eficácia, não cura.⁴

A prática da benzeção pode ser entendida como um “regime da dádiva” consolidada pelo domínio de orações, fórmulas, jaculatórias e o saber dos remédios do mato transmitidas por gerações anteriores mediante a herança vocacional e a tradição oral. Esse processo envolve uma memória coletiva cuja eficácia depende mais do ato coletivo. Por isso, são

3 SILVA, Joana Astro Guida de Arruda. Entrevista [maio.2016]. Entrevistadora: Nayara Marcelly Ferreira da Silva. Mato Grosso, 2016.

4 SILVA, Adriano Catarino da. Entrevista [maio.2016]. Entrevistadora: Nayara Marcelly Ferreira da Silva. Mato Grosso, 2016.

mágicas apenas “as coisas que foram realmente tais para toda uma sociedade, e não as que foram assim qualificadas apenas por uma fração da sociedade” (MAUSS, 2003, p.55). Desse modo, a eficácia da magia está condicionada a um consenso coletivo, a uma crença compartilhada, em que tanto os conhecimentos como os atos mágicos serão construídos a priori, através da tradição. É importante salientar que o ofício da benzeção estabelece uma mediação com os saberes sobre as plantas e as ervas medicinais.

Outro saber presente na comunidade é o parto. Dona Joana explica que a prática de ‘aparar’ é um “saber de berço”, “minha mãe me ensinou”. Afirma também que não é uma tarefa fácil. Segundo ela, para poder realizar um parto sem complicações é preciso “sentir o corpo da mulher primeiro”. Pois a criança vem com muita força e é preciso saber dosar essa força, “você tem que ter coragem, de revestir a vida de uma criança de dentro de uma gente de mãe. Ele vem com muita força, com corpo demais, por isso que a mulher tem que fazer a puxação”.⁵

A ‘puxação’ pode ser entendida como um “meio técnico”. Conforme aponta Mauss (2003) a técnica corporal é um ato tradicional eficaz formado não por um ato individual, e sim por toda a sociedade da qual o indivíduo faz parte. Isso pode ser notado na prática de aparar, uma vez que Joana orienta que a criança vem “com corpo demais” e que o próprio corpo da mãe precisa corresponder essa força com a “puxação”. A esse propósito, o corpo se apresenta como um ‘meio técnico’ e social, isto é, ao mesmo tempo que recebe influências de técnicas sociais como o resguardo, orientações, posturas e posições, óleos, toques e massagens, ervas para chás e banhos, também produz técnicas a partir de si mesmo.

O resguardo é feito após o parto. Ele cumpre um conjunto de regulamentos, como a dieta alimentar, os banhos medicinais, e a prática de ‘escaldar’. Dona Joana explica “que durante a gravidez o corpo da mulher vai abrindo então por isso tem que ter tratamento. Esse tratamento é na base de escaldar com remédio e dieta do alimento”. ‘Escaldar’ é se lavar com remédio através de banhos com o objetivo de evitar cicatrizes e de ‘desaguar’ os resíduos que permaneceram internamente no corpo da mulher para evitar inflamação.

Escaldava com remédio. O banho na folha de algodão, arrumava folha de algodão, arrumava para ferver, malva branca e batizava ele com salzinho para tomar o banho para acabar de limpar, e sai aquelas águas. Isso evita inflamação e cicatriz, não fica aquele bucho escuro e com cicatriz. A dieta alimentar é feita por meio de sopinha de macarrão, farinha de milho, arroz temperado e frango. De quinze a vinte dias, já pode comer de vez, mas não é bastante, é pouco alimento para não deixar aquele barrigão na mulher.⁶

A prática de ‘escaldar’ se relaciona com os banhos medicinais. Ambos os procedimentos abarcam a utilização de plantas e remédios de mato. Eles são realizados até o momento em que o corpo da mulher manifesta melhoras e cura. A dieta do alimento após o parto é uma

5 SILVA, Joana Astro Guida de Arruda. Entrevista [maio.2016]. Entrevistadora: Nayara Marcelly Ferreira da Silva. Mato Grosso, 2016.

6 SILVA, Joana Astro Guida de Arruda. Entrevista [maio.2016]. Entrevistadora: Nayara Marcelly Ferreira da Silva. Mato Grosso, 2016.

recomendação que envolve o preparo de determinadas comidas, por exemplo, frango, sopa, macarrão etc. Essa dieta segue um prazo de tempo e exige a troca de cuidado entre as famílias. Segundo Ulla Macedo (2007), o pós-parto é um momento em que os parentes da puérpera são mobilizados, sobretudo sua mãe e sua sogra. Eles se unem para garantir que a mulher proceda às restrições alimentares e comportamentais, ajudando assim a preveni-la de possíveis enfermidades. Isso também ocorre na comunidade quilombola de Laranjal. Nesse período, não só mãe e sogra se unem, mas também a parteira fica responsável por orientar esse cuidado.

É possível dizer que os modos de saberes e práticas de autoatenção apresentados acima se constituem em uma eficácia simbólica. Vale ressaltar que o sentido de eficácia simbólica vai além do que proposto por Lévi-Strauss (1975), ou seja, de pensar a eficácia como exclusivamente uma prática dos sujeitos de conhecimento, colocando o receptor como ausente de ação. Por outro lado, como destacado por Sônia Weidner Maluf (2012), a eficácia simbólica é uma ação coletiva, estando todos os agentes envolvidos no processo da prática, direta ou indiretamente. Neste sentido, a eficácia simbólica pode ser compreendida como a tradução das várias maneiras de designar práticas e situações capazes de produzir resultados que não se reduzem a uma explicação mecânica de causa e efeito. Mas a eficácia, nesse caso, estaria muito mais ligada à produção de um sentido compartilhado no interior de um contexto cultural e social específico, não se limitando apenas ao sentido farmacêutico e biomédico.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os saberes e práticas de autoatenção da comunidade quilombola de Laranjal, localizada no município de Poconé, do Estado de Mato Grosso constituem-se de específicos códigos simbólicos, aprendidos e vivenciados pelo compartilhamento de uma memória coletiva e da vivência do território. Essa memória foi vivenciada por traços coletivos, pelo presenteísmo e pela espacialidade. Nesse sentido, englobam relações de gerações anteriores de conhecedores que foram reconhecidos e vivenciados no tempo presente daqui e do agora, tendo as representações sociais consolidadas na espacialidade do território. O território foi compreendido mais do que um lugar de memória, mas também um lugar político por reconhecer os sujeitos que nele vivem como sujeitos de direitos, criativos, expressivos e políticos que em suas especificidades sociais interpelam o Estado e a Sociedade Civil por seus direitos e pelo reconhecimento de suas pluralidades culturais e território.

Neste sentido é por meio dessa iniciação científica que se pode observar e apreender outro modo de transmissão dos saberes e práticas, constituídos pelos modos de conhecimentos sobre as plantas e ervas medicinais, pela prática de benzeção e do parto. A esse propósito, o artigo se apresentou como resposta aos estudos decoloniais pelos seguintes pontos: a) o modo de transmissão dos saberes e práticas de autoatenção se constituem em uma lógica

contrário ao eurocentrismo; b) o modo de transmissão dos saberes e práticas de autoatenção compreendem a relação ensino-aprendizagem de modo contrário às noções de educação bancária e de reprodução e c) o modo de transmissão dos saberes e práticas de autoatenção tem como base a articulação entre memória coletiva e território.

REFERÊNCIAS

FERREIRA DA SILVA, Nayara Marcelly. **Diário de Campo**, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990

LATOUR, B. e WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? **Horiz. antropol.** [online]. vol.5, n.10, 1999, pp.123-149.

LEITE, ILKA BOAVENTURA. Os quilombos no Brasil: questões conceituais normativas. **Etnográfica**, Vol. IV (2). 2002. pp. 333-354.

MALUF, Sônia W. Eficácia simbólica: dilemas teóricos e desafios etnográficos. In: **Para além da eficácia simbólica: estudos em ritual, religião e saúde**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano: a noção de Pessoa, a de ‘Eu’”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac&Naify, 1938.

PABLO. Quintero, PATRÍCIA. Figueira e PAZ. Concha Elizalde. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. EDIÇÃO 2019. Museu de Arte de São Paulo.

SODRÉ, Muniz A. C. **Pensar nagô**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

VIEIRA, Suzane de Alencar. **Resistência e Pirraça na Malhada: Cosmopolíticas Quilombolas no Alto Sertão de Caetité**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: **A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify. 2002.

CAPÍTULO 4

QUADRILHAS JUNINAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA MANTER A TRADIÇÃO

Data de aceite: 01/10/2021

Data de submissão: 05/08/2021

Jorginaldo Calazans dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe.
Aracaju – Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/2037519056289508>

Flaviano Oliveira Fonsêca

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe.
Aracaju – Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/8077412979072649>

Thaís Danielle de Oliveira Nunes

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe.
Aracaju – Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/3336646533851141>

Marília Gabriela Santos de Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe.
Aracaju – Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/1255760629761281>

RESUMO: No Nordeste, as quadrilhas juninas possuem lugar de destaque nos festejos do mês de junho. As apresentações atraem visitantes com o intuito de vivenciar as apresentações, não só apenas assistir. Espalhados pelas principais cidades do Nordeste acontecem os concursos e campeonatos de quadrilhas juninas, movimentando não só a identidade

nordestina, mas também os elementos sociais e econômicos. Desenvolvemos essa pesquisa com o intuito de compreender como as quadrilhas juninas são símbolos da cultura e da identidade dos sergipanos. Adotamos nesta pesquisa uma abordagem teórico-metodológica propícia para tal. Destacamos os autores e teóricos que trabalham com os elementos culturais e que proporcionam uma afirmação cultural e identitária dos sujeitos que as praticam. As investigações bibliográficas basearam-se em artigos acadêmicos, teses e dissertações que dialogam com as categorias analisadas na pesquisa. Percebemos a necessidade e importância dessas manifestações e do olhar das gestões públicas, especificamente da área cultural, para o apoio a essas manifestações. A partir das análises dos referenciais bibliográficos podemos concluir sobre a influência positiva da quadrilha junina para o turismo em Sergipe, uma vez que ela adensa o conhecimento acerca dos aspectos que dão singularidades aos sujeitos, aos seus lugares, às diferentes formas de construção do espaço a partir da subjetividade.

PALAVRAS-CHAVE: Quadrilhas juninas; Cultura; Identidade; Turismo.

JUNINAS QUADRILHAS: CHALLENGES AND STRATEGIES TO MAINTAIN THE TRADITION

ABSTRACT: In the Northeast, the Juninas squares have a prominent place in the festivities in June, the presentations attract visitors with the intention of experiencing the presentations, not just watching them. Scattered across the main cities in the northeast, competitions and

championships for the gangs of June take place, moving not only the northeastern identity, but also the social and economic elements. We developed this research in order to understand how the gangs from Juninas are symbols of the culture and identity of Sergipe people. In this research, we adopted a theoretical-methodological approach that was conducive to this. We highlight the authors and theorists who work with cultural elements and who provide a cultural and identity affirmation of the subjects who practice them. Bibliographic investigations were based on academic articles, theses and dissertations that dialogue with the categories analyzed in the research. We realized the need and importance of these manifestations and the look of public administrations, specifically in the cultural area, to support these manifestations. Based on the analysis of bibliographic references, we can conclude on the positive influence of the gang of June for tourism in Sergipe, since it increases the knowledge about the aspects that give singularities to the subjects, to their places, to the different forms of construction of the space. from subjectivity.

KEYWORDS: Junine gangs; Culture; Identity; Tourism.

1 | INTRODUÇÃO

As quadrilhas juninas são elementos de destaque quando o assunto são as manifestações culturais relacionadas ao período junino. No Nordeste do Brasil, elas possuem lugar de destaque, chegando a atrair visitantes com o intuito de vivenciar as apresentações nos concursos e campeonatos que acontecem durante todo o mês junino em muitas cidades. Enchem de emoção não só a quem assiste, mas principalmente a quem faz a quadrilha acontecer: quadrilheiros, apoio, organização, direção, logística e tantas outras funções ocupadas por quem tem um sentimento de pertencimento a essas práticas culturais.

Os aspectos culturais e indenitários de uma população podem estar relacionados a símbolos, representados por monumentos, complexos arquitetônicos, elementos que simbolizam a história dos lugares, além de eventos artísticos/culturais/religiosos que personificam as raízes culturais e identitárias dos lugares. É nesse contexto que entendemos as quadrilhas juninas como elemento de representação em todo o Nordeste, especificamente no estado de Sergipe.

Queremos, a partir deste estudo, compreender como as quadrilhas juninas são símbolos da cultura e da identidade dos sergipanos.

Ao falar sobre quadrilhas juninas estamos nos inserindo no “universo” da “cultura popular”. Tendo isso em mente, devemos adotar uma abordagem teórico-metodológica propícia para tal. Para isso, destacamos os autores e teóricos que trabalham com os elementos culturais e que proporcionam uma afirmação cultural e identitária dos sujeitos que as praticam.

É importante ressaltar que este trabalho é resultado de estudos desenvolvidos a partir de leituras realizadas entre os integrantes que comporam a equipe da pesquisa, composta por: um professor orientador e um coorientador, além de um aluno bolsista e um voluntário. As

investigações bibliográficas basearam-se em artigos acadêmicos, teses e dissertações que dialogam com as categorias analisadas na pesquisa. Os trabalhos previamente selecionados pelo orientador da pesquisa eram lidos e debatidos por toda a equipe, o que contribuiu para compor o texto fundante da pesquisa, base dos produtos resultantes.

Além das leituras em textos que dialogam com as categorias cultura e patrimônio imaterial, buscamos trabalhos que caracterizam a importância de ser dos quadrilheiros, tomando como base a percepção dos componentes das quadrilhas desde as pessoas que compõem o apoio, os quadrilheiros, até a equipe de direção, sujeitos essenciais para darem vida a essa importante manifestação cultural, símbolo de alegria e identidade cultural.

Este trabalho trata-se de um recorte da pesquisa vinculada ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), selecionada pelo EDITAL N°. 17/2019/PROPEX/IFS. Este programa está vinculado a Pró-Reitoria de Extensão (PROPEX), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).

2 | ASPECTOS CULTURAIS

Como já citado, a cultura do lugar consolida-se a partir da repetição de ações/gestos/costumes praticados pelos grupos populacionais residentes em comunidades.

Nesse sentido, utilizamos o pensamento de Laraia (1997), que fortalece o conceito de cultura como um conjunto de valores, crenças, costumes, hábitos e fatores históricos materiais e imateriais que permeiam, de forma dinâmica, a vida social. Ou seja, a cultura é construída ao longo de processos históricos e materiais de um povo, por meio de suas inter-relações e modos de vida.

Essa concepção de cultura é reforçada por Chauí (2007), que a compreende como uma instituição social sendo determinada pelas condições materiais e históricas de sua realização. Desse modo, a cultura é inerente a cada povo e sociedade, transformando suas experiências tangíveis e intangíveis a partir do trabalho, o qual ultrapassa e modifica algo existente em algo novo. Assim sendo, permite que qualquer povo, independente de suas condições materiais e históricas, tenha uma cultura peculiar.

Os elementos que compõem a cultura dos lugares devem ser tidos como essenciais, pois são eles que irão perpetuar as memórias e conseqüentemente a alma do lugar, o que não os tornam estáticos. Dialogando com o pensamento de Chauí (2007), a cultura pode sofrer modificações e atualizações ao longo dos tempos. Um bom exemplo desse processo é o objeto da nossa pesquisa. As quadrilhas juninas ao longo dos anos sofreram várias alterações para se adaptarem aos grandes concursos de quadrilhas, mas o que destacamos é a essência da manifestação, esta nunca foi perdida.

Para Canclini (1999, p.99), as festas populares são entendidas como patrimônio cultural em seu sentido mais amplo, uma vez que “a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços

físicos”.

Portanto, a festa aqui é entendida como elemento que faz parte da cultura de um determinado grupo social ou de um povo que, para Ferreira (2003), traduz-se em um espaço de trocas simbólicas. Isso, porque a festa articula os distintos sujeitos que dela participam.

O ato de festejar e celebrar é parte integrante da dinâmica cultural e religiosa da nossa sociedade, constituindo, assim, componente do nosso imaginário simbólico. Para Peirano (2003), os rituais que envolvem as festas são importantes pelo fato de permitir reflexões sobre o que fundamenta os laços de coletividade de um determinado povo.

Destacamos, em nossa pesquisa, o período junino no Nordeste do Brasil, que é inspirado pelos santos da Igreja Católica festejados no mês: Antônio, João e Pedro, coincidindo com o período da fatura nas colheitas, principalmente do milho, peculiares nesse período. Então, é um mês em que se tem muito a festejar-se, refletindo na alimentação, nas vestimentas, no cotidiano da população.

A festa junina é parte constituinte da cultura desse povo singular. Um dos ritos que adensam os festejos juninos são as quadrilhas juninas que se inserem nesse contexto cultural, em que a sustentabilidade da sua existência está ancorada na tradição, na herança deixada pelos quadrilheiros para aqueles que estão dispostos a perpetuar o ato de dançar, cantar, vestir, sorrir, construir uma teia de signos e significados que vão configurar-se como elemento simbólico constituinte do lugar.

3 | QUADRILHA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL

O ato de dançar quadrilha é uma das manifestações culturais que se processam no estado de Sergipe, especialmente quando nos remetemos aos festejos alusivos ao ciclo junino que englobam as comemorações envolvendo três santos, comemorados em três datas, a saber: São João (24 de junho), Santo Antônio (dia 13) e São Pedro (dia 29), e que se materializam no cotidiano daqueles que o percebem como elemento identitário, considerando as diversas facetas que caracterizam os festejos em questão. No caso particular, das quadrilhas juninas, é de fundamental relevância considerar que os festejos juninos configuram uma tradição para aqueles que vivenciam experiências e identificam-se com essas comemorações.

É pela dança que os bailarinos (em nossa pesquisa serão chamados de “quadrilheiros”) expõem a sua essência e o orgulho de pertencerem ao grupo que eles representam e, conseqüentemente, tornam-se vitrine para os que lhes veem, apresentações essas, carregadas de emoções e de orgulho de pertencimento.

De modo geral, a cultura traduz a forma de viver do homem e pode ser expressa por meio de diversos elementos, como a literatura, a pintura, a gastronomia, a música, a dança, entre tantos outros, que são manifestações e práticas cotidianas.

As quadrilhas juninas adentram esse conceito como sendo um bem do tipo imaterial,

que pertence à cultura e pode propiciar aos participantes e/ou espectadores algum tipo de satisfação, seja ela cultural, pessoal ou de entretenimento.

Aliadas aos demais atrativos, facilidades e acessibilidades, essas quadrilhas tornam-se, assim, produtos turísticos de tal maneira que as expressões culturais tornam-se atrativos turísticos, seja de forma individual ou como um componente de um produto turístico mais amplo, como é o caso das quadrilhas juninas que, de forma geral, apresentam-se atreladas às atividades relacionadas ao ciclo junino.

Dessa forma, cultura e turismo formam um binômio, pois no nosso tempo a cultura está atrelada ao turismo, sendo elemento deveras motivador para uma viagem a determinado destino.

Por isso, as quadrilhas juninas podem ser entendidas como bens imateriais que se tornam atrativos turísticos no momento em que são instituídas como “elementos passíveis de provocar deslocamentos de pessoas, e que integram o marco geográfico-ecológico-cultural de um lugar” (BENI, 1998).

4 | AS QUADRILHAS JUNINAS E A PANDEMIA

Quem nunca ouviu as expressões: “olhe a chuva, é mentira”!; “vamos formar a grande roda”; “chegou a hora de quebrar o caranguejo”. Essas expressões fazem parte de uma das mais importantes manifestações culturais de Sergipe, a quadrilha junina. Tais expressões, somadas ao brilho e colorido dos trajes, ao movimento dos vestidos das quadrilheiras, e a alegria contagiante dos participantes, animam os festejos juninos com tradição, arrasta pé e muita animação.

Pelo segundo ano consecutivo, devido a pandemia da Covid-19, os festejos juninos não aconteceram no formato que estamos acostumados a viver. As entidades de classe definiram pela proibição de qualquer manifestação de natureza pública ou privada, em qualquer ambiente, para que se evite o aglomeramento.

Nesses últimos anos o que temos presenciado são apenas as transmissões de shows online, sem a presença de público. Além das manifestações culturais outros elementos desse período sofreram mudanças, a exemplo do comércio de fogos e fogueiras que serão disciplinados e fiscalizados pelos órgãos responsáveis. Em alguns municípios foi decretado a proibição de usos de fogos e fogueira.

Sem festejos, as quadrilhas não têm onde mostrar seu brilho, não há concursos, nem apresentações em festa corporativas de empresas ou em escolas. Neste sentido, o momento em que vivemos da ausência da comemoração dos festejos juninos causam prejuízos não só a economia, mas a cultura de todo o Nordeste.

Os ambulantes, e até mesmo moradores que aproveitavam a época para incrementar a renda com atividades extra, como exemplo da comercialização das bebidas e comidas típicas não terão a quem vender. Infelizmente esse período de distanciamento afetou muito a

vida de todo o mundo, e não foi diferente com as manifestações culturais, mas com esperança de dias melhores.

Para quem carrega a paixão pelas quadrilhas no peito é difícil passar por esse período sem pensar em tudo que ele representa. Mas, não acomodados muitas estratégias foram desenvolvidas para se manter a tradição viva no coração de quem faz e de quem vive esses festejos.

Muitas parcerias foram firmadas, principalmente com os shoppings das cidades que possuem espaços propícios para a realização de exposição (Imagem 01), possibilitando que os visitantes relembrem um pouco dos trajes que ornaram durante anos as quadrilhas juninas.



Imagem 01: Cartas divulgando exposição junina

Fonte: <https://shoppingpeixoto.com.br/exposicao-junina/>

Em seu segundo ano sem os festejos, as quadrilhas juninas buscam estratégias para manter viva a tradição entre os brincantes e os apaixonados pelas quadrilhas juninas. Além das exposições, foi promovida a eleição de casais de noivos, casal que representasse melhor as quadrilhas, dentre outros eventos, todos sendo transmitidos pela internet para todo o mundo.

Entendendo os prejuízos causados no setor econômico, os comerciantes se tornaram parceiros das quadrilhas juninas e passaram a apoiar todas as manifestações promovidas para apoiar a classe. Contribuindo com a montagem das exposições (Imagem 02), realização de *lives* com bandas juninas, contando sempre com a presença de casais caracterizados

com as vestimentas das quadrilhas juninas.



Imagem 02: Exposição de figurinos das quadrilhas juninas

Fonte: <https://web.arapiraca.al.gov.br/2021/06/figurinos-das-quadrilhas-juninas-viram-pecas-de-exposicao-no-shopping/>

Muitas foram às iniciativas para não deixar se perder a tradição cultural dos festejos juninos no Nordeste, elementos que marcam a nossa identidade e enche de orgulho toda a população. Pois o turismo nesses lugares também foi afetado, com a diminuição de circulação de pessoas a ausência de renda foi constatada.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos a necessidade e importância dessas manifestações e do olhar das gestões públicas, especificamente da área cultural, para o apoio a essas manifestações. A partir das análises dos referenciais bibliográficos podemos concluir sobre a influência positiva da quadrilha junina para o turismo em Sergipe, uma vez que ela adensa o conhecimento acerca dos aspectos que dão singularidades aos sujeitos, aos seus lugares, às diferentes formas de construção do espaço a partir da subjetividade.

REFERÊNCIAS

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 2. Ed. São Paulo: Senac, 1998.

CANCLINI, Nestor García. **O Patrimônio Cultural e a construção imaginária nacional**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, nº 23, 1999, p. 94 - 115.

FERREIRA, L.F. **O lugar festivo** – a festa como essência espaço-temporal do lugar. Espaço e cultura, UERJ, RJ, n. 15, p. 7-21, jan/jun de 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1996.

PEIRANO, Mariza. **Rituais**: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Larissa Ferreira. **As quadrilhas juninas do Ceará nas narrativas dos mestres brincantes**: das raízes ao espetáculo turístico. Mestrado profissional em gestão de negócios turísticos - Universidade Estadual do Ceará, 2019.

CAPÍTULO 5

CORPO E GESTUALIDADE NA APRESENTAÇÃO DA QUADRILHA JUNINA “MEU SERTÃO” – 2019

Data de aceite: 01/10/2021

Wolney Nascimento Santos

Doutorando em Educação – PPGED - Universidade Federal de Sergipe–UFS. Mestre em Cinema e Narrativas Sociais – UFS (2018).

Membro do Grupo de Estudos em Corpo e Política–UFS. Professor Arte-educador da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura – SEDUC | SE
<http://lattes.cnpq.br/4930939705953130>

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de fazer um sucinto sobrevoo acerca das experiências que vivi na condição de membro da comissão julgadora do Concurso de Quadrilhas Juninas “Seu Menino” – Sesc Sergipe e na condição presidente da Comissão Julgadora do 1º Festival de Quadrilhas Juninas da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal–APCEF/SE, ambas no ano de 2019. Partirei das anotações realizadas durante as apresentações das quadrilhas, em particular, da apresentação da Quadrilha Junina “Meu Sertão”, da cidade de Riachuelo/SE, com o tema *Feitos na roça: uma história de amor, fé e tradição*, considerando o recorte de leituras de autores com ideias que colaboram para sedimentar a identidade do povo. Estão relacionadas práticas cotidianas culturais que invariavelmente estão ligadas ao passado histórico.

PALAVRAS-CHAVE: corpo e identidade;

Quadrilha Junina Meu Sertão; ciclo junino.

CUERPO Y GESTUALIDAD EN LA PRESENTACIÓN DA CUADRILLA JUNINA “MEU SERTÃO” – 2019

RESUMEN: Este trabajo tiene el objetivo de hacer un sucinto sobrevuelo sobre las experiencias que viví en la condición de miembro del tribunal del Concurso de Cuadrillas Juninas “Seu Menino” – Sesc Sergipe y en la condición presidente de la Comisión Juzgadora del primer Festival de Cuadrillas Juninas de la Asociación de Personal de la *Caixa Econômica Federal* – APCEF/SE, ambas en el año de 2019. Empezaré desde los apuntes realizados durante las presentaciones de las cuadrillas, en particular, de la presentación de la Cuadrilla Junina “*Meu Sertão*”, de la ciudad de Riachuelo/SE, con el tema hechos en el interior: una historia de amor, fe y traición, considerando el recorte de lecturas de autores con ideas que colaboran para sedimentar la identidad del pueblo. Están relacionadas prácticas cotidianas culturales que invariablemente están ligadas al pasado histórico.

PALABRAS CLAVES: cuerpo e identidad; Cuadrilla Junina *Meu Sertão*; ciclo junino.

1 | INTRODUÇÃO

A propósito de minha participação em dois concursos de quadrilhas juninas no ano de 2019, no primeiro como membro da comissão julgadora, dia 11 de junho, do Concurso de Quadrilhas

Juninas “Seu Menino” – Sesc Sergipe, que aconteceu no período de 10 a 13 de junho, e no segundo como presidente da Comissão Julgadora do 1º Festival de Quadrilhas Juninas da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF/SE, nos dias 5, 6 e 7 de julho. Já participei da discussão sobre o tema, a exemplo, do Seminário Palco Giratório – 20 anos, em 2017. Entre as temáticas desse seminário, constava *Dimensões Rituais, Estéticas e Lúdicas na Dança do Ciclo Junino*. Debateram André Camilo (SE), professora Dr.^a Eufrázia Cristina Menezes (SE) e Mário Léo (SE), com a mediação de Genário Dunas (AP), que, de certa forma, aguçou a minha percepção sobre as atividades culturais do ciclo junino.

Com essa experiência, encantado pela fruição estética, interessei-me a escrever sobre o que vivi e sobre o que venho lendo, sobretudo, em relação às questões que permeiam minha formação de professor arte-educador em convergências das perspectivas relacionadas aos campos de pesquisa referentes às seguintes matérias: antropologia, educação, cinema, corpo negro e cotidiano.

Partirei de um sucinto sobrevoo sobre as referidas apresentações, em particular, foco na apresentação da Quadrilha Junina “Meu Sertão”, da cidade de Riachuelo/SE, como tema ***Feitos na roça: uma história de amor, fé e tradição***. Em paralelo, faço apontamentos da leitura da obra *A invenção das tradições*, de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, 9ª edição brasileira, 2014 e discuto as categorias de análise “costume” e “tradição inventada”. Em nosso entendimento, o “costume” é o que sedimenta a identidade do povo por meio da relação e de práticas cotidianas culturais que invariavelmente estão ligadas ao passado histórico. Sobre isso dizem:

O ‘costume’ não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais. O direito comum ou consuetudinário ainda exibe esta combinação de flexibilidade implícita e comprometimento formal com o passado. (HOBBSAWM, RANGER, 2014, p. 9)

Já as “tradições inventadas” estão associadas ao aprimoramento e à aplicação de tecnologias e suplementares ao “costume”, que de certa forma referenda, num primeiro reflexo do espelho d’água, aspectos inusitados e coisificados da indústria cultural que são gerados pela espetacularização ideológica dos temas apresentados pelas quadrilhas juninas que geralmente e anacronicamente buscam convergências com o caráter simbólico e artístico-cultural do próprio espaço e território ao qual está inserida determinada tradição. Sobre a “tradição inventada”, pontuam:

[...] entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se de estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBBSAWM, RANGER, 2014, p. 8)

Nesse aspecto, é comum, nos concursos, vermos quadrilhas juninas que criam temas exóticos, o enredo é apresentado com elementos cênicos: adereços, carros alegóricos

e formas pirotécnicas. Isso dá o tom dos novos tempos no que se refere à produção de espetáculos envolvendo quadrilhas juninas. Sobre os temas, inferimos que inspiram os dirigentes e participantes das quadrilhas e determinam as estratégias que impreterivelmente originam toda a *mise-en-scène* das apresentações.

Este trabalho tem caráter preliminar e foca o interesse de compreender e descortinar impressões sobre o *corpo e o gestual coreográfico na apresentação da Quadrilha Junina “Meu Sertão”*. Também tece comentários sobre aspectos que são evidentes quanto à introdução de elementos visuais, composição cênica e coreográfica. Podemos classificá-los como “tradições inventadas” que pouco tem de referência no que diz respeito ao passado do ritual do ciclo junino.

Para alcançarmos os objetivos, dividimos o trabalho em três momentos. O primeiro: a introdução, que indica como nos direcionamos diante do tema proposto: *corpo e o gestual coreográfico na apresentação da Quadrilha Junina “Meu Sertão”*. Também discutimos como o “costume” e a introdução de elementos contemporâneos na apresentação da quadrilha, seja na música, nos ritmos e na coreografia, como também nos elementos cênicos que derivam conceito categórico: - os autores Eric Hobsbawm e Terence Ranger falam de uma “tradição inventada”. No segundo momento, fizemos um percurso contextualizando delineando como estão organizadas as quadrilhas Juninas e o que elas representam nos territórios nos quais estão inseridas? Com isso, pensamos as quadrilhas juninas como agremiações aglutinadoras de pessoas e que, por meio da sociabilidade entre seus membros, criam estratégias de ação e de prospecção nos diversos eventos dos festejos juninos. No terceiro momento, abordamos o tema ***Feitos na roça: uma história de amor, fé e tradição***, da Quadrilha Junina “Meu Sertão”, da cidade de Riachuelo/SE. Examinamos como a quadrilha representou o amor e o trabalho relacionados ao plantio e à colheita por intermédio da utilização de uma coreografia que priorizou o corpo e resgatou o gestual dos corpos no ritual da respectiva apresentação integrante dos folguedos do ciclo junino. Nessa configuração, o tema foi apresentado sem problemas, houve uma revisitação a um passado muito mais presente na memória coletiva dos membros da quadrilha junina que dançam. Também se verificou uma sintonia com as relações simbólicas do território. Por último, pontuamos que o tema fecunda diversas possibilidades no campo epistemológico.

2 | A QUADRILHA JUNINA

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes). (BOURDIEU, 2007, p. 10)

A quadrilha é uma dança palaciana que teve sua origem na Europa no século XIX. Nos grandes salões da monarquia, era comum ser dançada para as comemorações dos imperadores e da aristocracia. Dançada com pares de damas e cavalheiros postos frente a

frente. A execução da apresentação era privilegiada pela presença de um “marcante”, que a comandava em cinco partes. A chegada da quadrilha ao Brasil aconteceu com vinda da corte Portuguesa em 1808. Logo a quadrilha se popularizou nos salões cariocas e em outras regiões do país (ARAÚJO, 2015).

Com a proclamação da república, novos valores artísticos foram introduzidos, e a quadrilha também passou a ser dançada e assimilada pelas camadas mais populares de zonas rurais do país. Percebe-se que a estrutura é ressignificada com introdução de “novos elementos”, os quais eram permeados por uma visão “estereotipada” nas vestimentas e na representação corpórea do caipira que remetia uma ação jocosa (BARROSO, 2013; ARAÚJO, 2015).

Pois bem, atualmente, a quadrilha junina no Brasil é uma legítima instituição.

As agremiações nascem das camadas populares com objetivo de promover o costume e a tradição do ciclo junino por meio das apresentações.

É importante pontuar que as quadrilhas juninas estão sujeitas a transformações, a adaptações e a reinvenções da superestrutura. Nessa perspectiva, “embora se procure ser fiel à ‘tradição’, ao ‘passado’, é impossível deixar de agregar novos significados e conotações ao que se tenta reconstruir” (ARANTES, 2006, p. 19). Em relação a essa análise, entre os pesquisadores do tema, Barroso (2013) nos chama a atenção sobre a busca excessiva, sobre uma “possível essência” e originalidade das “tradições inventadas” a fim de que não se percam e não estacionem nas transformações assimiladas pelas quadrilhas juninas. Não esqueçamos de desvendar as razões que as programam e que as submetem.

As quadrilhas juninas estão sempre numa disputa, numa busca pelo tema inusitado; e algumas se distanciam da essência.

O poder simbólico das quadrilhas em relação a seus participantes e à comunidade a qual representa justifica o trabalho e o empenho durante os meses que antecedem o período do ciclo junino. Com isso, “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 2007, p. 10).

A quadrilha junina aglutina diversas identidades que são endereçadas por seus participantes – os que dançam e os que integram as atividades operacionais técnicas. Essas identidades estão motivadas a participar das festas do ciclo junino, em especial, dos concursos que existem no estado de Sergipe e em outros estados¹. As quadrilhas juninas arregimentam fãs e torcedores, e são comuns nos locais onde se apresentam acompanhadas por caravanas, que prestigiam. Não muito distante no tempo, as quadrilhas juninas já se configuravam grupos que proporcionavam, nos espaços de

1 Levanta Poeira 2019 – “tradicional concurso de quadrilhas juninas realizado pela TV Sergipe. A agremiação vencedora representará o estado de Sergipe no Festival de Quadrilhas Juninas da Globo Nordeste”, na cidade de Goiana/PE. <http://www.clicksergipe.com.br/entretenimento/3/52452/vem-ai,-o-levanta-poeira-2019.html> Consultado em 15 set. 2019.

atuação, sociabilidade entre pessoas de várias idades. O saber, as derivações dos ritmos e a forma expressiva do dançar junino se tem perpetuado nas gerações, atestando que há uma pedagogia da dança junina, que se faz a cada ensaio e a cada apresentação². Verifica-se que a organização de uma quadrilha junina envolve vários membros de uma só família e/ou até várias famílias na mesma agremiação.

A quadrilha junina, além de estar associada à prática do fazer das tradições culturais do ciclo do mês de junho, com o canto e da dança, louva a tríade dos santos: *Santo Antônio, São João e São Pedro*. Também está ligada às relações do homem com a terra, o que envolve o plantio e a colheita: tradição que se inicia no dia 19 do mês de março, quando se plantam as sementes do feijão e do milho em homenagem a *São José*. Nesse dia, os(as) devotos(as) do santo acendem fogueiras e, entorno delas, comemoram bebendo, comendo, fazendo pedidos e orando, sempre na perspectiva de alcançar a graça – a boa colheita nos dias que antecedem as festas em homenagem aos santos juninos.

3 | CORPO E GESTUALIDADE NA APRESENTAÇÃO DA QUADRILHA JUNINA “MEU SERTÃO” – 2019

Oriunda da cidade de Riachuelo/SE³, a quadrilha junina “Meu Sertão”, nos últimos três anos (2017 a 2019), venceu os principais concursos de quadrilha junina no estado de Sergipe. Atualmente, chama a atenção sobre a forma como produz, desenvolve e apresenta os temas, porque a quadrilha realiza um trabalho de corpo e gestual coreográfico diferenciado. O tema apresentado no ano de 2019, ***Feitos na roça: uma história de amor, fé e tradição***, expressa uma história simples, digna dos livretos de romance e de histórias orais sobre o amor incondicional e eterno entre um casal. Como base em princípios narrativos, tem-se um prólogo, em seguida, três pequenos atos:

Um casal, ainda criança, se encontra na porta da igreja de sua cidade. Aos pés do altar da padroeira, eles fazem uma jura, trato de amor. O menino (Zé), antes de ir embora, pega um terço no altar da padroeira e o dar à menina (Zefa). Diz que ela o espere. Ela o cumprimenta com um abraço e diz que vai esperá-lo (sai).

I

(entra)

Um coro composto por mulheres e canta um canto em homenagem a Nossa Senhora.

II

(entra)

² Anotações durante a mesa *Dimensões Rituais, Estéticas e Lúdicas na Dança do Ciclo Junino*-Seminário Palco Giratório –20 anos, em 2017.

³ O município de Riachuelo/SE possui uma população estimada em (2019) 10.213 habitantes. Seu Índice de Desenvolvimento Humano –IDH(2010) é 0,617. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/riachuelo/panorama>–consultado em 08 set. 2019.

Anos depois, o menino retorna, agora, já um homem (Zé); e ela, uma mulher (Zefa). Um grupo de homens com chapéus de palha na mão saúdam o público cantando a música *Noites Brasileiras* (de Luiz Gonzaga e Zé Dantas):

*Ai que saudades que eu sinto
Das noites de São João
Das noites tão brasileiras na fogueira
Sob o luar do sertão*

*Meninos brincando de roda
Velhos soltando balão
Moços em volta à fogueira
Brincando com o coração
Eita, São João dos meus sonhos
Eita, saudoso sertão*

No mesmo local, aos pés do altar da padroeira, eles se encontram e se beijam e se devolve o terço à imagem da Santa. Zé e Zefa vão-se casar.

Nesse mesmo espaço de tempo, toda a cidade está em festa para saudar a colheita e os santos dos festejos juninos.

(entram)

Rei e Rainha do milho.

III

A cerimônia do casamento de Zé e Zefa se junta à quermesse da igreja e às brincadeiras populares: pau de sebo, quebra-pote, pescaria e outras.

(entra)

Num carro de boi, o bando do cangaço chega à cidade para participar do casamento. Durante a cerimônia, o bando dança o xote e o xaxado.



Figuras 1 - Quadrilha Junina Meu Sertão

Acervo: APCEF/SE



Figuras 2, 3, 4 e 5 - Quadrilha Junina Meu Sertão

Acervo: APCEF/SE

Como o objetivo de conhecer e entender como os (as) jovens participantes da quadrilha junina “Meu Sertão” conceberam o gestual do corpo na execução coreográfica do tema, fomos pesquisar a história da cidade para saber se há conexão entre a forma e a ginga corpórea atual de se dançar com a essência de um passado representado nas manifestações culturais da cidade. Em *RIACHUELO: Dança e Folguedos Folclóricos* (1984)⁴, fala dos aspectos que compõe a formação do município de Riachuelo e suas manifestações culturais em especial as do ciclo junino com os batalhões: “Coração do Amor” e “Ferro Velho”; o grupo instrumental Zabumba e os grupos folclóricos extintos (SERGIPE, 1984). Também no livro *Riachuelo passado de riquezas* (2012), Antonio Martins Bezerra⁵ pontua:

4 Tendo o fato folclórico como elemento dinamizador e característico do fazer do povo, assim como na perspectiva de contribuir para preservação, pesquisas e estudos das mais diversas manifestações culturais do homem sergipano, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura, através do Setor de Pesquisa Folclórica da Subsecretaria de Cultura e Arte, no ano de 1984 lançou a coleção CADERNOS DE CULTURA POPULAR. Entre os cadernos destacamos o número 07 – *RIACHUELO: Danças e Folguedos Folclóricos* que teve a Coordenação Geral de José Valfran de Brito; Coordenação Executiva de Mariano Antonio Ferreira; Auxiliares de Pesquisa: Edson Pereira de Andrade e Astênia Góis Santos; Documentação Visual de Marcel Bertram Nauer; Revisão de Fernando Petrônio Ferreira de Matos; Revisão Gramatical de Acássia Araújo Barreto; Datilografia de Genilda Mendes de Farias.

5 O município, em sua origem, era um povoado com o nome “Os Pintos”, em homenagem ao sobrenome da família do português Mesquita Pinto, proprietário do engenho de açúcar. Depois, passou a se chamar de freguesia e, logo depois, foi elevada à categoria de vila de “Nossa Senhora da Conceição de Riachuelo”. Em 1890, como Decreto Estadual de nº 10, de 25 de janeiro, elevou-se à condição de cidade com o nome de Riachuelo. Sobre o nome, há duas versões. A primeira diz que, por conta de o povoado estar localizado próximo aos rios: Sergipe, Cotiguiba e Jacarecica, poderia chamar-se de Pequeno Riacho (Riachuelo); a outra, mais aceita, sinaliza para a homenagem ao Almirante Barroso, pelo feito na Guerra do Paraguai, na chamada Batalha Naval do Riachuelo em 11 de junho de 1865 (BEZERRA, 2012).

Nos períodos juninos, além das quadrilhas juninas organizadas por Dona Salvelina Moura, tendo como principal marcador o senhor Paulo do Central, a marca registrada de expressão cultural tem a ver com os famosos batalhões, regidos por batucadas, danças, cantos e versos, arrastando pelas ruas da cidade os seus admiradores. (BEZERRA, 2012, p. 32).

Nesse fragmento de texto de Antonio M. Bezerra, percebemos como as manifestações religiosas e culturais continuam presentes na vida dos moradores da cidade de Riachuelo. Também buscamos compreender como o corpo e seu gestual atua dentro da *mise-en-scène* da apresentação da quadrilha junina “Meu Sertão”. Ou seja, percebemos que, durante a apresentação, os corpos dos participantes/brincantes permanecem sempre na posição de expressão alongada. Mesmo quando a coreografia utiliza o plano baixo, médio e alto, o corpo está sempre acionado, pronto para uma ação futura. Outro detalhe é a expressão facial de cada participante: há completa sinergia com o público. Invariavelmente, os olhares não fogem do olho de quem os vê. O componente dança, e o seu olhar não se desvencilha do olhar do espectador. Destacamos o momento em que o bando do cangaço entra na cidade e encontra a festa do casamento. Esse momento da apresentação é muito especial: o xaxado é dançado por um casal caracterizado de Lampião e Maria Bonita, os dois acompanhados de homens e de mulheres. Toda dança-teatro ocorre com os integrantes olhando em direção à comissão julgadora do concurso. Maria Bonita traz dois punhais à mão; e Lampião porta um rifle, tipo (papo amarelo). Essas armas estão sempre apontadas a quem se dirige à dança. No final, todos gritam xaxado! Esse momento é considerado áureo (ápice coreográfico da apresentação) e também bastante esperado em relação à análise da comissão julgadora do concurso.

Certamente, há um trabalho coreográfico e de corpo que desvincula os estereótipos e os vícios da ação corpórea. O que vemos são corpos autônomos numa dança-teatro comprometida em contar uma história. Mais que isso, a história está sendo vivida intensamente pelos participantes.





Figuras 6, 7, 8 e 9 - Quadrilha Junina Meu Sertão

Acervo: APCEF/SE

De Riachuelo, Antonio M. Bezerra cita alguns grupos folclóricos que eram ativos nas décadas de 50 e 60 do século passado e que foram extintos, entre eles, “o Cacumbi, grupo de manifestação coreográfica liderado por Antonio Amaro (BEZERRA, 2012). Inferimos que orientado pelos escritos de *RIACHUELO: Dança e Folguedos Folclóricos*, argumenta que os componentes do Cacumbi se apresentavam como “exímios artesãos da simetria gestual” (SERGIPE, 1984, p. 26). O pano de fundo do enredo do folguedo é homenagear os santos: São Benedito e Nossa Senhora do Rosário” (SERGIPE, 1984).

Nesse segundo fragmento, quando fala do Cacumbi, cita-os integrantes como “exímios artesãos da simetria gestual”. Com isso, entendemos que a quadrilha junina *Meu Sertão*, por meio dos corpos de seus participantes, expressa o poder simbólico, a essência da ancestralidade e o pertencimento ao espaço onde vivem.

É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que, em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é, a cada momento, capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve-se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 1990, p. 143).

A relação de pertencimento dos participantes da quadrilha junina “Meu Sertão” ao espaço – a cidade de Riachuelo – ativa os corpos com os movimentos coreográficos (passos), as pessoas executam inflexões. E elas estão cômicas em relação aos antecedentes (a essência do passado), isso é acionado pela memória.

Não obstante, as questões conceituar e/ou criar conceitos, os quais sempre estão em campos de disputa e de contestação, concluímos que corpo e identidade refletem a obra da quadrilha “Meu Sertão”: corpo, na perspectiva do resgate do movimento e do gestual referente às práticas da vida cotidiana do povo de Riachuelo, dissociado dos anacronismos e dos estereótipos modernos hoje frequentes nas quadrilhas juninas; e identidade, que representa sujeitos autônomos que pensam-fazem-vivem em um espaço, território, nos quais os participantes se reconhecem. A quadrilha junina “Meu Sertão” é uma

instituição que aciona os participantes a uma prática reflexiva e coletiva do fazer junino. É uma agremiação reconhecida por manter a identidade e as tradições da denominada região do Vale do Cotinguiba:

Necessitamos das identidades para nos afirmarmos como sujeitos, para representarmos nossos gostos, para que possamos, ao mesmo tempo, ser reconhecidos e reconhecer os demais. Em um mundo no qual a visão se tornou um elemento preponderante, as identidades se tornaram uma oportunidade de colocar no palco nosso próprio 'show', nos 'apresentando' (transformando-nos e adaptando-nos) conforme a 'plateia'. (TAKAKI; BASSANI, 2016, p. 89).

A exemplo disso, citamos um dos momentos da apresentação da quadrilha, quando o jovem Zé volta à sua cidade: Riachuelo (mas pode ser qualquer cidade do interior nordestino) para encontrar seu amor Zefa e um grupo de homens com chapéus de palha na mão saúdam o público cantando a música *Noites Brasileiras* (de Luiz Gonzaga e Zé Dantas). Essa canção remete a Zé (que é representado tal qual uma pessoa de determinada classe social ou de determinada região do Nordeste) e seu retorno ao lugar em que nasceu, evidenciando as saudosas festas do ciclo junino “*sob o luar do sertão*”. Nesse contexto, os homens vestem roupas leves de colorido cromático, dançam e cantam num gestual que lembra o trabalho no plantio e cultivo da terra. O retorno de Zé ao seu lugar de origem é um divisor na viragem da história de amor dele e de Zefa, que é o encontro com seu território e lugar, onde faz desabrochar as significações do seu existir. “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2007, p. 13).

Voltemos à dança do Cacumbi. Essa dança exige do brincante movimentos flexíveis de corpo, numa “simetria gestual” que bem louva os padroeiros dos negros: São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Na quadrilha junina, as memórias dos participantes, a todo tempo, são ativadas para contar a louvação dos santos juninos e para contar a história de amor do casal Zé e Zefa.

Embora a história faça alusão a Nossa Senhora Aparecida, não esqueçamos que a primeira formação do território/povoado era uma freguesia, depois, vila que se chamava *Nossa Senhora da Conceição de Riachuelo*. Era comum que as atividades referentes à existência festiva do lugar fossem voltadas à igreja como local apropriado para acontecimentos: as apresentações acontecem à porta e no entorno, por exemplo, a quermesse. Essa atividade, quase sempre, está associada ao caráter religioso católico. Nesse contexto, em relação à apresentação, destacamos o andor móvel da Santa, que, alguns momentos, é movimentado no espaço cênico, dando à personagem Santa (representada por uma jovem negra de olhar fixo) a identificação afetiva religiosa do público. Também, outro ponto que dá o tom religioso é a história de amor entre Zé e Zefa, marcada pela promessa no altar e pela jura de amor, e ele volta ao lugar de origem para a redenção.

Findo este escrito na certeza de que me impressionei com a apresentação do tema ***Feitos na roça: uma história de amor, fé e tradição*** da quadrilha junina “Meu Sertão” da cidade de Riachuelo/SE e reconheci valores culturais, conforme o nosso relato. Outros aspectos não abordados aqui, certamente, serão em outros trabalhos, considerando que este tema das quadrilhas juninas e o seu ciclo motiva as mais distintas pesquisas. Para saudar a quem leu este até o fim, deixo o canto que é feito pelos participantes no momento final da apresentação:

*Sou Meu Sertão
Bato no peito
Eu sou Meu Sertão
Com muito amor
Eu sou Meu Sertão
É a quadrilha, tem seu valor
Sou a gigante do interior.*

Sou Meu Sertão!

Saudamos e agradecemos ao o espetáculo!

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ARAÚJO, Liana Matos. *Juventude e quadrilha junina: estilos de vida e sociabilidades no cenário do consumo cultural em Sergipe*. Dissertação de mestrado em Antropologia – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

BARROSO, Hayeska Costa. *Prepare seu coração pras coisas que eu vou contar: o ensaio sobre a dinâmica das quadrilhas juninas, no Ceará*. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade – Universidade Estadual do Ceará, 2013.

BEZERRA, Antonio Martins. *Riachuelo passado de riquezas*. Aracaju: Textopronto e Gráfica, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HOBSBAWM, Eric J., RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990. Traduzido do original francês LA MÉMOIRE COLLECTIVE (2. ed.) – Presses Universitaires de France –Paris, França, 1968.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, K. Bertha (Orgs.). *Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC SERGIPE. *Dimensões Rituais, Estéticas e Lúdicas na*

Dança do Ciclo Junino. Seminário Palco Giratório – 20 anos, 2017.

SERGIPE, GOVERNO DO ESTADO. *Riachuelo: Danças e Folgedos Folclóricos*. Aracaju, SE: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 58p. (Coleção Cadernos de Cultura Popular: 1, n. 7, out. 1984).

TAKAKI, Natalia; BASSANI, Jaison José. Corpo e Identidade: dialogando com Zygmunt Bauman e Michel Maffesoli. In: ZOBOLI, Fabio; SILVA, Renato Izidoro; BORDAS, Miguel Angel Garcia. *Corpo e governabilidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 2016.

VIDEOS PESQUISADOS

MEU SERTÃO 2019– SESC SE – Concurso de Quadrilha Seu Menino – Sesc Sergipe. Agência Comércio de Notícias– <https://www.youtube.com/watch?v=PvYF3fOcRv8>. Consultado em 08 set. 2019.

TV ATALAIA: QUADRILHA JUNINA “MEU SERTÃO” – Imagens Imprensa 1. <https://www.youtube.com/watch?v=yzJNGdnGino>. Consultado em 08 set. 2019.

CLIK SERGIPE <http://www.clicksergipe.com.br/entretenimento/3/52452/vem-ai,-o-levanta-poeira-2019.html>. Consultado em 15 set. 2019.

CAPÍTULO 6

A NOVA FUNÇÃO E USO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO: O CASO DO NOVO USO DE PATRIMÔNIOS RELIGIOSOS

Data de aceite: 01/10/2021

Data de submissão: 15/07/2021

Luiz Fernando de Souza

Professor do curso de Bacharel em Turismo –
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/8680324888001369>

Krysla Rodrigues Santos

Bacharel em Turismo – Universidade Estadual
de Ponta Grossa
Florianópolis – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/5613046965834529>

Douglas Alvarenga

Acadêmico do curso de Bacharel em Turismo –
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/6676937109278421>

RESUMO: O desenvolvimento da atividade turística tem permitido aos turistas uma experiência cada vez mais completa e envolvente no destino. Dessa forma, pode-se ter uma interação cada vez maior e mais significativa com o patrimônio edificado que, com seu uso, pode auxiliar para a sua conservação e preservação. Esse patrimônio possui diversos valores não apenas para o turista, mas principalmente para o morador e para o destino, como valores estéticos, sociais, históricos e espirituais. Neste trabalho foi abordado o contexto da reutilização de uso de Igrejas Católicas, que ficaram no descaso e desuso com o passar do tempo.

Entende-se que toda e qualquer edificação tem por objetivo atingir e obter uma forma, estrutura e função, mas que com o passar dos tempos estes fatores podem sofrer modificações refletidos diretamente no patrimônio. A metodologia de desenvolvimento da pesquisa deu-se por meio de estudo de caso, pesquisa bibliográfica e documental, através do método indutivo, proporcionando o escopo teórico para chegar aos resultados e considerações esperados. De acordo com pesquisas realizadas identificou-se que existe atualmente a reutilização dos espaços religiosos católicos, devido a fatores sociais e culturais, e, por consequência diferentes usos destas edificações essas construções perdem sua função inicial mais guardam a história de uma época e de um povo, cada uma delas tem sua relevância e devem ser preservadas. Conclui-se que o novo uso vem sendo dado também devido à preocupação com a preservação e conservação dos aspectos materiais e imateriais dos patrimônios. Dar uso a esses espaços faz-se relevante, para a manutenção da memória das cidades, auxiliar na permanência da identidade local, e assim possibilitando que a comunidade entenda e compreenda a importância da preservação de seu patrimônio edificado.

PALAVRAS-CHAVE: Nova função; Novo uso; Patrimônio; Conservação; Turismo.

THE NEW FUNCTION AND USE OF THE BUILT HERITAGE: THE CASE OF THE NEW USE OF RELIGIOUS HERITAGE

ABSTRACT: The development of tourism has allowed tourists to have a more and more complete

and involving experience at the destination. Thus, it is possible to have an increasing and more significant interaction with the built heritage, which, with its use, can help in its conservation and preservation. This heritage has several values not only for the tourist, but mainly for the inhabitant and the destination, such as aesthetic, social, historical, and spiritual values. In this work the context of the reuse of Catholic Churches, which have been neglected and disused over time, was approached. It is understood that any and every building aims to achieve and obtain a form, structure, and function, but that over time these factors may undergo changes reflected directly in the heritage. The research development methodology was carried out by means of a case study, bibliographic and documental research, through the inductive method, providing the theoretical scope to reach the expected results and considerations. According to the research carried out, it was identified that there is currently a reuse of Catholic religious spaces, due to social and cultural factors, and, consequently, different uses of these buildings. We conclude that the new uses are also being given due to the concern with the preservation and conservation of the material and immaterial aspects of the heritage. Giving use to these spaces is relevant for the maintenance of the memory of the cities, helping to maintain the local identity, and thus enabling the community to understand the importance of preserving its built heritage.

KEYWORDS: New function; New use; Heritage; Conservation; Tourism.

1 | INTRODUÇÃO

Tem-se por princípio que as cidades no decorrer de seu processo de colonização e povoamento, passando pelo dinamismo de urbanização, fato que mantém a cidade viva, com suas atividades e sinergia entre as pessoas e suas edificações necessárias para que a constituição e inter-relações ocorram, acabam por se constituir por diversos elementos culturais, tangíveis e intangíveis, dando-lhe uma identidade. Segundo Boullón (p. 189, 2002), “a cidade é um ambiente inventado e construído pelo homem, cujo objetivo prático é viver em sociedade.”

As modificações do espaço urbano, seu dinamismo, caracterizado pelo espaço cultural, que para Boullón (p. 78, 2002), identifica que este espaço, “é aquela parte da crosta terrestre que, devido à ação do homem, teve modificada sua fisionomia original”. A partir do momento que as modificações vão acontecendo, vão com este mesmo processo ocorrendo a formatação e denotação das características específicas, e assim estabelece-se as diferenciações e peculiaridades de cada civilização, demarcando seu território cultural, identificado também por seus métodos e formas construtivas.

Na atualidade, as peculiaridades e individualidades de cada povo, suas edificações suas diferenciações são identificadas, tanto por fatores climáticas, métodos e formas construtivas, matérias primas e ferramentas disponíveis para a execução das mesmas, o saber fazer, estabelecem um diferencial na composição e constituição do espaço urbano, e sua maneira de ocupação e detenção do território, sentindo-se a população como pertencente à este ao mesmo.

Neste contexto também percebe-se, a parte intangível, e imaterial, por suas características peculiares de cada localidade, devido a forma e modo de vida, tradições, crenças, instituições organizadas, como religiosas, políticas, sociais e culturais.

Destaca Castrogiovanni (p.23, 2000):

As cidades são representações fiéis dos macro movimentos sociais. Elas são um recorte do mundo, onde independentemente de suas dimensões ou relevância regional, vibram e transformam-se de acordo com as necessidades e solicitações das políticas e movimentos sociais, locais, atrelados aos universais.

Na atualidade as diferenciações da colonização, povoamento, urbanização, entre outros, em seu conjunto, e de maneira organizada e planejada tornam-se atrativos turísticos, fazendo com que o deslocamento de pessoas para conhecimento e apreciação das edificações diferenciadas, formas e maneiras de urbanização e paisagismo peculiares de cada civilização, torna-se a motivação do deslocamento de turistas para inúmeros países e cidades, na busca de conhecimento e apreciação de novas culturas tangíveis e intangíveis. Segundo Beni (p. 57, 2004) “atrativos turísticos podem ser transformados em recursos turísticos, e estes constituem o patrimônio turístico. São elementos passíveis de provocar o deslocamento de pessoas, e que integram o marco geográfico-ecológico-cultural de um lugar.”

Sobre o turismo, temos que a atividade turística hoje pode ser considerada como uma das melhores formas de utilizar o tempo livre. Existe uma gama de ofertas que estão à disposição dos turistas, podendo de maneira segmentada atender à todas as demandas, com gostos, culturas, fatores econômicos, acesso à deslocamento geográfico, entre outros fatores que interferem no consumo de destinos preparados para receber os turistas.

Independentemente do tipo de turismo escolhido pela demanda, em todos os destinos, a cultura tanto tangível, quanto intangível, são percebidas e consumidas de maneira inconsciente ou consciente pelo turista. Ao chegar à um destino, o mesmo se depara com culturas e sociedades diferenciadas, por inúmeras variáveis, porém neste estudo, foca-se nas edificações, suas peculiaridades históricas, sociais, culturais, que determinaram e ainda determinam a maneira de demarcação e ocupação territorial, e de detenção de poder sobre o mesmo.

Tendo a sensação de retornar ao passado, a memória, ao estilo de vida de civilizações passadas, bem como atuais, perpassam apenas pelo simples caminhar e observar o modo de vida, a infraestrutura da cidade, este ato vai ficando marcado na memória dos visitantes. Segundo Rodrigues (p.23, 2002):

A memória social será tão mais significativa quanto mais representar o que foi vivido pelos diversos segmentos sociais e quanto mais mobilizar o mundo afetivo dos indivíduos, suscitando suas lembranças particulares. Nestas, e só nestas, alcançado pelo sentimento e sustentado pela sensação, o passado é reconstruído plenamente, Feito de fantasias, parecendo sempre melhor que o

presente, ele aflora idealizado, porque reconstruído por nós que já não somos o que éramos e, movidos pela nostalgia, queremos que ele nos traga de volta as sensações já vividas.

O turismo cultural, caracteriza-se por meio das informações tanto pelos aspectos visuais, olfativos, auditivos, que identificam o diferente, o novo, e isto permanece no subconsciente do turista. Este processo de maneira indireta auxilia e contribui para a conservação e preservação do patrimônio, pois o autóctone tem a percepção real do quão diferente e quão importante é sua cultura perante aos visitantes, e percebem que o diferente é o atrativo, é a motivação buscada pelas comunidades de outras localidades.

Para Carvalho (p.16, 2010):

Nas áreas de intenso fluxo, a atividade turística contribui para o revigoramento do patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que provoca alterações nos locais onde se desenvolve e, em alguns casos, altera o sentido e o significado do espaço urbano e a dinâmica específica das comunidades receptoras.

Neste sentido, tratando-se das edificações religiosas, foi que este estudo foi pautado, pois a igreja católica e o catolicismo sempre tiveram uma relativa importância para a sociedade desde os princípios coloniais, de povoamento e urbanização, demarcando seu espaço territorial na busca de uma detenção de poder e soberania.

Na atualidade estes espaços edificadas são, também, procurados como atrativos, tanto por devotos e peregrinos, mas ainda como um espaço cultural, seja por sua arquitetura, como seu signo e significado para determinada época na localidade onde se encontra.

Segundo Gastal (p.67, 2005):

Na passagem do momento moderno para o momento pós-moderno, os desejos passam a ser vistos como necessidades. Se as necessidades, em tempos mais antigos, estavam vinculadas à permanência biológica da sobrevivência, agora envolvem também o social e o cultural, antes campo exclusivo dos desejos.

A visibilidade do espaço patrimonial do passado, faz com que o turista volte ao tempo em que ocorreu o processo de povoamento e construção de uma urbanização, e assim sendo, este trabalhando com seu inconsciente remete-se aos tempos antigos, por meio da imagem instalada da paisagem atual, levando o mesmo à um imaginário, construindo uma história de formas e maneiras de vida de épocas antigas. Para Silva, citado por Gastal (p.74, 2005), “Como reservatório agrega imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real que realizam o imaginado, leituras de vida em através do mecanismo individual/grupal, sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e aspirar ao estar no mundo”.

Assim sendo, a visitação de templos religiosos católicos visto como turismo cultural vem sendo utilizado e visto de maneira que possa-se englobar a cultura local nos destinos turísticos, podendo ser este o principal atrativo, e/ou o incremento da atratividade turística dos destinos, pois o turismo pode englobar uma gama de atividades durante a estadia dos turista.

Segundo o Ministério do Turismo (p. 15, 2010), o Turismo Cultural pode ser compreendido como:

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Todavia o turismo cultural pode ser identificado diversas segmentações, sendo por meio do turismo gastronômico, religioso, técnico científico, entre outros. Esta segmentação auxilia e possibilita que os turistas possam obter as trocas com os autóctones de acordo com o perfil ou necessidades e desejos, participando do cotidiano e utilizando-se da infraestrutura posta também para a comunidade local, que por sua vez, também é consumida pelo visitante, e não é diferente com os espaços edificados, constituídos em patrimônios locais, regionais, nacionais e mundiais.

O estudo da utilização do patrimônio edificado, de seu uso na atividade turística, e permitindo que este possa de certa forma auxiliar em sua conservação e preservação, no caso do uso das edificações religiosas católicas, é que este estudo de pesquisa foi pautado, na tentativa de identificar algumas igrejas que continuam com sua forma e estrutura arquitetônica, porém com funções distintas daquelas que foram vislumbradas em seu processo de uso inicial.

Quando de suas construções, as igrejas católicas, tinham um objetivo claro de sanar necessidades almejadas em sua época, tanto sociais, como culturais, pelo clero, monarquia, burguesia, e que passou a ser modificando por meio de um novo prisma, devido à necessidade de preservação e conservação destas edificações, modificando a paisagem habitual do que seria o imagem e imaginário do visitante, como também transformando o lugar em um entre-lugar, de acordo com os teóricos Gastal e Castrogiovanni.

2 | OBJETIVOS

A presente pesquisa tem por objetivo demonstrar a nova utilização do patrimônio edificado, que com o passar do tempo caiu no desuso, seja por meio de aspectos sociais, culturais e/ou econômicos. Nesta pesquisa evidenciou-se o caso das igrejas católicas, que, principalmente na Europa, hoje foram abandonadas pelos cristãos, e assim sendo o uso das mesmas teve que ser modificado e/ou adaptado para que este patrimônio continue sendo conservado por meio da utilização, e não cair no descaso, muito menos no esquecimento do objetivo inicial e principal de sua edificação.

3 | METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como método de investigação indutivo, pois o pesquisador pode chegar a conclusões e considerações por meio de indução de hipóteses, tendo os

resultados obtidos, dando subsídios para verificar e comprovar ao final que sua indução acaba por ser real ou não. Francis Bacon foi o “sistematizador do Método Indutivo, pois a técnica de raciocínio da indução já existia desde Sócrates e Platão”, conforme Lakatos E. M.; Marconi M. de A., (p.71, 2000).

Utilizou-se de pesquisa descritiva exploratória, estruturada através de materiais já elaborados, tais como livros, artigos científicos que permitiram constituir um escopo teórico sobre a temática. “Pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos e ideias, como vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”, segundo Gil (p.44, 2007).

Para a elaboração teórica a pesquisa bibliográfica deu o suporte necessária para obter as informações, para Gil (p.17, 2007) a pesquisa bibliográfica “...é desenvolvida mediante o concurso de conhecimento disponível e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos...” e para Minayo (p.53, 1994), “a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os atores envolvidos em seu horizonte de interesse.”

Em relação ao estudo, caracteriza-se como um estudo de caso, que, segundo Yin (2005), a metodologia de estudo de caso se utiliza de maneira adequada na medida em que se faz necessário investigar de que maneira e como foi realizada determinada atividade, tarefas desenvolvidas, e/ou experimentos. O autor assegura que o estudo de caso nada mais é investigação empírica permitindo a investigação e análise de fenômenos contemporâneos no contexto da realidade da vida, principalmente quando a ação e reação não estão claramente definidos.

A abordagem feita sobre a reutilização dos espaços religiosos, que será apresentado neste trabalho de pesquisa, será voltada aos diferentes usos que alguns patrimônios religiosos católicos podem receber com o passar dos anos, e como as cidades vêm se apropriando desse patrimônio com usos destínos, para que não eles não fiquem no esquecimento, fechados e até mesmo marginalizados, buscando uma nova forma de utilização e/ou reutilização, e também por consequência utilizado como um atrativo para a atividade turística, auxiliando em sua conservação e preservação de sua estrutura e de sua história.

4 | REFERENCIAL TEÓRICO

O turismo enquanto atividade turística destaca-se cada vez mais, e passa a interferir de maneira expressiva no setor econômico no cenário mundial. Assim sendo, estudos a respeito deste processo de consumo, devem ser realizados pela academia com a intenção de compreender este fenômeno, seus impactos positivos e negativos deixados no território que ocorre o consumo, sendo tanto nas esferas econômicas, sociais, culturais quanto nas ecológicas.

Autores como Oscar de La Torre apud Ignarra (p.24, 1999), definem o turismo sob um maior aspecto social, como segue:

O Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Beni (2004), identifica em seus estudos três tendências que auxiliam na definição da atividade turística, baseado na academia, nas empresas e em órgãos governamentais: definições econômicas, definições técnicas, e holísticas. A percepção holística, ou seja do todo, auxilia na compreensão da fenomenologia do turismo, suas interferências locais. Quando fala-se do consumo do território pelos turistas, entende-se que este utiliza-se de quase toda, senão toda, infraestrutura que está à disposição do autóctone, e no caso de templos e edificações religiosas, estas são utilizadas por ambos, tanto o turista como a comunidade local.

As definições holísticas procuram abranger o escopo total do assunto. Em 1942 os professores Hunziker e Krapf, apud BENI definem o turismo como: (p. 36, 2004): “A soma de fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória.”

Percebe-se que estes autores manifestam as inter-relações que ocorrem entre os turistas e os autóctones, devendo desta maneira o morador local ter também a possibilidade de conhecer e interpretar seu próprio espaço, e também auxiliando na preservação e conservação de seu patrimônio, seja este um patrimônio tombado ou não, mas sendo edificações e/ou espaços que fazem parte da sua história, sua memória, constituída no território que este habita.

Boullón (2001), em sua obra Planejamento do Espaço turístico destaca que os espaços são segmentados dentro do em sete tipos de espaços físicos: espaço real, potencial, cultural, natural adaptado, artificial, natural virgem e vital. Para este trabalho de pesquisa detém-se sobre:

Espaço potencial: possibilidade de utilização de determinado espaço para fim potencial, de acordo com suas características físicas. Este tipo de espaço não existe no presente, e sim no ideal dos planejadores para um futuro próximo. A potencialidade do território em questão, é identificada por meio da realização do inventário físico, econômico, político e social, e com a análise do mesmo, tem-se o diagnóstico, que retrata a potencialidade de uso do local.

Espaço cultural: é a consequência da ação antrópica sobre o espaço físico, o que o mesmo construiu, e enquanto espaço social, por meio de ações anteriores e do dia-a-dia, percebidas pelas edificações, maneiras e ou técnicas de plantio ou uso do solo, bem como

por meio de suas manifestações culturais.

Espaço artificial: também chamado de espaço urbano, porém não somente este. É todo o espaço modificado pelo homem, por meio das construções para satisfação e para sanar suas necessidades, sejam estas básicas, como moradia, como espaços artificiais, como parques temáticos, para o uso de meios de lazer, entre outros.

Seguindo a metodologia proposta por Boullón (2001), utiliza-se como referência o espaço cultural, espaço artificial, bem como o espaço potencial, que fazem parte das edificações encontradas no Município como referência patrimonial do mesmo, pois segundo Funari (2001, p. 15): “O turismo cultural, tal qual conhecemos atualmente, implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos”.

Rodrigues (p. 48 – 49, 1999), em relação ao estudo proposto por Santos (1986), interpreta que por meio deste pode-se realizar a interpretação do espaço territorial, no caso, do espaço turístico, e destacando que:

A forma refere-se ao aspecto visual – a paisagem... função pretende decompor o espaço turístico nos seus elementos – oferta, demanda, transporte, infraestrutura, serviços, gestão e marketing... Nessa análise é fundamental a captação da estrutura espacial, que extrapola o estudo da forma, uma vez que pretende expressar a dependência mútua entre as partes do todo, ou seja, a funcionalidade espacial.

Dentro da atividade turística, inúmeros são os atrativos motivadores do deslocamento das pessoas até o destino. Uma das formas de motivação se dá por meio do Patrimônio Histórico Cultural, Tangível e Intangível.

Em relação ao patrimônio pode-se citar Murta (2002), quando comenta sobre a interpretação do patrimônio por parte do turismo, que o bem móvel quando interpretado pode obter uma melhor compreensão por parte do turismo, e assim sendo, acaba sendo mais valorizado, devido à contextualização histórica dada pelo mesmo.

Quando se lê ZEVI (1996), ele identifica a relação do patrimônio com o espaço edificado e o turismo, demonstrando que a paisagem constituída pelo perímetro urbano visitado, fica na memória da população, pois fica gravada em suas lembranças do skyline, ou seja, do conjunto da paisagem visitada, e consegue mesmo sem conhecimentos teóricos, identificar as diferenças arquitetônicas constituídas com o passar do tempo.

Tratando-se do texto de GASTAL (2005), relata-se que a imagem do local visitado fica na memória do turismo enquanto seu imaginário, então quando se fala para o turismo sobre uma sinagoga, se o mesmo teve a oportunidade de conhecer Istambul, por exemplo, a cidade vem à sua memória ao mesmo momento.

Desta forma identifica-se o patrimônio como algo que fica marcado na lembrança das pessoas, por meio de um passeio que pode até mesmo ter sido realizado sem a intenção de conhecer a edificação, mas por ser algo diferente do seu cotidiano essas lembranças ficam

marcadas em sua memória.

Já para a localidade, está valorização dada pelo turista, também auxilia na preservação e conservação das edificações que de alguma forma remontam ao passado, no contexto histórico da localidade, tornando-se então, a edificação, algo importante para ser preservada, e guardada para o conhecimento de gerações futuras, seja pelo seu valor histórico de determinada época, ou algo importante que lhe embute está valorização, ou seja pelo próprio estilo arquitetônico diferenciado, que merece ser preservado.

Segundo Murta (2002, p.24) “A interpretação ao vivo, também chamada de interpretação pessoal, pressupõe um ator, um guia ou expert contando casos, atuando, cantando, conversando, demonstrando, ilustrando e explicando temas e processos a visitantes”, além de que “falar de seu lugar, do passado histórico, de acontecimentos recentes, ou mesmo de problemas atuais, bem como a coleta de evidências pessoais da história, são fundamentais no processo de interpretação e valorização.” (MURTA, 2002, p.14).

Devido a processos históricos e culturais, que ocorrem ao passar dos anos no mundo e por consequência nas cidades, como, guerras, crescimento desordenado urbano, modificação dos processos sociais, buscas distintas de espiritualidade, de alcançar a sua paz interior, assim ocorrendo a diminuição de frequentadores das igrejas católicas, acabaram com um certo abandono e desocupação de inúmeras igrejas, seminários, mosteiros, conventos, etc.

Essas edificações perdem seu uso inicial, porém guardam a história de uma época e de um povo, cada uma delas tem sua relevância e devem ser preservadas, mantendo viva sua relevância, uso e significado perante uma comunidade social, respeitada durante muito tempo como algo maior do que nós mesmo, espaço este que ainda nos dias atuais são utilizados na maioria das Igrejas, como busca a paz interior, e respeito à um ser maior, que rege e auxilia na vida de seus frequentadores.

Estes seriam lugares identitários, relacionais e históricos, ou, em outros termos, os lugares de nascimento e os lugares vividos, compostos por uma estabilidade mínima, configurando um lócus onde não se faz história, vive-se nela.

A nova maneira de utilizar-se do patrimônio edificado, verificando que não houveram modificações externas de forma e estrutura, porém com alterações em seu uso e função, faz-se com que o imaginário, a percepção tanto do turismo quanto da comunidade local, seja modificada ao entrar na localidade, neste espaço que foi edificado com objetivos sólidos, satisfazendo as necessidades ora almejadas, que porém com o processo temporal, com modificações sociais e culturais, acabam tendo que ser utilizados com fins distintos para poder continuar aberto para a comunidade, auxiliando em sua conservação e preservação, pois este fato somente ocorre quando da utilização do espaço, não deixando-o no esquecimento, no descanso e no desprezo dos edifícios e principalmente de sua história.

Neste estudo de pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, pelo método indutivo, que leva-se a encontrar novos usos das igrejas católicas, que foram

abandonadas por seus fiéis com o passar do tempo, por inúmeros e distintos motivos, que não cabe relatá-los neste estudo.

5 | RESULTADOS

Quando as igrejas estão em desuso, seu espaço passa a ter a função não apenas religiosa, mas também artística, educacional e esportiva. Se analisarmos o que vem acontecendo na Europa, fica nítido que a fé cristã tem perdido forças devido a mudanças sociais, que causa na diminuição do número de fiéis, e econômicas, como o alto custo para manter o edifício. O resultado é o abandono desses locais, abrindo espaço para estabelecimentos comerciais como hotéis, casas de show, lojas, bibliotecas, entre outros.

Essa transformação do local e de seu uso é uma maneira sustentável de preservar não apenas o patrimônio histórico edificado, mas tudo que há de intangível por trás dele. Isso tem se tornado cada vez mais comum e divulgado, o que faz com que esses espaços passem a ser cada vez mais procurados, muitas vezes tornando-se um atrativo turístico.

A antiga Igreja Dominicana de Maastricht, construída em 1836 com um estilo gótico, tornou-se a livraria Selexyz, eleita pelo jornal inglês *The Guardian* a livraria mais bela da Europa. Essa ressignificação se deu em 2006, ganhando o maior prêmio holandês de arquitetura de 2007. Junto com a livraria, encontra-se uma cafeteria e um espaço para exposição e eventos que atrai turistas curiosos e encantados com a arquitetura do lugar.

As igrejas possuem várias características arquitetônicas que contribuem para a sua reutilização, como, por exemplo, sua acústica. A Paradiso Club é uma das baladas mais conhecidas de Amsterdã, foi montada em uma igreja do século 19 que permanece preservada tanto por dentro, quanto por fora. As únicas alterações foram no acréscimo de alguns andares para permitir uma maior capacidade. Sua realização deu-se devido aos hippies que em 1967 queriam converter a igreja, que desde 1965 não era mais utilizada, em um espaço de entretenimento e lazer. Logo este espaço tornou-se um importante símbolo da contracultura daquela época e é utilizado para este fim até hoje.

Outro caso de reutilização de edifícios religiosos, é o Pestana Convento do Carmo, criado em 2005 e localizado no centro de Salvador próximo ao Pelourinho, é um hotel histórico que reutiliza um convento construído em 1586 pela Ordem Primeira dos Freis Carmelitas, onde grandes histórias do Brasil aconteceram. Sendo o primeiro hotel histórico do Brasil, o hotel possui um museu, piscina, ginásio e uma biblioteca, além de um restaurante e bar. Por ser localizado no centro histórico e por preservar sua identidade e história tanto através da preservação dos aspectos arquitetônicos, quanto pelo museu, o hotel mantém viva a identidade prévia antes de sua reutilização, importante para a conservação da história do lugar, junto com suas características religiosas e culturais.

O Grupo Pestana, dono da marca do hotel, é o principal investidor português no setor turístico. Quando restauraram e adaptaram o antigo Convento do Carmo, trouxeram ao Brasil

um conceito de hotelaria que conservava suas individualidades históricas e ao mesmo tempo trazia o luxo. Todo seu processo de recuperação foi supervisionado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), assim o acervo com mais de 1500 peças também foi restaurado e hoje está em exposição no museu do hotel. Mas o hotel não é a primeira reutilização do Convento, pois em 1625 também serviu de quartel para as tropas portuguesas.

6 | CONSIDERAÇÕES

Com o passar do tempo o espaço vai sendo modificado devido a mudanças no contexto histórico, social e econômico, isso resulta em uma nova utilização, um novo significado, dessa forma, esses espaços perdem sua função, mas não sua história. Por isso, onde há espaço abandonado, há espaço para uma reutilização.

O abandono de patrimônios históricos tende a resultar em sua degradação, mas com o auxílio da atividade turística, é possível reutilizar esses espaços de forma sustentável, garantindo que ao usar esses recursos atuais como produto, possa não apenas preservar, mas transmitir sua história para gerações futuras. Com isso, o turismo desenvolve a economia local sem perder sua identidade e sem degradar seu ambiente, o que minimiza seus impactos negativos.

No caso da reutilização das igrejas, além da preservação de seus aspectos religiosos, é também preservada sua arquitetura. Quando utilizados para fins turísticos, mesmo considerando seus impactos negativos, toda essa informação é transmitida aos visitantes, de forma que repassa a importância de sua conservação.

A Europa é o local em que mais vemos esses locais perderem suas funções religiosas e hoje estarem abrigando exposições, eventos e estabelecimentos comerciais como livrarias, bem como para utilização de festas eletrônicas, o que os faz ter uma maior contribuição social e econômica para a cidade. Isso mostra que o reuso traz combinações e adaptações que podem surpreender.

A reutilização do patrimônio arquitetônico já é muito conhecido em Portugal desde o século XIX, porém em alguns casos ocorre, além da perda da função, a perda da identidade arquitetônica e espiritual, quando utilizados para outros fins que não religiosos. Nesses casos, sua reutilização encara a edificação apenas como um edifício antigo, desconsiderando seus aspectos espirituais. O desafio fica em adaptar os edifícios de forma que ele não perca a identidade e ao mesmo tempo se torne algo moderno e atrativo, mudando apenas seu simbolismo e não sua estrutura.

REFERÊNCIAS

- BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 3 ed. Ver. E ampl. – São Paulo: SENAC São Paulo, 2004.
- BOULLÓN, R. C. Planificación del Espacio Turístico. México: TRILLAS, 2002.
- CARVALHO, K. D. Lugar de memória e turismo cultural: apontamentos teóricos para o planejamento urbano sustentável. CULTUR. Ano 04. Nº 01. Janeiro/2010 Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo. Acesso em julho de 2017.
- CASTROGIOVANNI, A.C. Turismo urbano. São Paulo: Contexto, 2000.
- FUNARI, P. P. Et al. Turismo e Patrimônio Cultural. Ed Contexto, 2001.
- GASTAL, S. Turismo, Imagens e Imaginários. São Paulo: Aleph, 2005.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007
- IGNARRA, L. R. Fundamentos do turismo. São Paulo: Pioneira, 1999.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. Metodologia Científica. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2000
- LICKORISH, L. J. Introdução o turismo. Tradução de Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- MINAYO, M.C.S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22. Ed. Petrópolis: RJ, Ed. Vozes, 1994.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria de Políticas de Turismo. Conceitos básicos e apoio à comercialização de produtos segmentados / Ministério do Turismo – (Brasília): o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 2010. Livro 02.
- MURTA, S. M. Et al. Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG. Território Brasilis, 2002.
- RODRIGUES, A. B. Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.
- RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI & PINSKY. Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Contexto, 2002.
- SANTOS, M. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3a ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- ZEVI, BRUNO. Saber ver a arquitetura. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996

CAPÍTULO 7

RETRATOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE A PARTIR DA SÉRIE FOTOGRÁFICA DE ALESSANDRA SANGUINETTI

Data de aceite: 01/10/2021

Data da submissão: 21/06/2021

Viviane Baschirotto

Florianópolis, SC

<http://lattes.cnpq.br/5776258313593981>

RESUMO: A partir do trabalho da fotógrafa Alessandra Sanguinetti, o artigo apresenta a infância em suas realidades e ficções na série *As aventuras de Guille e Belinda e o enigmático significado de seus sonhos*. Construindo um diário no tempo, a série teve início em 1999 e teve em torno de dez anos de duração, o que fez com que a fotógrafa acompanhasse boa parte da infância e juventude de duas primas no interior de Buenos Aires, Argentina. Existe uma escolha em narrar por meio da fotografia, e o artigo também apresenta as obras de Lady Clementina Hawarden e Roni Horn, pensando as semelhanças e diferenças em apresentar as infâncias. Giorgio Agamben lembra que a fotografia exige algo de nós quando ela impõe que o fotografado seja lembrado. O texto tem o objetivo de refletir sobre os olhares da infância em diferentes contextos e apresentações, bem como suas relações. Pensa o período da infância e juventude como um momento lúdico, de imaginação, carregado de afetos, invenções e memórias.

PALAVRAS-CHAVE: Alessandra Sanguinetti; Lady Clementina Hawarden; Roni Horn; infância; fotografia.

PORTRAITS OF CHILDHOOD AND YOUTH IN THE PHOTO SERIES OF ALESSANDRA SANGUINETTI

ABSTRACT: Based on the work of photographer Alessandra Sanguinetti, the article presents childhood in its realities and fictions in the series *The adventures of Guille and Belinda and the enigmatic meaning of their dreams*. Building a diary over time, the series began in 1999 and lasted for around ten years, which made the photographer follow much of the childhood and youth of two cousins in the interior of Buenos Aires, Argentina. There is a choice to narrate through photography, and the article also presents the works of Lady Clementina Hawarden and Roni Horn, thinking about the similarities and differences in presenting childhoods. Giorgio Agamben reminds us that photography demands something from us when it requires that the photographed be remembered. The text aims to reflect on the perspectives of childhood in different contexts and presentations, as well as the relations. The text approaches the period of childhood and youth as a playful moment, of imagination, full of affections, inventions and memories.

KEYWORDS: Alessandra Sanguinetti; Lady Clementina Hawarden; Roni Horn; childhood; photography.

1 | INTRODUÇÃO OU ENTRE A REALIDADE E A FICÇÃO

Alessandra Sanguinetti (Nova York, 1968-) morou em Buenos Aires, Argentina, de

1970 até meados de 2003 e hoje vive nos Estados Unidos. É uma fotógrafa da Agência Magnum desde 2007 e possui obras em diversos acervos públicos e particulares como no Museu de Arte Moderna de Nova York e no Museu de Arte Moderna de Buenos Aires. Participou de diversas exposições em diferentes países e, dentre elas, pode-se destacar a 29ª Bienal Internacional de São Paulo em 2010, onde apresentou *As aventuras de Guille e Belinda e o enigmático significado de seus sonhos*. Na série fotográfica, a artista mostra as duas primas que vivem em uma fazenda na área rural de Buenos Aires. Encontrou as duas por acaso, tinha ido fotografar animais em uma fazenda da região para seu outro projeto *On the sixth day* (No sexto dia, tradução nossa). Alessandra Sanguinetti também trabalhou para revistas como The New York Times Magazine, LIFE, Newsweek e New York Magazine e criou outras séries de fotografias como *Sweet Expectations*, *Palestine* e *Le Gendarme sur la Colline*.

Em *As aventuras de Guille e Belinda e o enigmático significado de seus sonhos*, a artista mostra o idílico cotidiano das primas Guillermina e Belinda. Construindo um diário imagético no tempo, a artista testemunha as duas primas em um universo onírico que permeia a fantasia e a realidade. Na figura 1, Belinda aparece vestida como se fosse tocar na banda da escola, mas, em vez do instrumento, ela segura um pedaço de madeira e encanta o porco, como diz o título da fotografia. Na imagem, se avista uma parte da fazenda com o cercado para o gado ao fundo, sendo dividida ao meio pela terra e pelo céu. A cena de encantamento dispõe de figurino e instrumento, e os dois personagens, Belinda e a metade de um porco, se encontram entre o movimento e a passividade. Construindo uma narrativa de vida das duas primas, a série de fotografias se situa no limiar entre realidade e ficção.



Figura 1. Alessandra Sanguinetti. Encantando o porco. 1999. Série As aventuras de Guille e Belinda e o enigmático significado de seus sonhos.

Fonte: <http://alessandrasanguinetti.com>.

A série *As aventuras de Guille e Belinda e o enigmático significado de seus sonhos* é, entre outras coisas, um retorno à infância na fazenda. Quando criança, Alessandra Sanguinetti passava as férias de verão na fazenda da família nos Pampas da Argentina, onde existem grandes áreas de planícies. A artista conta na introdução sobre a série de fotografias que seus pais venderam a fazenda em 1981 e que levou alguns anos até que ela retomasse o contato com o campo. Quando o fez, foi para visitar uma pequena fazenda de seu pai no interior de Buenos Aires. Um dia, seu pai e ela saíram para procurar alguém que consertasse a bomba de seu moinho e no caminho encontraram uma matilha de cães que rodearam a caminhonete onde estavam. Logo apareceu Juana, a dona dos cães, mandando que ficassem quietos. Ela conta então: “Eu passei os anos seguintes visitando Juana constantemente, fotografando seus animais e ouvindo seus contos de tempos atrás, suas reflexões sobre a vida e a Bíblia”.¹ (SANGUINETTI, 2009, tradução nossa). Ela passou a conhecer os nomes dos animais, suas histórias, e por lá produziu a série *On the sixth day*, na qual a temática é a vida rural, mostrando diversos animais presentes em uma fazenda e a relação de seus donos com o abatimento desses animais.

É retratando os animais que a artista faz então um retorno ao conhecido, à infância

¹ I spent the next few years visiting Juana constantly, photographing her animals and listening to her tales of days long gone, her musings on life and on the Bible.

na fazenda, aos costumes da região, às suas experiências. Alessandra Sanguinetti conta ainda que na fazenda de Juana havia sempre muitos visitantes, as mais regulares eram de suas filhas Pachi e Chicha, que moravam por perto com suas famílias. Elas traziam com regularidade suas filhas mais novas.

Beli e Guille estavam sempre correndo, escalando, perseguindo galinhas e coelhos. Às vezes eu tirava foto delas apenas para que elas me deixassem em paz e parassem de assustar os animais, mas na maioria das vezes, eu as fotografava fora do enquadramento. Eu era indiferente a elas até o verão de 1999, quando me dei conta de que estava passando todos os dias com elas. Elas tinham nove e dez anos, e um dia, ao invés de pedir para elas que se afastassem para o lado, deixei que ficassem.² (SANGUINETTI, 2009, tradução nossa)

A série de fotografias de Guille e Belinda teve início em 1999. Sobre o projeto, Alessandra Sanguinetti afirma que pensou em um diário no tempo: “Propus a elas que falassem sobre o que lhes dava medo, o que queriam ser, e começaram a improvisar com roupas, objetos, tecidos, brinquedos” (SANGUINETTI, 2003, tradução nossa).³ Permeando então este universo de desejos, fantasias e sonhos, vemos a infância e juventude das duas primas sendo testemunhadas pela artista.

21 DO COTIDIANO À FANTASIA: AS APRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Para além de recriar personagens e encenar obras de arte, Alessandra Sanguinetti captura, com sua lente, o cotidiano e a vida íntima de Guille e Belinda. Mostra a fase da infância, adolescência e as transformações que foram ocorrendo não somente em seus corpos, mas em suas vidas como um todo. A infância mostrada é a do cotidiano desse lugar afastado dos centros urbanos do país, das brincadeiras e encenações, com as interações familiares e com os animais da fazenda. Na figura 2, vemos, em *O colar*, um retrato íntimo dessa infância. Nessa fotografia, Guille e Belinda estão em um quarto, sentadas em cima de uma cama e estão adornadas de colares, pulseiras e brincos que devem pertencer às mulheres mais velhas da casa e ambas parecem ter passado batom vermelho nos lábios. Elas brincam como muitas meninas da sua idade, ao procurar por objetos de enfeites e maquiagem da mãe, da irmã mais velha, das figuras femininas de referência. Guille observa com atenção um dos colares que Belinda usa e ela, por sua vez, olha fixamente para a câmera. Os olhos de Belinda são, com recorrência, muito expressivos. Ela, em diversas fotografias, olha direto para a lente fotográfica de forma séria, mas não sisuda, e seus olhos preenchem a fotografia de intimidade.

2 Beli and Guille were always running, climbing, chasing chickens and rabbits. Sometimes I'd take their picture just so they'd leave me alone and stop scaring the animals away, but mostly I would shoot them out of the frame. I was indifferent to them until the summer of 1999, when I found myself spending almost every day with them. They were nine and ten years old then, and one day, instead of asking them to move aside, I let them stay.

3 Les propuse que hablan de lo que les daba miedo, de lo que querían ser, y empezaron a improvisar con ropas, objetos, telas, juguetes.

Por meio dessas fotografias, Alessandra Sanguinetti faz um retrato da infância de uma época, de um lugar, de duas meninas, uma narração óptica desse espaço de tempo. Por meio de sua série fotográfica, consegue guardar parte dessas memórias de Guille e Belinda, mas a autora ainda lembra que pintamos, fotografamos e escrevemos sobre a infância como adultos, ou seja, há sempre o olhar de fora, o olhar estrangeiro, como é o olhar de Alessandra Sanguinetti sobre as duas primas, apesar de sua relação ser de uma maior proximidade com elas.



Figura 2. Alessandra Sanguinetti. O colar, 1999. Série As aventuras de Guille e Belinda e o enigmático significado de seus sonhos.

Fonte: <http://alessandrasanguinetti.com>.

Uma fotografia que também retratou o cotidiano de duas meninas foi Lady Clementina Hawarden (1822-1865), que é apontada pela escritora, galerista e artista inglesa Laura Noble (2007), no texto *The reality of a pretend world ~ On the dreams and adventures of Guille e Belinda*, como uma das referências de Alessandra Sanguinetti, assim como outras pioneiras da fotografia Vitoriana. Lady Clementina Hawarden utilizava membros de sua família como modelos de suas fotografias, tendo uma relação pessoal com os fotografados. A fotógrafa teve dez filhos no total, mas apenas oito chegaram a vida adulta. Fotografava com maior frequência suas filhas Isabella Grace, Clementina e Florence Elizabeth. Os ambientes eram sempre a residência da família, em sua maior parte no interior de edificações, mas próximo

das janelas, o que conferia uma luz natural na composição da fotografia. Constantemente as irmãs estavam posando para a mãe em diferentes cenas, algumas traziam elas dramatizando uma situação, outras mostrando diferentes tipos de roupas, algumas de gala, outras mais boêmias, sem espartilhos ou sustentação. Lady Clementina Hawarden é lembrada, com regularidade, como uma pioneira na fotografia de moda. Em texto institucional sobre o estilo de sua fotografia, o *Victoria and Albert Museum* de Londres, que detém a maior parte de seu acervo, relata como foi para a fotógrafa a escolha de retratar suas filhas:

Depois de suas primeiras fotografias de paisagens estereoscópicas tiradas na Irlanda, Hawarden se concentrou em suas filhas. Seu trabalho registra a vida e os interesses de uma família de classe média alta vitoriana. Fotógrafos do sexo masculino naquela época muitas vezes partiam para explorar lugares distantes. Como mulher, Hawarden teve que trabalhar perto de casa, mas ao criar essas imagens enigmáticas de suas filhas, ela apostou em novos perímetros para a fotografia artística. (Victoria and Albert Museum, tradução nossa).⁴



Figura 4. Lady Clementina Hawarden. Sem título. Fotografia, 1863-1864. 23,8 x 26,2 cm. Fonte: Acervo Victoria and Albert Museum <http://collections.vam.ac.uk>

As filhas de Lady Clementina Hawarden compunham cenas do cotidiano e também inventadas, se vestiam de freira, brincavam com a imaginação, como na fotografia que pode ser vista na figura 4. Na imagem, sua filha Clementina está à esquerda vestida de homem

⁴ After her early stereoscopic landscape photographs taken in Ireland, Hawarden focused on her daughters. Her work records the life and interests of an upper-class mid-Victorian family. Male photographers at that time often set off to explore faraway places. As a woman Hawarden had to work close to home, but by creating these enigmatic images of her daughters, she staked out new perimeters for art photography.

e Isabella está à direita com um elegante vestido da época. A fotografia mostra as duas na incidência de luz regular de suas fotografias, com o sol adentrando o cômodo por grandes janelas, fazendo um jogo de luz de claro-escuro. Clementina vestida de homem está de costas para o observador, apoia uma das mãos na parede, que se esvai na imagem e posiciona sua cabeça de perfil, voltando seu olhar para Isabella, mas mantendo uma certa distância, como se portasse como um cavalheiro investindo na atenção da dama. Isabella, por sua vez, está recostada na parede, nobremente vestida, com as mãos postas sobre o vestido e de olhos fechados, parece escutar pacientemente o que o cavalheiro tem a lhe dizer.

Poderíamos pensar que, a princípio, as escolhas de encenação da fotógrafa vitoriana estavam mais ligadas à sua restrição na atuação como fotógrafa mulher do que em retratar um universo de fantasia como acontece com Alessandra Sanguinetti, embora a questão se faça presente em ambas as artistas. A infância e juventude retratada por Lady Clementina Hawarden pode ser muito distinta da que Alessandra Sanguinetti retrata pela questão temporal, pois mais de cem anos se passaram entre as fotografias da inglesa e da americana, também pela posição social das retratadas, suas vestimentas e costumes apresentados, mas o universo onírico é o mesmo em ambas as épocas. Alessandra Sanguinetti também possui uma fotografia onde retrata Guille e Belinda vestidas de homem e mulher em *O casal* (figura 5). Nessa fotografia é Belinda quem assume o personagem masculino, vestindo calças pretas, com um chapéu nas costas pendurado por uma corda no pescoço e um falso bigode. Sem camisa, ela apresenta sua nudez para a câmera, que denuncia sua infância mostrando seus seios retos. Guille, por sua vez, é a mulher na pequena narrativa contada pela fotografia. Ela está apenas de roupas íntimas, de calcinha e sutiã brancos e, escondendo o rosto, é acolhida nos braços de Belinda, que mais uma vez encara as lentes da câmera de forma séria.

Da nobreza apresentada por Lady Clementina Hawarden, passamos para a simplicidade da fotografia de Alessandra Sanguinetti. Ambas retratam moças e meninas que lhe são caras, pelo parentesco ou amizade, e existe uma relação de proximidade com suas modelos. Ambas retratam o universo onírico da infância e início da juventude e nos posicionam em seus lugares, como observadores dessa intimidade compartilhada entre fotógrafas e fotografadas.



Figura 5. Alessandra Sanguinetti. O casal, 1999. Série As aventuras de Guille e Belinda e o enigmático significado de seus sonhos.

Fonte: <http://alessandrasanguinetti.com>.

Outra artista que nos coloca nesse posicionamento e nos possibilita acompanhar as transformações do crescimento de uma jovem é a americana Roni Horn (1955-). Na série de fotografias *This is Me, This is You* (figura 6), a artista apresenta 48 pares de imagens da sobrinha Georgia Loy, que fotografou durante dois anos. Tiradas com poucos segundos de diferença, as fotografias de Roni Horn evocam as sutilezas das expressões do rosto e as transformações da menina. Quando em exposição, a artista apresenta a série de fotografias, sem ordem cronológica, com os pares distanciados em diferentes posicionamentos da parede, fazendo com que o espectador se pergunte se já não havia passado pela mesma imagem a pouco tempo. Também publicou um livro de mesmo nome da série em 2002, no qual pares de imagens se encontram em oposição, do início para o fim e do fim para o início, considerando a sequência de páginas do livro.

A mutabilidade da identidade é questão presente tanto nas fotografias de Roni Horn quanto de Alessandra Sanguinetti e Lady Clementina Hawarden. As artistas trabalham com a temporalidade, exibindo momentos únicos que não retornam, retratando a transição da infância e juventude, o crescimento das filhas, da sobrinha ou das vizinhas de fazenda, embora

apresentem costumes, vestimentas e épocas distintas. Mas de forma distinta de Alessandra Sanguinetti, as fotografias de Roni Horn não apresentam narrativas ou ficções, mas tratam da instantaneidade da fotografia, retratando momentos fugazes de Georgia, um balbucio, uma careta, uma mudança de expressão. Giorgio Agamben em seu texto *O dia do juízo* do livro *Profanações* faz uma reflexão acerca da fotografia: “a fotografia é para mim, de algum modo, o lugar do Juízo Universal; ela representa o mundo assim como aparece no último dia [...]” (AGAMBEN, 2007, p. 27). Não que o que lhe agrada fosse as fotografias de tragédia, mas uma fotografia que possui uma singularidade de seu tempo, como acontece tanto com Alessandra Sanguinetti quanto com Lady Clementina Hawarden e Roni Horn. Agamben ainda lembra que a fotografia exige algo de nós quando ela impõe que o fotografado seja lembrado:

Mesmo que a pessoa fotografada fosse hoje completamente esquecida, mesmo que seu nome fosse apagado para sempre da memória dos homens, mesmo assim, apesar disso – ou melhor, precisamente por isso – aquela pessoa, aquele rosto exigem o seu nome, exigem que não sejam esquecidos (AGAMBEN, 2007, p. 29).



Figura 6. Roni Horn. *This is Me, This is You*. 1999-2000. Fotografia.

Fonte: <http://www.contemporaryartdaily.com>.

A fotografia então exigiria uma lembrança, impõe sua vontade de memória sobre o observador. Como se não devêssemos esquecer de Clementina e Isabella, Georgia e Guille e Belinda. O autor ainda afirma que a fotografia exige uma redenção: “A imagem fotográfica é sempre mais que uma imagem: é o lugar de um descarte, de um fragmento sublime entre o sensível e o inteligível, entre a cópia e a realidade, entre a lembrança e a esperança”

(AGAMBEN, 2007, p. 29). As fotografias de Lady Clementina Hawarden, Roni Horn e Alessandra Sanguinetti poderiam ser entendidas assim, como esse olhar sobre o fragmento de um universo lúdico e onírico da infância e juventude, uma narrativa visual, um lugar para lembrar o cotidiano de um momento, de uma época, para retratar uma realidade, mas não sem contar com o sensível, com os rastros do sensível, com aquilo que supera a cópia e o descarte, com o sublime.

3 | OS RETRATOS DA INFÂNCIA E A FUGACIDADE DOS DIAS

Os retratos da infância, que hoje são comuns não somente na arte, mas nas casas de qualquer família que conserva um álbum de fotos com os registros dos primeiros anos de vida de seus membros, não conhecia espaço na arte e na sociedade há séculos como lembra o historiador francês Philippe Ariès (1914-1984). Em seu texto *A descoberta da infância*, republicado no catálogo da exposição *Histórias da Infância* do MASP, Ariès lembra que, até por volta do século XII, não havia lugar para a infância na arte, onde as crianças eram frequentemente representadas como homens de estaturas menores, miniaturas de adultos. O historiador ainda lembra que tudo indica que “[...] a representação realista da criança, ou a idealização da infância, de sua graça, de sua redondeza de formas tenham sido próprias da arte grega” (ARIÈS, 2016, p. 65). Mas que a infância acabou desaparecendo da iconografia junto com outros temas que foram esquecidos. Ariès lembra ainda que a infância era considerada um período de transição que logo seria ultrapassado e por isso não merecia tal evidência, mas que, por volta do século XIII, surgiram alguns tipos mais próximos do que temos hoje no período moderno. O autor faz considerações sobre a figura do anjo, o menino Jesus, o tipo da criança nua que apareceu no período gótico e sobre a infância como tema sagrado. A infância religiosa, além do menino Jesus, se ocupou da infância da Virgem e depois de muitos outros santos, formando uma nova iconografia religiosa.

Ariès recorda que, da iconografia religiosa, surgiu a leiga nos séculos XV e XVI, quando crianças se misturavam com adultos nas pinturas. Surgiram também os retratos: “O gosto novo pelo retrato indicava que as crianças começavam a sair do anonimato em que sua pouca possibilidade de sobreviver as mantinha” (ARIÈS, 2016, p. 69). O autor lembra que as crianças eram pouco retratadas na época pela alta taxa de mortalidade e que, nesse período, não se pensava, como hoje, que a criança contém também uma alma, sendo o seu retrato algo desnecessário. Mas ele completa que esse sentimento foi se modificando e, muitas obras a partir do século XVIII, continham retratos das famílias com seus filhos vivos e a representação dos que haviam morrido. Outro tipo de representação da criança, pelo qual Ariès chama atenção, é o *putto*, a criancinha nua, quando o anjo passa a ser não mais um adolescente, esse gosto pela nudez clássica permanece até nos dias de hoje, por exemplo, quando o fotógrafo repete uma pose da criança nua em seu estúdio fotográfico. A infância então foi percebida como um momento único, de transição, mas onde a criança carrega

todos os traços do adulto que um dia será, tendo uma enorme importância e não sendo mais negligenciada pela arte ou pelos retratos de família. A criança tem sua vida acompanhada por fotografias desde que nasce no mundo imagético em que vivemos.

Alessandra Sanguinetti, Lady Clementina Hawarden e Roni Horn se debruçam sobre a temática, mergulham no universo infantil, não dos *putto*, do bebê, mas da infância de brincadeiras e da adolescência de fantasias. Alessandra Sanguinetti, na primeira parte de sua série, acompanha a infância de Guille e Belinda e, em sua segunda parte, intitulada *The life that came*, apresenta uma série de fotografias onde as duas primas estão mais crescidas, agora fazendo a transição da adolescência para a juventude. São fotografias que mostram ainda algumas de suas brincadeiras, mas que avança principalmente sobre as transformações. Belinda é retratada em uma das fotos com seu namorado Pablo, em outras fotografias vemos o seu convite de casamento, sua gravidez aos 16 anos e depois o filho Lucas fazendo parte de seu cotidiano. É um período relativamente curto, contado em poucos anos, em que a vida passa da infância para a juventude. Guille por sua vez, também engravida e tem seu filho. A inocência da infância das duas primas dá lugar à inocência de seus filhos nas fotografias.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A VIDA COMO ELA VEM...

Na figura 7, podemos observar as duas primas como jovens e adultas. As duas de pé, Guille recostada na mesa olha para a câmera enquanto fuma um cigarro. Belinda tem os olhos fixos em Guille, segura um prato que está secando, enquanto seu filho pede atenção no andador. As duas estão na área de serviço, não ocupam mais o espaço do rio, da brincadeira, ocupam o lugar da casa destinado às tarefas domésticas, simbolicamente mostrando como a vida se transformou nos últimos anos. Bem diferente da figura 8, *Imaculada concepção*, uma fotografia de anos anteriores, onde as duas encenam uma gravidez. De vestido e saia, as duas sorriem alegres e encenam a gravidez com balões de festa por baixo da roupa. Guille segura um dos balões, denunciando a barriga falsa. Com os rostos sujos de lama, as duas se divertem com as barrigas, Guille está prestes a passar a mão na barriga falsa de Belinda, quem sabe para tentar estourar o balão.



Figura 7. Alessandra Sanguinetti. Sem título. Série As aventuras de Guille e Belinda e o enigmático significado de seus sonhos, Livro 2: The life that came.

Fonte: <http://alessandrasanguinetti.com>.



Figura 8. Alessandra Sanguinetti. Imaculada concepção, 1999. Série As aventuras de Guille e Belinda e o enigmático significado de seus sonhos.

Fonte: <http://alessandrasanguinetti.com>

Da atmosfera de descontração de anos atrás nos campos da fazenda, agora a realidade se encontra na área de serviço, a infância dá lugar a uma juventude com mais responsabilidades. A infância é um tempo no qual os sonhos, as fantasias e os medos se misturam com o cotidiano. Em uma das fotos, Belinda ainda grávida, se posiciona de pé e de perfil e segura uma faca na mão, denotando que iria seguir em frente com alguma tarefa a ser realizada na fazenda.

Fotografar uma criança crescendo faz parte do mundo moderno. Há nas prateleiras de livrarias e supermercados álbuns específicos para se comprar para guardar os registros da infância. Mas, quando Alessandra Sanguinetti foca tão intensivamente em Guille e Belinda, nos vemos diante de nossa própria infância, permeadas de fantasias, medos, descobrimentos e expectativas de futuro.

Para além de registrar a infância de Guille e Belinda, a fotógrafa faz também uma narrativa autobiográfica olhando para o outro. De certa maneira, ela conta sua própria infância na fazenda e suas brincadeiras. Ainda na introdução sobre a série, a artista conta que ficava em torno dos currais, galpões, falando com cavalos e vacas e atrás de seu pai que fazia a ronda. Então, ao fotografar a infância das meninas, Alessandra Sanguinetti faz também um retorno às suas memórias.

Há uma escolha pela fotografia, por narrar por meio dela, em vez de escrever um livro contando as aventuras das duas primas, a narração de sua infância e juventude se encontra fotografada. Por meio das imagens é possível acompanhar o passar dos anos, as fantasias, sonhos, realizações. Com as palavras contidas nos seus títulos, acompanhamos o livro de uma vida. Alessandra Sanguinetti narra um universo onírico da infância, traz para suas fotografias o cotidiano de Guille e Belinda e se diverte produzindo as encenações de obras de arte, de ritos de funeral, casamento, morte, nascimento. Ao mesmo tempo, a realidade bate à porta e o crescimento e as transformações das duas primas são retratadas e acompanhadas. Somos convidados por Alessandra Sanguinetti, Lady Clementina Hawarden e Roni Horn a voltar mais uma vez nossos olhos para a infância.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARIÈS, Philippe. A descoberta da infância. In: PEDROSA, Adriano; OLIVA, Fernando; SCHWARCZ, Lília (org.). **Histórias da Infância**. São Paulo: MASP, 2016.

SANGUINETTI, Alessandra. **Alessandra Sanguinetti web-site**. Disponível em: <alessandrasanguinetti.com>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

_____. **Intro The Adventures of Guille and Belinda and the Enigmatic Meaning of their Dreams**. Julho, 2009. Disponível em: <<http://alessandrasanguinetti.com/index.php/adventures/info/>>. Acesso em: 19 dez 2017.

_____. **Las aventuras de Guille y Belinda y el enigmático significado de sus sueños.** Prólogo de María Sonia Cristoff. 1 ed. Buenos Aires: Dilan Editores, 2007.

_____. **La vida es sueño.** Página 12, Argentina, Radar, 7 de dez. de 2003. Entrevista a Rosario Bléfari. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/radar/9-1103-2003-12-10.html>>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

THIS is Me, This is You. Disponível em: <<http://www.contemporaryartdaily.com>>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

VICTORIA and Albert Museum. **Collection.** Disponível em: <<http://collections.vam.ac.uk>>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

_____. **Lady Clementina Hawarden: Themes & Style.** Disponível em: <<http://www.vam.ac.uk/content/articles//lady-clementina-themes-and-style>>. Acesso em 21 de junho de 2021.

CAPÍTULO 8

MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA E A REVELAÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES

Data de aceite: 01/10/2021

Isabela Alves Mattos

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Memória Linguagem e Sociedade (PPGMLS), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
<http://lattes.cnpq.br/7584882365350886>

Elton Moreira Quadros

Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (UESB). Professor do quadro permanente Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

RESUMO: Neste ensaio buscamos refletir sobre as aproximações entre a noção dos marcos sociais da memória e a revelação da criança nos casos de abuso sexual infantil intrafamiliar. Halbwachs delimitou dimensões sociais e coletivas da memória individual, trazendo uma abordagem inovadora que favoreceu uma mudança de paradigma na concepção até então dominante da disciplina. Para Halbwachs a memória não será fruto dos indivíduos isoladamente, mas dos marcos presentes em uma sociedade e dos lugares ocupados pelos sujeitos nos grupos sociais. Nos abusos sexuais intrafamiliares, a criança, que não possui a compreensão dos atos que está envolvida, é utilizada pelo agressor para obter a sua satisfação sexual. Assim, percebemos

que os marcos sociais existentes na família são importantes para a revelação do abuso sexual intrafamiliar. O reconhecimento dos membros não agressores pode favorecer a revelação do abuso. Ao passo que, a negação da violência pelo núcleo familiar poderá contribuir para uma ausência de ancoragem da memória individual da criança, o que acabaria por favorecer a sua negação ou retratação. Outro fator que ainda poderá dificultar a revelação é a prevalência do marco social da família para a criança.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Abuso sexual. Criança.

SOCIAL MARKS OF MEMORY AND THE DISCLOSURE OF INTRAFAMILY CHILD SEXUAL ABUSE: POSSIBLE APPROACHES

ABSTRACT: In this essay, we seek to reflect on the approximations between the notion of social milestones of memory and the child's disclosure in cases of intrafamily child sexual abuse. Halbwachs outlined social and collective dimensions of individual memory, bringing an innovative approach that favored a paradigm shift in the previously dominant conception of the discipline. For Halbwachs, memory will not be the result of individuals alone, but of the marks present in a society and the places occupied by subjects in social groups. In intrafamily sexual abuse, the child, who does not understand the acts involved, is used by the aggressor to obtain sexual satisfaction. Thus, we realize that the social frameworks existing in the family are important for the disclosure of intrafamily sexual

abuse. Recognition of non-aggressor members can favor the disclosure of abuse. On the other hand, the denial of violence by the family nucleus may contribute to an absence of anchoring in the child's individual memory, which would end up favoring its denial or retraction. Another factor that may still make disclosure difficult is the prevalence of the social framework of the family for the child.

KEYWORDS: Memory. Sexual abuse. Child.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A memória, que a partir de conceituações usuais, é compreendida enquanto a faculdade destinada à conservação de informações, anamneses de eventos passados que surgem no pensamento dos indivíduos no momento presente, é uma temática que se fez presente em reflexões de grandes pensadores desde a Antiguidade com a filosofia de Platão e Aristóteles. Trata-se de um campo do saber que foi se delineando ao longo da história e que se apresenta sob diversas perspectivas.

O presente ensaio tem por objetivo refletir sobre as aproximações entre a noção dos marcos sociais da memória e a revelação da criança nos casos de abuso sexual infantil intrafamiliar. Cumpre destacar em linhas de considerações iniciais, que esta não é uma preocupação da obra de Maurice Halbwachs, que não considera em sua tese as questões relativas à subjetividade.

Maurice Halbwachs (1877-1945) é um autor que desenvolve suas principais obras entre as décadas de 20 e 40 do século passado, tendo inovado à sua época ao erigir os estudos sobre a memória no campo das ciências sociais, tema que até então estava restrito ao campo da individualidade e ligada a áreas como a psicologia e literatura.

O pioneirismo dos trabalhos de Halbwachs se devem a inserção do fator social ao estudo das recordações, rompendo com o preceito existente de que o indivíduo seria o grande responsável no resgate do seu passado. Considera o filósofo, que o ser humano é o resultado das interações sociais que vivencia, fator que faz com que a nossa memória individual esteja ancorada em marcos sociais.

Com base na construção da tese dos marcos sociais da memória proposto por Halbwachs questionamos: são possíveis as aproximações entre a noção dos marcos sociais da memória e a revelação dos casos de abuso sexual infantil intrafamiliar pelas crianças vítimas da violência?

A partir do questionamento, o trabalho é desenvolvido buscando primeiramente traçar alguns apontamentos sobre os marcos sociais da memória. Estes são propostos por Halbwachs como os grupos de referência no qual o indivíduo encontra-se ou já esteve inserido, que irão ancorar as reconstruções do passado no presente, por meio de um esforço inteligível.

Posteriormente, abordamos o conceito do abuso sexual infantil, as possibilidades de ocorrência no ambiente intra e extrafamiliar, as consequências de ordem psicológica que

poderão ser desencadeadas nas suas vítimas, bem como, algumas questões apontadas pela literatura especializada sobre a revelação da violência pela criança.

Por fim, buscou-se traçar aproximações entre os marcos sociais da memória e a revelação do abuso sexual infantil intrafamiliar.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Os Marcos Sociais da Memória

Os marcos sociais podem ser compreendidos como um conjunto de referências externas aos indivíduos, que possibilitam a estes reconstruir as suas recordações. Os marcos são propostos por Halbwachs como um sistema que envolve “o individual, o coletivo, o conjunto das pessoas próximas, o meio material e os costumes” (MELO, 2010, p. 28), que viriam até as pessoas todas as vezes que intentassem recuperar algum acontecimento passado.

Maurice Halbwachs sustenta em sua tese que as recordações são frutos de um esforço inteligível e que se constituem a partir de um conjunto de relações das mais diversas naturezas, que são travadas pelos indivíduos no convívio social. Para o filósofo essas relações acabam por marcar a nossa memória, que estará sempre permeada por marcos de referência. Eis suas palavras:

La memoria individual no es más que una parte y um aspecto de la memoria de grupo, como de toda impresión y de todo hecho, inclusive em lo que es aparentemente más íntimo, se conserva um recuerdo duradero en la medida em que se há reflexionado sobre ello, es decir, se le ha vinculado com los pensamientos provenientes del medio social” (HALBWACHS, [1925] 2004, p. 174).

Halbwachs identifica que juntamente com a memória coletiva, há a memória individual, mas assinala que no esforço de recordação, faz-se importante que esta esteja em consonância com a memória dos outros membros do grupo. O autor aponta que é necessário que as lembranças individuais sejam reconhecidas pelos membros do grupo, que possuirão papel essencial para a atualização destas.

Para Halbwachs a memória não é estável, consistindo na reconstrução dos eventos à luz do presente, o que faz com que ela tenha um caráter aproximado dos fatos, não sendo possível conceber-la tal qual aquilo que foi no passado. Esta forma de propor a memória marca um dos afastamentos entre as teses de Halbwachs e do seu professor Bergson.

O autor Henri Bergson concebe a memória a partir do ser do passado, atribuindo a esta uma coexistência virtual, o que faria com que as lembranças se conservassem no tempo. Esse modo de perceber a memória se fundamenta na concepção do filósofo que o passado está em uma relação de coexistência com o presente, assim, estaria a memória marcada por um acúmulo que possibilitaria a evocação de recordações puras.

[...] ela reencontra esses esforços passados, não em imagens-lembranças que os recordam, mas na ordem rigorosa e no caráter sistemático com que os movimentos atuais se efetuam. A bem da verdade, ela já não nos representa nosso passado, ela o encena; e, se ela merece ainda o nome de memória, já não é porque conserve imagens antigas, mas porque prolonga seu efeito útil até o momento presente (BERGSON, [1896] 1999, p. 89).

Em sentido diametralmente oposto, para Halbwachs o passado não é revivido, mas sim reconstruído. Assim, a memória será cunhada a partir de um processo de reconstrução, reflexão e reconstituição do passado, estando essa rememoração permeada pelos princípios dos marcos da memória, que imprimem a nossa visão de mundo em consonância com pensamento predominante na sociedade do nosso tempo. No sentido dessa construção, Halbwachs define que:

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo o lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, [1950] 2003, p. 69).

A forma de conceber a memória proposta por Halbwachs conduz a compreensão de que as mudanças de marcos da memória levarão a uma modificação das recordações dos indivíduos, uma vez que os marcos são referências externas.

Portanto, as nossas memórias serão edificadas enquanto parte de grupos sociais determinados, utilizando das convenções sociais que estão disponíveis a nós. Este fator faz com que os indivíduos não recordem por si próprios, ou seja, para lembrarmos, necessitamos da lembrança dos outros membros do grupo, que irão confirmar ou negar essas lembranças localizadas em determinado tempo e espaço.

Tomando por base a construção da tese sobre os marcos da memória proposta por Halbwachs, reitera-se o questionamento do presente ensaio. São possíveis as aproximações entre a noção dos marcos sociais da memória e a revelação dos casos de abuso sexual infantil intrafamiliar pelas crianças vítimas da violência?

Para tanto, cumpre traçarmos algumas notas sobre a prática do abuso sexual infantil intrafamiliar, bem como aos aspectos ligados à sua revelação ou negação.

2.2 O Abuso Sexual Infantil Intrafamiliar e a revelação da Violência

O abuso sexual infantil é uma espécie de violência sexual em que um adulto se aproveita de uma criança ou adolescente para atender o seu prazer sexual (LIMA; ALBERTO, 2015). O referido conceito não engloba situações em que estão presentes as relações de natureza mercantil, através da exploração sexual (VERAS, 2010).

Na relação compreendida enquanto abuso sexual as pessoas envolvidas não estão no mesmo estágio de desenvolvimento psicosssexual. Para tanto, o abusador utiliza-se de diversos artifícios para envolver a criança, que não possui capacidade e maturidade suficiente para entender a prática dos atos abusivos.

As ações que caracterizam o abuso sexual podem variar desde a manipulação da genitália, carícias, voyeurismo, exibicionismo, além do próprio ato sexual com ou sem penetração (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005). No que concerne ao contexto da prática do abuso sexual, este poderá ocorrer tanto no ambiente familiar, como fora deste.

Entende-se por abuso sexual extrafamiliar os atos de caráter sexual que ocorrem fora do seio familiar, envolvendo na maioria das vezes pessoas desconhecidas das vítimas. Enquanto o abuso sexual intrafamiliar, trata-se de uma violência que ocorre dentro da própria família. Esta forma de abuso é perpetrada, em muitos dos casos, por pessoas próximas à criança e que deveriam exercer o papel de cuidador, utilizando-se o agressor da proximidade e do vínculo que possui (LIMA; ALBERTO, 2015).

A prática do abuso sexual contra crianças, especialmente a perpetrada no ambiente familiar, consiste em um dos males da sociedade contemporânea. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a sua incidência como um grave problema de saúde pública e fator de morbimortalidade de crianças e adolescentes (SALVAGNI; WAGNER, 2006).

Diversos estudos comprovam as graves implicações desencadeadas com a prática do abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes, dentre eles, a ocorrência de problemas de ordem social, emocional e cognitivo que podem se manifestar a curto ou longo prazo nas vítimas, acarretando prejuízos que podem durar até a vida adulta (LIRA, et. al., 2017). Dentre as possíveis consequências provocadas destacam-se sintomas como: ansiedade, depressão, raiva, estresse pós-traumático e comportamentos sexuais (SCHAEFER, et. al., 2018).

Furniss (1993) elucida que as consequências psicológicas provocadas na criança em razão do abuso sexual encontram-se relacionadas a sete fatores, quais sejam: idade do início do abuso; a duração do abuso; grau de violência ou ameaça de violência; a diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a criança que sofreu o abuso; quão estreitamente estavam relacionadas à pessoa que cometeu o abuso e a criança; a ausência de figuras parentais protetoras; grau do segredo.

Os estudos especializados assinalam que as crianças do sexo feminino são as vítimas mais atingidas com a prática do abuso sexual, elemento observado nos abusos intra e extrafamiliares. Nesse sentido, convergem as informações divulgadas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) em maio de 2020, a saber: no ano de 2019 foram contabilizadas 17.029 denúncias relativas à violência sexual contra crianças e adolescentes. Conforme os dados divulgados, as ocorrências de violência sexual atingem 82% de vítimas do sexo feminino. Sendo perpetradas por pessoas próximas e prevalentemente do sexo masculino, tais como pais, padrastos, tios.

O abuso sexual intrafamiliar é uma trama que envolve complexas relações que podem dificultar a percepção da sua ocorrência ou até mesmo o reconhecimento pelos demais membros da família, tais como mãe e irmãos. O grau de proximidade entre a vítima e o agressor é um fator que favorece as estratégias de barganha e ameaças que ajudam a manter o segredo (BAÍÁ, et. al., 2013). Outros fatores, como a vergonha, a responsabilização, sentimento de lealdade, a falta de informação, além da dificuldade em compreender a violência sofrida acabam por dificultar a revelação (SANTOS; DELL'AGLIO, 2010).

Ao levarmos em consideração os indicadores estatísticos e pesquisas que apontam os pais e padrastos como os grandes perpetradores do abuso sexual intrafamiliar, temos uma circunstância que coloca a mãe enquanto uma pessoa no qual a situação de violência é revelada. Nesse contexto, as reações maternas não se mostram uniformes, podendo muitas delas iniciarem um processo de negação da violência sofrida pela filha (o) (LIMA; ALBERTO, 2012), fator que favorecerá a negação da criança vítima da violência.

Assim, a tentativa da criança para falar sobre o abuso sexual poderá se estender por um longo período, envolvendo quase sempre negações e retratações das vítimas (BAÍÁ, et. al., 2013). A negação ocorre quando a criança declara a inexistência dos abusos, apesar de existirem evidências da sua prática.

Já na retratação, a vítima inicialmente declara ter sofrido a violência, mas posteriormente nega o seu relato. A literatura destaca fatores que poderão favorecer a retratação da vítima, sendo eles, o vínculo entre a vítima e o agressor, a dependência econômica da família, bem como a atitude de descrença da pessoa para quem o abuso foi revelado (BAÍÁ, et. al., 2013).

2.3 Aproximações entre os Marcos Sociais e a dificuldade de revelação dos Abusos Sexuais por crianças

Conforme desenvolvido em linhas anteriores, para Halbwachs, a memória consiste em um trabalho do indivíduo que terá sempre o seu o processo de reconstrução no presente. Para o autor, a edificação da memória se perfaz por meio da utilização das convenções sociais que estão disponíveis para nós. Assim, não nos recordaríamos por si próprios, mas com o auxílio dos outros membros do grupo, que irão confirmar ou negar essas lembranças localizadas em determinado tempo e espaço.

Aquele que relembra um tombo ocorrido na infância, por exemplo, ainda que não tenha tido testemunhas, e que pense ser esta uma lembrança exclusivamente sua, tem associado a esta lembrança o lugar do presente de onde ele se lembra, como também os antecedentes, os relatos posteriores, a reação de outros — real e imaginária —, enfim, uma série de situações a partir das quais o tombo foi construído e reconstruído. A lembrança é resultado do convívio do indivíduo com outros indivíduos. Esta rede de relações e interações está presente na memória que cada um guarda como “exclusivamente” íntima e pessoal (SANTOS, 1998, p. 5).

Portanto, para Halbwachs não existiria a possibilidade da memória sem os quadros utilizados pelos indivíduos que convivem em sociedade para recuperar suas recordações. “É impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza à essa reconstrução que chamamos memória” (DUVIGNAUD, 2003, p. 7-8), noção que, conforme o exemplo citado acima, deverá ser aplicada ainda que se trate de uma criança no seu exercício de recordação.

Halbwachs sustenta que a memória se ampara em relações sociais (quadros sociais), tais como, familiares, religiosas, escolares, e nos fatores sociais e políticos, dentre outras. Estando ainda lastreada em marcos espaciais (locais) e temporais (datas e acontecimentos).

Para o autor, a família é um espaço elementar para o processo de rememoração dos indivíduos que dela fazem parte. É a família o primeiro núcleo social no qual estamos imersos e que nos acompanhará durante a maior parte da nossa existência. Isso faz com que os pensamentos familiares se mesquem ao nosso.

O indivíduo não conhecerá nada do mundo exterior durante muito tempo, “son nuestros padres quienes nos comunicaron nuestras primeras nociones acerca de las gentes y las cosas” (HALBWACHS, [1925] 2004, p. 184). A família figura como o primeiro marco social para uma criança, que vivenciará por um período senão os acontecimentos externos que girem em torno dos pais.

Ao levarmos em consideração a importância da família na elaboração/construção da memória dos seus membros, chegamos ao elo de aproximação entre os marcos sociais da memória e a revelação dos abusos sexuais intrafamiliares por crianças.

Isso nos leva a pensar que, as reações dos membros da família, sobretudo a do adulto não agressor, mostram-se de extrema importância para a reconstrução das memórias das vítimas da violência intrafamiliar, uma vez que a memória será “adquirida à medida que o indivíduo toma como sua as lembranças do grupo com o qual se relaciona: há um processo de apropriação de representações coletivas por parte do indivíduo em interação com outros indivíduos” (SANTOS, 1998, p. 4).

Como o marco social desempenha, em certa medida, a função de ordenar as lembranças, assim, a negação ou a descrença ao relato da violência pelos membros da família, será um fator que poderá contribuir para a ausência de um suporte para a memória individual da criança. Essa circunstância poderá favorecer com que a vítima se sinta confusa com relação aos acontecimentos. Tal ocorreria porque “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, [1950] 2003, p. 69), portanto, estaria a criança mais suscetível a retratar a violência sofrida ou a não revelar para outros.

Nesses casos nos quais a negação familiar está configurada, a criança figurará duplamente como vítima, tanto do abuso sexual, como da incredulidade do grupo, ocorrência que favorece que a criança desenvolva mecanismos de adaptação à situação. “Daí muitas vezes, a confusão que causa ao desmentir a queixa que havia feito, acabando por reforçar

os adultos em seus preconceitos” (AZEVEDO, 2001, p. 72).

Em sentido oposto, o reconhecimento da violência, pelo adulto não agressor ou pelos demais membros da família, favoreceria a ancoragem da memória individual da criança, ao tomar as suas lembranças a partir do grupo familiar. Nesse aspecto, o adulto não agressor – que em número considerável são as mães – são identificadas como as primeiras pessoas a tomarem conhecimento dos abusos (SANTOS; DELL’AGLIO, 2009), uma vez que estas encontram-se inseridas no contexto familiar de violência.

Jaqueline Soares Magalhães, psicóloga consultora da Childhood Brasil, destaca que é comum que a criança não perceba os abusos sexuais como violência, nesses casos, a vítima compreenderá as ocorrências como uma forma de carinho do agressor. “É possível que só compreenda quando a denúncia acontecer, por parte de outra pessoa que irá explicar à criança que aquilo era errado” (2011, s.p). Este reconhecimento do adulto não agressor propiciaria a revelação da vítima, na medida restariam estabelecidos marcos para a sua memória.

Outro elemento que se agrega aos anteriores na colaboração do silenciamento da violência pelas vítimas da primeira infância, é a inexistência de outros marcos sociais, tais como a escola e a religião. Sobre tal aspecto, Halbwachs destaca que “a sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos [...]” (HALBWACHS, [1950] 2003, p.69).

A ausência de outros marcos sociais pode favorecer com que as crianças não compreendam a situação que vivencia e “sem saber o que fazer e sem entender o que de fato está lhe acontecendo, o pequenino adapta-se” (AZEVEDO, 2001, p. 72). Assim, o fato de estarem aportadas prevalentemente no marco familiar acarretaria uma falta de ancoragem para a (re) construção da memória da violência sofrida.

Desta forma, não seria possível pensar em uma memória individual pura, mas somente naquela referenciada pelos quadros, sendo a memória regulada pela consciência coletiva. Circunstâncias que justificariam o relato das vítimas após a adolescência ou a vida adulta, momento em que estarão erguidos outros marcos sociais, que possibilitam a reconstrução da memória da violência por elas sofridas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar possíveis aproximações entre a noção dos Marcos Sociais da Memória, desenvolvida por Maurice Halbwachs e a revelação dos casos de abuso sexual infantil intrafamiliar por suas vítimas.

Do inicial contato com a obra do autor Maurice Halbwachs (ano, ano), foi possível perceber a inovação da tese desenvolvida pelo autor. Ao romper com os preceitos existentes até o momento, Halbwachs propõe que a memória é um processo que estará será cunhado

a partir de marcos sociais.

Apesar de reconhecer que aqueles que lembram são os indivíduos, Halbwachs considera que estes revisam lembranças fragmentadas no presente, de acordo com narrativas que são consolidadas pelo grupo. A memória foi pensada por Halbwachs enquanto uma reconstrução do passado no presente.

O recorte temático voltado para os abusos sexuais infantis de natureza intrafamiliar, nos levou a refletir sobre a uma aproximação entre a revelação dos abusos sexuais intrafamiliares e a noção dos marcos sociais, uma vez que “Halbwachs enfatizou a importância dos quadros sociais da memória no processo de lembranças e esquecimentos” (SANTOS, 1998, p. 6).

Primeiramente percebemos que os marcos sociais existentes na família são importantes para a revelação do abuso sexual intrafamiliar, sobretudo ao considerarmos que este será por um certo período da infância a única referência que a criança possuirá.

A relevância que o marco social familiar possui no contexto da revelação do abuso sexual intrafamiliar pela vítima, estará ligada a reação dos demais membros da família, sobretudo a do adulto não agressor, que preponderantemente está situada na pessoa da mãe da vítima.

Deste modo, a negação da violência pelo núcleo familiar poderá contribuir para uma ausência de ancoragem da memória individual da criança, o que acabaria por favorecer a sua negação ou até mesmo a retratação da violência sofrida. Ao passo que, o reconhecimento dos membros não agressores pode favorecer a revelação do abuso, na medida em que a essa (re) construção da memória pela criança estaria amparada.

Do mesmo modo, destacamos que a ausência de outros marcos sociais, como a escola e a religião, pode favorecer com que as crianças não compreendam a situação que vivencia, sobretudo quando a família é conivente com a prática dos abusos.

O fato de não possuírem marcos externos ao familiar dificultaria a compreensão do caráter violento que é experienciado. Assim, não seria possível pensar em uma memória individual pura, mas somente naquela referenciada pelos quadros, sendo a memória regulada pela consciência coletiva.

REFERÊNCIAS

APFELBAUM, Erika. **Halbwachs and the Social Properties of Memory**. In: *Memory Histories, Theories, Debates*: Editores: Susannah Radstone e Bill Schwarz. Fordham University. 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt1c999bq.9>. Acesso em 23 de nov. 2020.

AZEVEDO, Elaine Christovam de. Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 21, n. 4, p. 66-77, Dec. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000400008&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932001000400008>.

BAIA, Pedro Augusto Dias et al. Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 1, p. 193-202, jun. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000100014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.1-14>.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Edição original 1896.

CORDEIRO, V. D. Influências de Émile Durkheim e Henri Bergson nas tensões teóricas da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. **Primeiros Estudos**, [S. l.], n. 4, p. 101-111, 2013. DOI: 10.11606/issn.2237-2423.v0i4p101-111. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/primeirosestudos/article/view/56729>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

HABIGZANG, Luísa F. et al. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 341-348, Dec. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722005000300011&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722005000300011>.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro, 2003. Edição original: 1950.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona, Antropos, 2004. Edição original: 1925.

LIMA, Joana Azevêdo; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. O Olhar de Mães acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar Sofrido por suas Filhas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1157-1170, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000401157&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 nov. 2020.

LIMA, Joana Azevêdo; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Abuso sexual intrafamiliar: as mães diante da vitimação das filhas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 412-420, Aug. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200019&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200019>.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho e et al. ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA ADULTA. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 26, n. 3, e0080016, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000300320&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 nov. 2020.

MAGALHÃES, Jaqueline Soares. Confusão mental e sentimento de culpa são comuns em vítimas de abuso sexual. *Childhood Brasil*. Publicada em 13/06/2011. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/confusao-mental-e-sentimento-de-culpa-sao-comuns-em-vitimas-de-abuso-sexual>. Acesso em 01. dez. 2020.

MEDEIROS, Ana Paula. O abuso sexual infantil e a comunicação terapêutica: um estudo de caso. **Pensando Fam.**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 54-62, jul. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 dez. 2020.

MELO, Danilo Augusto Santos. **Memória social e criação**: uma abordagem para além do modelo da representação. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NAMER, Gérard. **Posfácio**. In: **Os marcos sociais da memória**. Universidade Central da Venezuela, 2004.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **J. Pediatr.** (Rio J.), Porto Alegre, v. 81, n. 5, supl. p. s197-s204, Nov. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572005000700010&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0021-75572005000700010>.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 38, p., Oct. 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300010&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Dec. 2020.

SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 328-335, Aug. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000200013&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Dec. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000200013>.

SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Revelação do abuso sexual infantil: reações maternas. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 85-92, Mar. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000100010>.

SALVAGNI, Edila Pizzato; WAGNER, Mário Bernardes. Estudo de caso-controle para desenvolver e estimar a validade discriminante de um questionário de avaliação de abuso sexual em crianças. **J. Pediatr.** (Rio J.), Porto Alegre, v. 82, n. 6, p. 431-436, Dec. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572006000800007&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0021-75572006000800007>.

SCHAEFER, Luiziana Souto et al. Indicadores Psicológicos e Comportamentais na Perícia do Abuso Sexual Infantil. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 3, p. 1467-1482, set. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832018000301467&lng=pt&nrm=iso. acessos em 01 nov. 2020.

VERAS, T. O Sistema Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual Infanto-juvenil e o Plano Nacional: um exemplo de política pública aplicada. **Cad. EBAPE**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, set. 2010.

CAPÍTULO 9

ESTRÉS LABORAL Y RENDIMIENTO LABORAL DE LOS TRABAJADORES EN ENTIDADES FINANCIERAS

Data de aceite: 01/10/2021

Edy Larico Mamani

Licenciado en Administración y Marketing,
Ingeniero de Sistemas, Doctor en Educación.
Universidad Andina Néstor Cáceres Velásquez,
Juliaca, Perú

Demetrio Flavio Machaca Huancollo

Ingeniero de Sistemas, Licenciado en
Educación, Magíster en Gestión Empresarial,
Universidad Andina Néstor Cáceres Velásquez,
Juliaca, Perú

Leopoldo Wenceslao Condori Cari

Licenciado en Administración de Empresas,
Magíster en Administración, Doctor en
Educación. Universidad Andina Néstor Cáceres
Velásquez, Juliaca, Perú.

Robbins Flores Aguilar

Licenciado en Administración de Empresas,
Magíster en Administración, Doctor en
Administración. Universidad Andina Néstor
Cáceres Velásquez, Juliaca, Perú.

Kelly Apaza Apaza

Licenciado en Administración y Marketing.
Universidad Andina Néstor Cáceres Velásquez,
Juliaca, Perú

RESUMEN: El objetivo de la investigación es establecer el grado de incidencia entre el estrés laboral y el rendimiento laboral de los trabajadores de las Cooperativas de Ahorro y Crédito de la ciudad de Juliaca. Esta investigación se basa en el enfoque cuantitativo, diseño no experimental

de corte transversal, de tipo básica y nivel descriptivo – correlacional. Para obtener los resultados se utilizó la técnica de la encuesta y su respectivo cuestionario; este instrumento se aplicó a 70 empleados de las Cooperativas de Ahorro y Crédito de Juliaca. El estrés laboral en poca medida afecta a los trabajadores más del 25%, es decir, los trabajadores de estas instituciones financieras tienen estrés laboral en contra de su salud, por varios factores como: la sobre carga laboral, demasiada exigencia laboral, alto nivel de responsabilidad, las condiciones de trabajo son poco favorables y bajo clima laboral. Por otro lado, el rendimiento laboral tiene una connotación moderadamente baja, en promedio es del 24%, lo que implica, pese al esfuerzo por cumplir sus objetivos los trabajadores por sus competencias laborales, son favorables, igual son afectados por el estrés laboral. Se concluye que el estrés laboral incide de manera negativa en el rendimiento laboral de los trabajadores de las Agencias de Cooperativas de Ahorro y Crédito de la ciudad de Juliaca.

PALABRAS CLAVES: Sobrecarga laboral, exigencia laboral, condiciones de trabajo, clima laboral y responsabilidad.

ESTRESSE NO TRABALHO E DESEMPENHO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

RESUMO: O objetivo da pesquisa é estabelecer o grau de incidência entre o estresse no trabalho e o desempenho profissional dos trabalhadores das Cooperativas de Crédito e Poupança na cidade de Juliaca. Esta pesquisa é baseada em

uma abordagem quantitativa, não-experimental, transversal, básica, descritivo-correlacional. Para obter os resultados, foi utilizada a técnica de pesquisa e seu respectivo questionário; este instrumento foi aplicado a 70 funcionários das Cooperativas de Poupança e Crédito de Juliaca. O estresse no trabalho afeta mais de 25% dos trabalhadores, ou seja, os trabalhadores dessas instituições financeiras sofrem de estresse no trabalho, o que é prejudicial à sua saúde, devido a vários fatores, tais como: sobrecarga de trabalho, demanda excessiva de trabalho, um alto nível de responsabilidade, condições de trabalho desfavoráveis e um ambiente de trabalho ruim. Por outro lado, o desempenho no trabalho tem uma conotação moderadamente baixa, em média 24%, o que implica que, apesar dos esforços para atingir seus objetivos, os funcionários ainda são afetados pelo estresse do trabalho devido a suas habilidades profissionais favoráveis. Conclui-se que o estresse no trabalho tem um impacto negativo no desempenho profissional dos trabalhadores das agências sindicais de crédito da cidade de Juliaca.

PALAVRAS-CHAVE: sobrecarga de trabalho, exigências do trabalho, condições de trabalho, ambiente de trabalho e responsabilidade.

JOB STRESS AND JOB PERFORMANCE OF EMPLOYEES IN FINANCIAL INSTITUTIONS

ABSTRACT: The objective of the research is to establish the degree of incidence between work stress and work performance of workers in Savings and Credit Cooperatives in the city of Juliaca. This research is based on a quantitative approach, non-experimental cross-sectional design, basic and descriptive-correlational level. To obtain the results, the survey technique and its respective questionnaire were used; this instrument was applied to 70 employees of the Savings and Credit Cooperatives of Juliaca. Job stress affects more than 25% of the workers, that is, the workers of these financial institutions have job stress against their health, due to several factors such as: work overload, too much work demands, high level of responsibility, unfavorable working conditions, and low work environment. On the other hand, job performance has a moderately low connotation, on average 24%, which implies that, despite the effort to meet their objectives, workers, because of their work skills, are favorable, they are still affected by work stress. It is concluded that work stress has a negative impact on the work performance of the workers of the Savings and Credit Cooperative Agencies in the city of Juliaca.

KEYWORDS: Work overload, work demands, working conditions, work environment and responsibility.

1 | INTRODUCCIÓN

El estrés laboral es un problema socio-productivo que ha sido muy notorio en muchas organizaciones, la mayoría de los trabajadores viven con demasiado estrés producido por las actividades diarias y sobre todo por la carga laboral que se impone sobre ellos, El estrés laboral ha traído consigo otros padecimientos los cuales son: fatiga, dolor de espalda, fatiga visual, depresión, ansiedad, problemas gástricos, falta de concentración, etcétera; el cual dificulta el normal rendimiento de los mismos.

Se sabe que existe un estrés normal que ayuda a reaccionar de manera positiva en las actividades normales en un centro de trabajo, sin embargo, cuando llega a sobrepasar del límite ya no es saludable para el trabajador y comienza a disminuir el rendimiento de sus actividades, causando alteraciones tanto físicas como psicológicas que se convierte en negativo.

Ahora bien, las oficinas de personal de las organizaciones deben tomar muy en cuenta todos los factores que afectan al trabajador, esto debido a que la organización debe lograr los objetivos propuestos para tener un mejor resultado y alcanzar la mayor productividad para el beneficio económico de la empresa. Particularmente en las Cooperativas de Ahorro y Crédito de las agencias en la ciudad de Juliaca, existen muchos trabajadores que sufren de algunas enfermedades producto del estrés laboral y ello rompe el delicado equilibrio cuerpo-mente del organismo de los trabajadores, no es extraño que un trabajador que comienza a manifestar signos de ansiedad en sus primeras etapas acabe desarrollando más tarde problemas cardiovasculares e incluso llegar al infarto.

Es por esto que se ha tomado en cuenta esta problemática para trabajar en ellos capacitándoles en estrategias para afrontar el estrés, como una situación inevitable por la que todos pasamos, pero el desafío consiste en hacer frente a la situación de la manera más saludable posible en beneficio personal con respecto a la salud mental de los trabajadores de la Institución financiera arriba mencionada.

La investigación busca responder a la interrogante general: ¿Cómo incide el estrés laboral en el rendimiento de los trabajadores de las Cooperativas de Ahorro y Crédito en las agencias de la ciudad de Juliaca?

Se plantea el objetivo general de determinar la incidencia del estrés laboral en el rendimiento laboral de los trabajadores de las Cooperativas de Ahorro y Crédito en las agencias de la ciudad de Juliaca.

Se realizó el presente trabajo de tesis, porque el estrés es un problema muy presente en la actualidad en los trabajadores de estas Cooperativas de Ahorro y Crédito, o de cualquier institución financiera el cual puede influir en el rendimiento laboral.

Este mal deteriora las relaciones humanas en una organización, que puede causar un bajo rendimiento laboral e insatisfacción de parte del trabajador; razón por el cual es necesario su tratamiento. El estrés se manifiesta como un mecanismo de defensa preparado por nuestro organismo para hacer frente a situaciones nuevas, con un nivel de exigencia alta; el problema surge cuando esta respuesta natural de nuestro cuerpo se activa por largo tiempo y en exceso provocando problemas de salud a corto y mediano.

El estrés laboral

Según Cano (2002, como se citó en Gamonet, 2016) indica que “hablamos de estrés cuando se produce una discrepancia entre la demanda del ambiente, y los recursos que la persona necesita para hacerles frente” (p. 32). El estrés es una respuesta natural por parte

del ser humano, que de primera instancia nos ayuda a responder rápidamente y eficazmente esta situación.

Asimismo, Selye (como se citó en Blanco, 2003) nos precisa que el estrés es una respuesta de nuestro organismo frente a las situaciones nuevas que se nos impongan.

Por otro lado, sobre el estrés laboral, según la Organización Internacional del Trabajo (OIT, 2016):

Es una respuesta física y emocional a un daño causado por un desequilibrio entre las exigencias, los recursos y capacidades percibidas de un individuo para hacer frente a esas exigencias. El estrés relacionado con el trabajo está determinado por la organización del trabajo, el diseño del trabajo y las relaciones laborales, y tiene lugar cuando las exigencias del trabajo se exceden de las capacidades, recursos o necesidades del trabajador y no coinciden con las expectativas de la cultura organizativa de una empresa.

En lo referente a estrés laboral, el propio Selye, precisa que, según la duración de resistencia del individuo, dependerán las fases del estrés. i) primera fase de alarma: fase de corta duración, se da ante las situaciones de la vida, es una reacción natural del organismo frente a lo que considera una agresión externa, ii) segunda fase de resistencia: se produce cuando la situación de estrés se prolonga en el tiempo, la duración de esta fase es variable de acuerdo a la reacción de nuestro organismo, iii) tercera fase de agotamiento: fase en la cual nuestro organismo ya no puede resistir más a las situaciones de estrés y puede ocasionar consecuencias para la salud.

Además, Selye plantea que existen dos tipos de estrés laboral: i) estrés, que se trata del estrés positivo, nuestro organismo lo produce como respuesta eficaz al estrés, para hacer frente a situaciones nuevas que requieren un nivel de atención alta; ii) distrés, que viene a ser el estrés negativo, cuando nuestro organismo reacciona de manera inadecuada al estrés, ante situaciones prolongadas y repetitivas en el tiempo.

En otro momento Robbins (2004), nos señala que el grado de estrés que se produce en el empleado se clasifica en cuatro categorías: Empleos activos, donde los sujetos trabajan a mucha presión para el rendimiento y para la solución de problemas; Empleos de poca tensión, en las que son pocas las personas que trabajan y tienen mayor participación en la toma de decisiones; Empleo pasivos, en el que se dispone de poca demanda de habilidades y procesos mentales y con poco espacio para la toma de decisiones y Empleos de gran tensión, aquí los empleos tienen horarios de trabajo largos, procedimientos estrictos y muy poco tiempo libre, implica mucha presión para el rendimiento y poco margen para la toma de decisiones.

El rendimiento laboral

El rendimiento implica la productividad y competitividad del personal en su puesto de trabajo, para lo cual, las organizaciones realizan los procesos de selección y buscan

resultados a través de técnicas de mejora continua.

Por su parte, Chiavenato (2008) sostiene que el rendimiento laboral: “Es un conjunto de conductas del trabajador en cuanto a sus funciones; conocido como desempeño laboral” (p.15).

El rendimiento laboral puede certificar el triunfo o la ruina de una empresa en cualquier campo, ya que unos empleados alegres son trabajadores productivos y motivados. Y de acuerdo al autor Mondy (2010) depende de la integración, motivación, responsabilidad, actitud, el liderazgo y el orden. Estas simples actitudes cambian el total rendimiento de los trabajadores, dándoles el sentido de pertenencia de la empresa u organización.

Existen factores que influyen en el rendimiento laboral, a este respecto, Bota (1998) menciona que “existen existe 7 factores que indiscutiblemente influyen en el rendimiento laboral, que son la motivación, el centro de trabajo, el establecimiento de objetivos, reconocimiento del trabajo, participación del empleado, formación – desarrollo profesional y liderazgo empresarial” (p.120).

La motivación, es un elemento indispensable y de gran importancia en la vida como en la familiar, en la educación, en el aspecto laboral convirtiéndose un elemento primordial. Castellanos (2014) sostiene que la motivación es parte de la empresa, del trabajador y de la economía, además el dinero es un factor que permite que los trabajadores se motiven y por lo tanto, hay que tener en cuenta también que muchos trabajadores trabajan en función a los objetivos. De manera que, la motivación ayuda a las personas a seguir sus planes con decisión, hacia metas previamente planteadas, siendo un incentivo para las conductas futuras. La importancia que pueda sentir un empleado en su centro de trabajo es primordial para desempeñar correctamente sus funciones teniendo los conocimientos, habilidades y la experiencia suficiente para garantizar su permanencia.

El establecimiento de objetivos, de acuerdo a Gandara (1998) es una técnica muy recomendable para motivar a los empleados, debido a que se fundan objetivos que se deben desarrollar en un lapso de tiempo, tras esta técnica se provee que el empleado se sentirá orgulloso de haber cumplido estos objetivos y retos. Para lo cual, se debe pensar que, al poder fijar los objetivos dentro de una organización, los empleados se sentirán motivados para poder cumplir de una forma correcta el objetivo planteado.

El reconocimiento del trabajo de acuerdo a Godoy (2010), es una de las técnicas que más relevancia tiene, los empleados suelen fijarse a menudo que cuando hacen un trabajo bien y el jefe no lo reconoce, por lo que se desmotiva hasta el mejor trabajador; sin embargo, es importante que el jefe inmediato o gerente, pueda reconocer el trabajo que realiza cada persona, ya que de esta manera se sentirá motivado sobre las tareas realizadas dentro de la empresa.

Chiavenato (2008) manifiesta que cuando el empleado participa en la planificación y el control de sus tareas puede sentirse con más confianza y por lo tanto se sentirá que forma parte de la empresa; de manera que, permitirá alcanzar objetivos organizacionales

para el desarrollo productivo y activo con los demás miembros de la organización. Todos los empleados se sienten motivados con su desarrollo personal y profesional, porque les ayuda en su rendimiento el cual es importante para disminuir riesgos laborales.

Otro factor que es influyente es el liderazgo empresarial, el cual es un proceso de influir, guiar o mandar a los trabajadores de una organización hacia el éxito, cumpliendo las metas y objetivos de la empresa. Un buen desempeño por parte de los directivos resulta de un conjunto de entornos, destrezas, cualidades, y conductas. Además, Rodríguez (2002) destaca que dentro del rendimiento laboral, el liderazgo es un elemento significativo porque ayuda a guiar a los empleados de la empresa a seguir sus metas y objetivos que ayudaran al bienestar de la organización, el liderazgo al considerarse empresarial se dirige a la productividad, tendiendo como objetivo mejorar la eficiencia en las áreas laborales, favoreciendo la responsabilidad, donde cada uno de los integrantes tiene la oportunidad de superación.

Hay que destacar que la comunicación entre empleados y directivos sirve para tener mejor informado a los trabajadores sobre los requerimientos y actualizaciones constantes de la empresa, también para estar pendientes de las necesidades, para satisfacerlas en la medida en que se pueda.

Aunque algunos autores señalan diferencias conceptuales entre rendimiento laboral y desempeño laboral; en este trabajo, se considera que ambos término son utilizados indistintamente; de esta manera el desempeño laboral o rendimiento laboral, es la manera en que los empleados realizan su trabajo, siendo evaluados durante las revisiones de su rendimiento, mediante el cual un jefe tiene en cuenta factores como la capacidad de liderazgo, la gestión del tiempo, las habilidades organizativas y la productividad para examinar a cada empleado de forma individual.

El rendimiento laboral es la manera de proceder de una persona dentro del ámbito empresarial, siendo de ayuda para poder obtener los objetivos de la organización, favoreciendo en la calidad de productos o servicios que ofrecen a los clientes.

Aunque existen ventajas y desventajas del rendimiento laboral; a este respecto, Chiavenato (2008) determina que existen ciertas ventajas y desventajas del rendimiento organizacional: i) mejora el ambiente empresarial, promoviendo confianza y credibilidad del personal, eliminando perjuicios arbitrarios, ii) incita al personal a conservar una apariencia de progreso permanente, iii) abastece la retroalimentación necesaria al empleado para conocer su desempeño, iv) observa las necesidades de capacitación, en caso de haber un escaso desempeño, se confiere a los empleados capacitaciones en lo que requieran ser fortalecidos. El mismo autor agrega que existen desventajas: i) se expone un criterio subjetivo del jefe, desprestigiando al sistema y generándose desventajas por los errores del evaluador, ii) para la evaluación objetiva y equitativa es necesario la capacitación de los evaluadores como criterio o norma de producción, los cuales son obviados en ocasiones, iii) las evaluaciones en el personal en ocasiones genera cierta ansiedad, por el desarrollo de funciones con desinterés, por los resultados y las metas, temor del trabajador al ser analizado en cuanto a

su desempeño, reflexionando que puede ser expulsado por un rendimiento deficiente en sus tareas, por lo que en las fases evaluativas se esfuerzan más por su trabajo, por lo tanto, se debe dar a conocer al trabajador los objetivos y resultados que se pretende obtener con la evaluación del desempeño, y iv) se basa en los salarios y mejoras salariales por los logros o esfuerzos del empleado.

2 | METODOLOGÍA

La presente investigación se basa en el enfoque de investigación cuantitativa, de diseño no experimental de corte transversal, de nivel correlacional y de tipo básica. Se dice de nivel descriptivo porque se ha identificado las características de las situaciones del estrés y su efecto en el rendimiento laboral de en trabajadores de instituciones de agencias cooperativas de ahorro y crédito, por otro lado, es relacional porque al mismo tiempo se conoce el grado de asociación que tienen ambas variables de estudio.

Para lograr el objetivo de la investigación, se ha considerado a los trabajadores de las agencias de cooperativas de ahorro y crédito de la ciudad de Juliaca, por ser una ciudad que concentra la mayor cantidad de actividades económicas en los diferentes rubros comerciales e industriales, así como por la existencia en mayor número de agencias de cooperativa de ahorro y crédito en la región Puno del Perú, en este contexto la población representa 120 trabajadores, para ello se ha seleccionado una muestra de 70 trabajadores, muchos de ellos eventuales.

La técnica utilizada ha sido la encuesta, mediante el cual se ha obtenido y elaborado la matriz de datos de manera rápida y eficaz, consecuentemente se ha utilizado el cuestionario como instrumento de acopio de datos para ambas variables. Se ha formulado preguntas del cuestionario de la variable estrés laboral, en cinco dimensiones (formular las preguntas del cuestionario se ha dividido en cinco dimensiones (sobrecarga laboral, exigencia laboral, nivel de responsabilidad, condiciones de trabajo y clima laboral), y las preguntas para la variable desempeño laboral se ha dividido en dos dimensiones (competencia laboral y motivación laboral). Para aplicar el cuestionario se ha solicitado el permiso respectivo al responsable de recursos humanos de las cuatro agencias de cooperativas de ahorro y crédito de las agencias de la ciudad de Juliaca.

3 | RESULTADOS

Análisis descriptivo

De acuerdo a la encuesta aplicada a los trabajadores de las agencias de cooperativas de ahorro y crédito, el estrés laboral en un grupo de trabajadores se tiene una connotación de nivel baja que refleja un 41.4% y más aún otro grupo tienen estrés muy baja (25.7%), este resultado implica que no afecta directamente el rendimiento laboral; pero, sin embargo, otro

grupo de trabajadores son afectados por el estrés con un nivel alto (24.3%) y un mínimo grupo tienen un estrés muy alto (8.6%). Los trabajadores de estas instituciones al tener estrés alto y estrés muy alto están siendo afectados enormemente su salud por muchos factores, que a la vista brotan como: la sobre carga laboral, demasiada exigencia laboral, existe alto nivel de responsabilidad, las condiciones de trabajo son poco favorables y baja clima laboral, en promedio representa más del 50%.

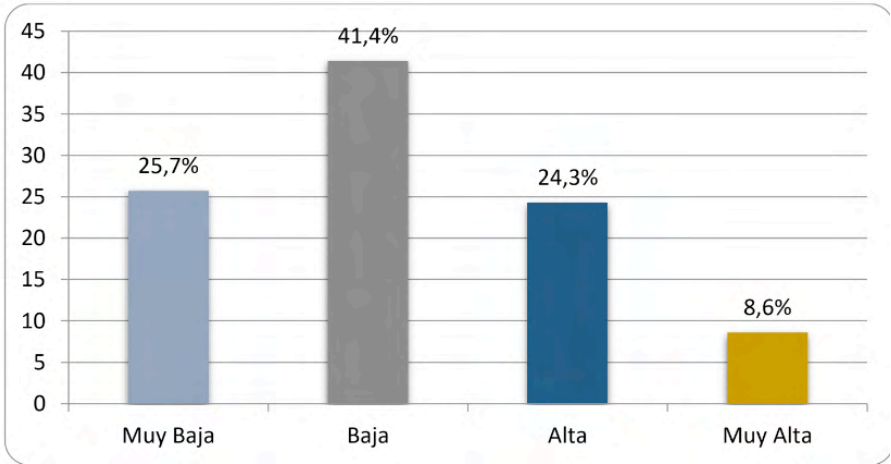


Figura 1 - Distribución de frecuencias del estrés laboral de los trabajadores de las agencias de cooperativas de ahorro y crédito de la ciudad de Juliaca.

Fuente: Base de datos de la encuesta realizada a los trabajadores.

Por otro lado, los resultados de la encuesta sobre el rendimiento laboral de los mismos trabajadores, oscilan entre un rendimiento alto (42.9%) y rendimiento bajo (24.3%), lo que significa que los trabajadores se esfuerzan para mejorar su competencia laboral respecto a su conocimiento y experiencia laboral; así como se sienten motivados por haber recibido una capacitación adecuada, reconocimientos por haber alcanzado los objetivos y metas trazadas inherentes a los intereses de la institución.

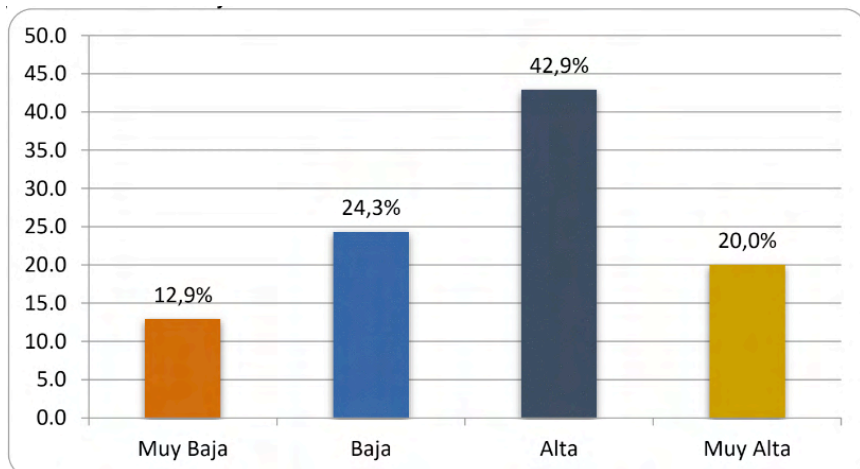


Figura 2 - Distribución de frecuencias del rendimiento laboral de los trabajadores de las agencias de cooperativas de ahorro y crédito de la ciudad de Juliaca.

Fuente: Base de datos de la encuesta realizada a los trabajadores

Análisis inferencial

Para validar la hipótesis del investigador, se ha optado por realizar la prueba de hipótesis, considerando la secuencia lógica para tomar una decisión definitiva, de la siguiente manera:

a. Planteamiento de la hipótesis

Hipótesis nula (Ho): El estrés no influye en el rendimiento de los trabajadores de las Agencias de Cooperativas de Ahorro y Crédito de la ciudad de Juliaca.

Hipótesis alterna (Ha): El estrés influye significativamente en el rendimiento de los trabajadores de las Agencias de Cooperativas de Ahorro y Crédito de la ciudad de Juliaca.

b. Nivel de significancia:

$$\alpha = 0.05$$

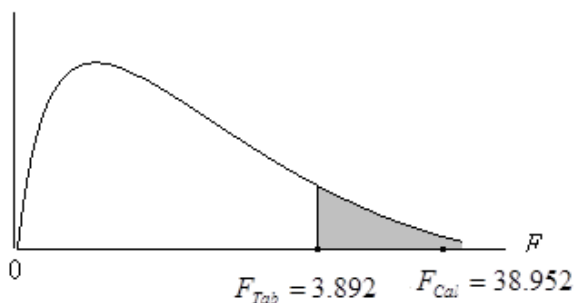
c. Estadístico de prueba

$F = \frac{CMR}{CME}$ Que se distribuye según con 1 grado de libertad en el numerador y n-2 grados de libertad en el denominador.

d. Región Crítica

Para $\alpha = 0.05$, en la tabla F se encuentra el valor crítico de la prueba:

$$F_{0,9,1,6} = 3.892$$



e. Cálculos

ANOVA^a

Modelo	Suma de cuadrados	gl	Media cuadrática	F	Sig.
1 Regresión	2195,205	1	2195,205	38,952	,000 ^b
1 Residuo	3832,281	68	56,357		
Total	6027,486	69			

a. Variable dependiente: rendimiento laboral

b. Predictores: (Constante), Estrés laboral

Tabla 1 - Análisis de Varianza para los datos del estrés en el rendimiento laboral de los trabajadores de la Cooperativa Credicoop Arequipa en las agencias de la ciudad de Juliaca.

El Anova nos muestra una p-valor (sig.) de 0.000, resultado que indica que para nuestra investigación el modelo de regresión lineal simple elegido para los trabajadores de las agencias de cooperativas de Ahorro y Crédito de la ciudad de Juliaca, es válido con un nivel de significancia al 5%. De margen de error y un 95% de confiabilidad.

Coefficientes^a

Modelo	Coeficientes no estandarizados		Coeficientes estandarizados	t	Sig.
	B	Error estándar	Beta		
1 (Constante)	70,249	7,069		9,937	,000
1 Estrés laboral	-,719	,115	-,603	-6,241	,000

a. Variable dependiente: Rendimiento laboral

Tabla 2: Modelo estadístico de la variable rendimiento laboral de los trabajadores de las Agencias de Cooperativas de Ahorro y Crédito de la ciudad de Juliaca.

Donde:

La variable dependiente es: Rendimiento Laboral

La variable independiente es: Estrés

Los resultados obtenidos son:

$$\beta_0 = \text{Constante} = 70.249$$

$$\beta_1 = \text{Estrés laboral} = -0.719$$

Por lo tanto, el modelo de regresión lineal simple es el siguiente:

$$\hat{Y} = 70.249 - 0.719X_1 + \varepsilon_i$$

Respecto a la prueba t de Student se ha obtenido los siguientes resultados:

Constante = 9.937

Estrés laboral = -6.241

El resultado obtenido mediante la prueba t de Student nos indica que los coeficientes calculados para la constante y estrés laboral son estadísticamente diferentes de cero, lo que significa que el modelo es utilizable para el grupo de trabajadores de estas agencias de cooperativas de Ahorro y Crédito de la ciudad de Juliaca.

En cuanto a la hipótesis alterna, el análisis de regresión lineal simple nos permite señalar que existe influencia lineal significativa del estrés laboral (X) en el rendimiento laboral (Y) en los trabajadores de las agencias de cooperativas de la ciudad de Juliaca. De acuerdo al resultado obtenido encontramos un p-valor de 0.000, lo cual determina que el coeficiente de regresión lineal simple es significativo al 0.05, esto significa que $P = 0.000$ entonces $P = 0.000 < 0.05$ por lo tanto, se rechaza la hipótesis nula y se acepta la hipótesis alterna.

Resumen del modelo				
Modelo	R	R cuadrado	R cuadrado ajustado	Error estándar de la estimación
1	,603a	,364	,355	7,507

a. Predictores: (Constante), Estrés laboral.

Tabla 3 - Modelo estadístico de la variable estrés laboral de los trabajadores de las Agencias de Cooperativas de Ahorro y Crédito de la ciudad de Juliaca.

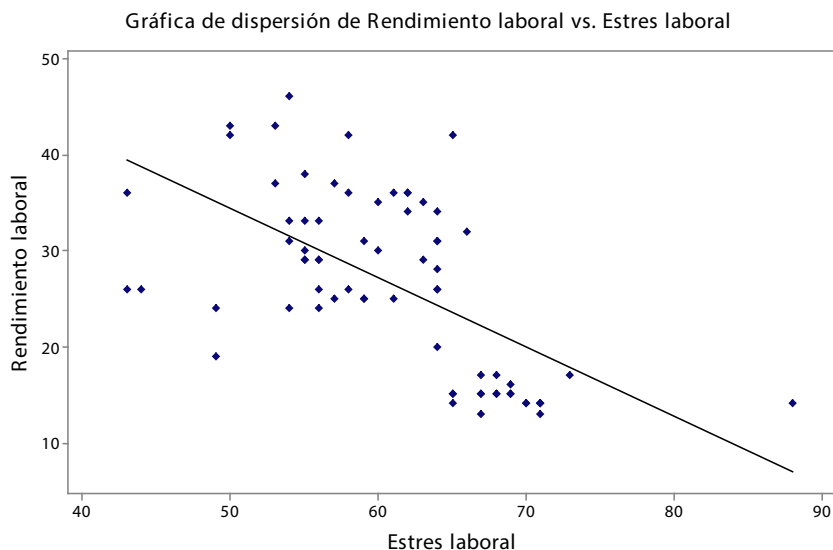


Figura 3. Diagrama de dispersión de rendimiento laboral y estrés laboral.

FUENTE: Elaboración propia.

Cabe indicar que el índice de eficiencia del modelo aplicado resulta aceptable, puesto que se ha obtenido un R^2 (R cuadrado) de 0.364. Así mismo R^2 nos permite realizar una explicación y predicción de las variables involucradas en nuestra investigación. Por consiguiente, R^2 nos indica que la variable independiente (estrés laboral) explica el comportamiento de la variable dependiente (rendimiento laboral) en un 36.4%, para los trabajadores de las agencias de Cooperativas de Ahorro y Crédito de la ciudad de Juliaca.

f. Decisión

A un nivel de significación del 5% $F_{Cal} = 38.952$ cae en la región de rechazo, por lo que se rechaza la hipótesis nula y se acepta la hipótesis alterna y se concluye que el estrés influye significativamente y linealmente de manera negativa en el rendimiento laboral de los trabajadores de las Agencias de Cooperativas de Ahorro y Crédito de la ciudad de Juliaca.

4 I DISCUSION DE RESULTADOS

El objetivo de esta investigación fue investigar la relación del estrés laboral con desempeño laboral, basada en el comportamiento de los trabajadores de la Cooperativa CREDICOOP Arequipa. Los resultados indican que existe una relación negativa entre el estrés y el desempeño laboral, la que es corroborada por Hojat (2013), la experiencia de estrés, como demanda del medio, es muy frecuente y supone una respuesta adaptativa que contribuye al desempeño eficaz en muchas esferas de la vida que conducen al trabajador a

actitudes y conductas negativas que le producen insatisfacción laboral, tensión, propensión al abandono, o un desempeño bajo en la actividad laboral.

Según Zúñiga (2019), el estrés tiene una relación directa con el desempeño laboral, y otras variables más; según las diversas investigaciones realizadas y bases teóricas estudiadas sobre el tema. El estrés laboral es un problema cada vez más frecuente, sin embargo, a pesar de que existen programas para tratarlo y prevenirlo, no ha disminuido, según las estadísticas.

Para Capurro (2018), el estrés es la respuesta física y emocional estimulada en el ser humano por una situación física, psicológica o social que produce inseguridad y la no adaptación a los cambios, es decir se libera un estímulo que se denomina estresor de tal magnitud que produce tensión, de esta manera se prepara el cuerpo y la mente para enfrentar los hechos; siendo dañino para el ser humano y puede alterar el organismo, lo que conllevaría a la enfermedad física y mental e incluso llevar a la muerte

Según Weisenger (2015) precisa que el trabajo a presión es una situación en la que el trabajador percibe que su desempeño dependerá de algo muy importante en el proceso de cumplimiento de las tareas asignadas. La presión en el centro de trabajo implica sentimientos de ansiedad y a veces temor a equivocarse muchas cosas. Es habitual creer y sentir presión durante una presentación ante un cliente o en una entrevista de trabajo, esto afecta a los estímulos internos del ser humano. El resultado obtenido en el presente trabajo de investigación corrobora con respecto a la variable independiente (estrés laboral) y la variable dependiente (rendimiento laboral), se demuestra que el estrés laboral influye de manera negativa en el rendimiento de los trabajadores de la Cooperativa CREDICOOP Arequipa.

5 | CONCLUSIÓN

La cifra del estrés (25%) afecta moderadamente el rendimiento laboral de los trabajadores que llega al 24%, además, se conoce que $F_{Cal} = 38.952$ es mayor a la $F_{0.95,1,68} = 3.892$ a un nivel de significación del 5%, en tal sentido, se acepta la hipótesis alternativa y se concluye que el estrés influye significativamente, pero de manera negativa en el rendimiento laboral de los trabajadores de las Agencias de Cooperativas de Ahorro y Crédito de la ciudad de Juliaca.

REFERENCIAS

Bedoya, J. (2012). **Estudio de la influencia del estrés laboral en el desempeño de los trabajadores del área operativa de la empresa pública Correos del Ecuador**. [Tesis de pregrado, Facultad de Ciencias Psicológicas, Universidad Central de Ecuador, Ecuador – Quito]. Recuperado de <http://www.dspace.uce.edu.ec/handle/25000/1848>

Bota, V.H. (1998). **Rendimiento laboral y los factores que influyen para que el trabajador alcance altos índices de productividad**.

Blanco, M. (2003). El estrés en el trabajo. **Revista Ciencia y Cultura**. 1(12), 71-78. Recuperado de <http://www.scielo.org.bo/pdf/rcc/n12/a08.pdf>.

Cano, A. (2012). **Estrés: cómo aprender a superarlo** (1ª. ed.). Barcelona, España: Océano Ambar. Recuperado de <https://latam.casadellibro.com/libro-estres/9788475567952/2036977>.

Capurro, M. A. (2018). **Impacto de la comunicación interna en el estrés laboral en el departamento de aprobación de créditos de la Caja Municipal de Ahorro y Crédito de Trujillo S.A. en el 2018**. [Tesis de licenciatura]. Repositorio de la Universidad Privada del Norte. <http://hdl.handle.net/11537/14016>.

Castellanos, L. (2014). **Administración de recursos humanos**. Recuperado de <http://luiscastellanos.wordpress.com>.

Cervantes & Contreras, (1999). **Estrés laboral de las enfermeras del área de emergencia del Hospital Loayza** [Tesis de pregrado, Facultad de Enfermería. UNMSM]. Recuperado de <http://www.com.pe/inves/salud.eco/enfermeria.unms0003.thm>.

Chiavenato, I. (2008). **Administración de recursos humanos: el capital humano de las organizaciones** (8.ª ed.). México: Mc-Graw Hill.

Gamonet, J. S. (2016). **Estrés y desempeño laboral de los trabajadores del Instituto Superior de Educación Público Sagrado Corazón de Jesús - Chiclayo 2016** [Tesis de maestría, Universidad César Vallejo, Chiclayo, Perú].

Gandara, L. (1998). **Reclutamiento y selección de personal** (1.ª ed.). México: Pearson Educación.

Godoy. (2010). **Técnicas de selección de personal** [archivo PDF]. Recuperado de <https://www.recursosbiblio.url.edu.gt/tesiseortiz/2015/05/43/Cancinos-Andrea.pdf>

Hojat, D. (2013). The Relationship of Job Stress with Turnover Intention and Job Performance: Moderating Role of OBSE, **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, 84(2013), 706-710, ISSN 1877-0428. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042813017059>

Mondy, R. W. (2010). **Administración de recursos humanos**. (11.ª ed.). México: Pearson Educación.

Organización Internacional del Trabajo (2016). **Estrés en el trabajo: un reto colectivo** (1.ª ed.) [archivo PDF], Ginebra, Suiza. Recuperado de http://www.ilo.org/safework/info/publications/WCMS_466549/lang-es/index.htm

Rodríguez, J. (2002). **Administración moderna de personal** (6.ª ed.). México: Thomson.

Robbins, S. P. (2004). **Comportamiento organizacional**. (10.ª ed.). México: Pearson Educación.

Típula, M. (2001). **Estrés en enfermeras y su relación con la satisfacción del paciente respecto a la atención recibida en el Hospital Regional Manuel Núñez Butrón, Puno, 2001** [Tesis de pregrado, Facultad de Enfermería, UNA, Puno].

Weisinger, H., & Pawliw-Fry, J. P. (2015). **How to perform under pressure: *The science of doing your best when it matters most.*** Hachette UK.

Zuñiga, E. C. (2019). El estrés laboral y su influencia en el desempeño de los trabajadores. **Gestión en el tercer milenio**, 22(44), 115–120. <https://doi.org/10.15381/gtm.v22i44.17317>.

SOBRE OS ORGANIZADORES

DR. JOAQUIM DOS SANTOS - Pós-doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bolsista de Pós-doutorado Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Atualmente é professor adjunto da Universidade Regional do Cariri (URCA), lotado no Departamento de História da IES. Professor do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/URCA). É líder do Núcleo de História Oral, Tradições e Diversidades – NHISTAL (URCA/CNPq). É pesquisador dos grupos “Imagens da Morte: a Morte e o Morrer no Mundo Ibero-americano” (UNIRIO/CNPq) e NECAGE: Núcleo de Estudos Comparados em Corporeidade, Alteridade, Ancestralidade, Gênero e Gerações, sendo este vinculado à Universidade Federal do Cariri (UFCA/CNPq). Desenvolve estudos com ênfase em memória e história da morte; museu, ensino de história e educação patrimonial; formação de professores; religiosidade, gênero e sexualidade.

DR. JOSÉ ITALO BEZERRA VIANA - Professor de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Professor na Secretaria Estadual de Educação do Ceará (SEDUC/CE). Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará- UFC, defendendo tese sobre as relações entre turismo e patrimônio cultural na configuração de discursos sobre o tempo. Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC), com pesquisa sobre atuação intelectual nas representações sobre identidades culturais. Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória-GEPPM/UFC/CNPq, vice-líder e Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa História, Gênero e América Latina - GEHGAL/UVA/CNPq. Desenvolve e orienta estudos nas áreas de história, memória e patrimônio; ensino de história; relações raça e gênero, discussões curriculares e epistemologias decoloniais.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso sexual 6, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Alessandra Sanguinetti 5, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Ambiente de trabalho 96

Autoatenção 5, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37

C

Ciclo junino 41, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 57

Condições de trabalho 96

Conservação 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 85

Corpo 4, 5, 25, 26, 33, 34, 35, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 93

Criança 35, 50, 72, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Cultura 2, 4, 17, 22, 23, 27, 31, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 48, 52, 56, 57, 60, 61, 62, 64, 98, 108

E

Ensino superior 1, 2, 8, 9, 10, 11, 13, 15

Exigências do trabalho 96

F

Fotografia 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82

H

Hegemonia burguesa 1

I

Identidade 1, 2, 14, 18, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 38, 39, 40, 44, 46, 47, 54, 55, 57, 58, 59, 67, 68, 77

Infância 4, 5, 70, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 82, 89, 91, 92, 93, 94

L

Lady Clementina Hawarden 70, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83

M

Mato Grosso 5, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36

Memória 2, 4, 6, 16, 17, 20, 22, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 48, 54, 56, 58, 60, 64, 65, 66, 69, 78, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 110

Modernidade líquida 16, 17, 19, 20, 25, 26, 27

Música 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 41, 48, 51, 55

N

Nova função 5, 58

Novo uso 5, 58

O

Ordem social competitiva 1, 13

P

Padrão compósito 1

Patrimônio 5, 40, 41, 44, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 110

Política oligárquica 1, 8, 13

Práticas 4, 5, 17, 18, 19, 23, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 39, 41, 46, 47, 54

Q

Quadrilha junina meu sertão 46, 51, 52, 54

Quadrilhas juninas 4, 5, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 54, 56

Quilombo de Laranjal 29

R

Responsabilidade 96

Roni Horn 70, 77, 78, 79, 80, 82

S

Saberes 4, 5, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37

Sobrecarga de trabalho 96

T

Tradição 5, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 34, 35, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 56

Turismo 4, 38, 42, 44, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 110

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Memória, cultura e sociedade 2



 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Memória, cultura e sociedade 2



 **Atena**
Editora
Ano 2021